



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE CESTAS
AGROECOLÓGICAS: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA
AGRICULTURA FAMILIAR

ARIELE CAROLINA CONTRIGIANI

Araras

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE CESTAS
AGROECOLÓGICAS: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA
AGRICULTURA FAMILIAR

ARIELE CAROLINA CONTRIGIANI

ORIENTADORA: PROF^a. Dr^a. MARTA CRISTINA MARJOTTA MAISTRO

COORIENTADORES: PROF^a. Dr^a. ADRIANA ESTELA SANJUAN
MONTEBELLO

PROF. Dr. DENIS SAUTIER

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento
Rural como requisito à obtenção do
título de MESTRE EM
AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2021

Contrigiani, Ariele Carolina

Circuitos curtos de comercialização por meio de cestas agroecológicas: Sustentabilidade socioeconômica na agricultura familiar / Ariele Carolina Contrigiani -- 2021. 170f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Marta Cristina Marjotta Maistro
Banca Examinadora: Marta Cristina Marjotta Maistro, Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, Joelson Gonçalves de Carvalho
Bibliografia

1. Circuitos curtos de comercialização. 2. Grupos de consumo. 3. Cestas agroecológicas. I. Contrigiani, Ariele Carolina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ariele Carolina Contrigiani, realizada em 25/05/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro (UFSCar)

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (UNICAMP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Dedico este trabalho a todos aqueles que vieram antes de mim,
àqueles que construíram a história até aqui, meus ancestrais,
minhas bases e minhas raízes e a todos que virão, pois ainda
temos chão e há muito pelo que e por quem lutar.

AGRADECIMENTOS

Durante essa caminhada, foram várias pessoas que tive oportunidade de conhecer, algumas apenas por trocas de olhares outras percorrendo uma distância mais longa, mas todas com contribuições valiosas e essenciais para esta construção coletiva chamada de vida e, aqui, apenas uma parte dela apresentada em formato de uma pesquisa de mestrado.

Então o que parece uma simples formalidade, para mim é de grande relevância e uma pequena forma de agradecer tudo o que fizeram por mim.

Agradeço aos meus pais, Eunice e Osmar, que sempre me incentivaram no caminho da educação e nunca mediram esforços para que eu pudesse estudar, sempre fazendo o possível e o impossível para que pudesse continuar estudando e nessa sociedade tão desigual e que falta oportunidades, eu tive o privilégio de por muito tempo me dedicar somente aos estudos. Também foram exemplos grandiosos de vida e de luta para mim.

Agradeço ao meu irmão, Aruan (*in memoriam*), que apesar de todas nossas dificuldades nunca deixou de me incentivar e de me lembrar como eu era uma garota inteligente. Gostaria imensamente que estivesse aqui conosco para a conclusão desta etapa em minha vida.

Não poderia deixar de agradecer ao Alan, que foi meu companheiro por cinco anos e esteve junto comigo durante esse processo, sempre ao meu lado, me apoiando e querendo me ver feliz.

Agradeço a todos meus amigos, para evitar injustiças não me ative a uma ordem de relevância, todos vocês são parte fundamental deste processo.

Aos meus amigos de Americana, que deixaram todo esse processo mais leve e suave, com as melhores jantas, conversas, danças na pista da Dodô e por sempre me aguentarem, mesmo estressada, com vocês aprendi que apesar de só, sempre terei um aconchego de um abraço e uma boa caipirinha, minha sincera gratidão; agradeço a todos vocês em nome de Matheus, Larissa, Leticia, Raphaela, Gabriel Bardou, Mariana, Nara, Gabriel, Mateus, Maike e Nicolai.

Em especial, agradeço a Leticia Futurizando, por dividir tantos momentos bons, conversas e debates durante o almoço, por sempre ler meus textos e estar disposta a me ajudar, você é muito importante nessa minha jornada acadêmica.

Aos amigos da minha turma de inglês, que em meio a tantos problemas da vida foram um refúgio pra mim nesse período pandêmico, obrigada por me apoiarem na superação das minhas dificuldades, pelas risadas e brincadeiras. Gratidão a Aline, Wilson, Crazy Gabi, Livia, Bobo e Peterson e Alex. Com vocês aprendi que não há dor no peito que um copo de cachaça do Febre não possa curar.

Gratidão ao Leonardo por estar ao meu lado e querendo meu bem e que apesar de estar passando por um período triste de sua vida não mediu esforços pra estar comigo no dia da minha defesa, me ouvindo apresentar e me ajudando com os equipamentos técnicos.

Agradeço ao Vitor, Carla, Evandro e Anderson, meus amigos da Cresol que me deram total apoio nos dias finais do mestrado. Sempre muito preocupados com meu andamento.

Agradeço meus amigos de São Paulo, em nome da Vivian Mendes, Gabriel Freitas, Débora Pereira, Cinara Brito e Amanda Lemos, por sempre acreditarem em mim. E particularmente a uma pessoa muito especial que tive o prazer de conhecer, Glaucia Purin, você foi uma das minhas maiores incentivadoras na inscrição como aluna especial e no processo seletivo para aluna regular.

Muito obrigada a toda a equipe da Empodere-se, foi um processo muito importante e libertador pra mim conhecer mais afundo o trabalho maravilhoso que é realizado. Sou muito feliz por ter contribuído um pouquinho com isso e pelos dias intensos e inesquecíveis de gravação. Agradeço em nome da Amanda, Deborah, Danilo, Carol e Gui, vocês são muito especiais para mim.

Agradeço a todos os amigos que fiz nesses anos de mestrado que pude compartilhar momentos de alegria, estudos, pizzaraus, festas, conversas no RU e nos corredores da UFSCar. Agradeço carinhosamente a melhor

companheira de quarto Ana Catarina, Mariana, Cassia, Julia, Igor, Laura, Tailaine, Barbara, Amanda, Talles, Vinil, lanca e todos com quem compartilhei bons momentos na UFSCar. Mesmo nos dias que pareciam solitários, vocês deixavam tudo melhor.

Agradeço aos amigos do PPGADR das turmas 2017/2018 em nome do Rafael, Kadoshe, Wolney, Danessa, Diego e Bruna com quem tive mais contato. Vocês contribuíram muito neste processo.

Aos amigos e amigas da minha turma (2019) pelas conversas, trabalhos, risadas, tardes na casa da pós e alguns debates mais acalorados; agradeço em nome de Edmilson, Ana Rita, Rubenice, Weldy, Luiz, Davi, Amarilys, Jamily, Patricia, Ricardo, Lucas, Nayara, William e Paulo. E aos amigos Fernandinho e Laís que estão comigo nessa caminhada desde as disciplinas como aluna especial.

Gostaria de agradecer em especial a Leticia Lucati e Gisiliana, que são grandes amigas que vou levar pra vida, que me apoiaram muito durante o mestrado, sempre me ajudaram, tiraram minhas dúvidas e conseguiram deixar todo o processo mais tranquilo.

Aos amigos da luta, academia e da vida, Livia, Fernanda, Willon, Camila, Claudia Praxedes, Ana Terra, Poleana Freitas, Luciano Pereira, Larissa Bombardi e Renata Menezes que sempre me incentivaram e me ajudaram no caminho da pesquisa.

Aos docentes do PPGADR, que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Em especial à professora Anastácia Fontanetti, pelo incrível trabalho como coordenadora do PPGADR, a sua dedicação é admirada por todos da Agroecologia no CCA.

A Cris, por todo amor ao que exerce e que nunca mediu esforços ao auxiliar os discentes do Programa em diversos momentos da vida acadêmica. Muito Obrigada a todo incentivo que sempre me deu e por todos os momentos de risadas antes das aulas.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Marta, quem muito mais fez do que me orientar, parceira com muita sensibilidade durante a

pandemia.

Agradeço aos meus coorientadores, a Adriana pelos debates e por estar sempre próxima durante meu período na UFSCar e ao Denis Sautier que mesmo longe aceitou me orientar, sempre com muita dedicação.

Agradeço a Erika Batista, Ricardo Borsatto e Lucimar Abreu pelas dicas, sugestões e valiosas contribuições na qualificação.

Agradeço a Vanilde Esquerdo e Joelson pela participação na minha banca de defesa, pelas contribuições, por terem me proporcionado um ótimo debate e me mostrado outros caminhos para perspectivas..

Agradeço a todos e todas as agricultoras e agricultores da Cooperflora que me receberam tão bem em suas casas e em meio a tantas dificuldades me olham e me cuidam como uma filha.

Agradeço a todas e todos que ajudaram no processo de construção da Escola Popular Melina Melão, essa escola já tem muita história de luta, dedicação e amor. Meus sinceros agradecimentos ao Paulista, Salazar, Ferreira, Maria Helena, Pilar, Botteon, Mauricio, Cezinha, Alessandra, Marquinhos, Gabriela, Bob, Iago, Bruno, Maria Victória, Rebecca, Momo e tantos outros. Não posso me esquecer da minha grande companheira e amiga, Melina (*in memoriam*) que está olhando por todos nós.

Ao MST, por despertar indignação e rebeldia nos trabalhadores através da luta social organizada, por me ensinar tanto e me dar o privilégio de conhecer tantos lugares e tantas pessoas extraordinárias!

A todos e todas que, direta ou indiretamente, estiveram presentes nesta caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Amar a terra e nela botar a semente,
a gente cultiva ela e ela cultiva a
gente.*

Zé Pinto

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS	6
1.1.1 Objetivo Geral.....	6
1.1.2 Objetivos específicos.....	6
1.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	7
1.2.1 Tipo de pesquisa	7
1.2.2 Caracterização da área de estudo.....	8
1.2.3 Métodos e Fonte de dados	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12
2. A LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A SUA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS NO BRASIL.....	14
2.1 INTRODUÇÃO	15
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.2.1 Desenvolvimento da Produção e Comercialização de Orgânicos	17
2.2.2 Mercados, Agricultura Familiar e Canais Curtos de Comercialização ...	20
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
2.4.1 Produção Orgânica e Certificação Orgânica	23
2.4.2 Comercialização de Alimentos Orgânicos em Circuitos Curtos no Brasil.....	27
2.4.3 Produtores e consumidores: onde estão localizados?	30
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
3. TRAJETÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO COOPERATIVISMO: O CASO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS	37
3.1 INTRODUÇÃO	39
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA	40

3.2.1	Agricultura familiar e Assentamentos Rurais	40
3.2.2	Breve Histórico do MST	41
3.2.3	Cooperação Agrícola	42
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
3.4.1	Trajectoria da construção da Cooperflora	45
3.4.2	Grupos de Consumo e as Cestas Agroecológicas	47
3.4.3	Movimento Social e os Circuitos Curtos de Comercialização	51
3.4.4	Cooperativismo e Gestão Coletiva	53
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

4. PERFIL SOCIOECONOMICO, RENDA, AUTOCONSUMO E PROCESSO PRODUTIVO: MUDANÇAS VISTAS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS.....59

4.1	INTRODUÇÃO	60
4.2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	61
4.2.1	Definições introdutórias para a Agricultura Familiar	61
4.2.2	Conceitos sobre a Agroecologia	62
4.2.3	Circuitos Curtos de Comercialização.....	63
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	64
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.4.1	Perfil dos Agricultores	66
4.4.1.1	Escolaridade e Acesso à Educação dos Agricultores/as.....	69
4.4.2	Aspectos do Processo produtivo	72
4.4.2.1	Realidade antes dos Grupos de Consumo Agroecológicos	72
4.4.2.2	Caracterização da Produção	74
4.4.2.3	Irrigação	77
4.4.2.4	Produção Orgânica	78
4.4.2.5	Perdas.....	79
4.4.2.6	Impactos Ambientais	81
4.4.2.7	Satisfação com o Lote.....	84
4.4.2.8	Renda e Melhoria da Renda por meio da Comercialização para os Grupos de Consumo Agroecológicos.....	86
4.4.2.9	Investimentos e Autoestima Camponesa	88
4.4.3	Aspectos da alimentação e autoconsumo dos agricultores	91

4.4.3.1	Mudanças identificadas da alimentação.....	91
4.4.3.2	Satisfação com a Alimentação	93
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
5.	GRUPOS DE CONSUMO: UMA ALTERNATIVA DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA.....	101
5.1	INTRODUÇÃO	102
5.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	104
5.2.1	Circuitos curtos de comercialização, grupos de consumo e o mercado de cestas	104
5.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	107
5.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	108
5.4.1	Do campo ao prato: Caminho percorrido dos agricultores até os consumidores.....	109
5.4.2	Agricultores e Consumidores: A relação de confiança.....	113
5.4.3	Pontos positivos e negativos vistos pelos agricultores na comercialização para os Grupos de Consumo	118
5.4.4	MST e os Grupos de Consumo: Trabalho de base e disputa das ideias por meio da comercialização.....	121
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS (GERAL)	129
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (GERAL)	134
	APÊNDICE A	144
	APÊNDICE B	149
	APÊNDICE C	151

CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Autora: ARIELE CAROLINA CONTRIGIANI

Orientadora: Prof^a. Dr^a. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO,

Co-orientadores: Prof^a. Dr^a. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO e Prof^o. Dr^o. DENIS SAUTIER

RESUMO

Nos últimos anos houve um crescente enfraquecimento das políticas públicas de escoamento de produtos e de investimento na agricultura familiar. Fato que dificultou e atingiu diretamente o processo produtivo e, ainda, para muitas famílias de agricultores familiares, o único canal de comercialização que acessavam. Perduram e criam-se experiências de grupos de agricultores e cooperativas que propõem e utilizam os circuitos curtos como uma forma de comercialização, reconhecendo o papel do agricultor familiar no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis. A presente pesquisa visa investigar as mudanças que a comercialização, via circuitos curtos por meio das cestas agroecológicas, refletiram na vida dos agricultores pertencentes à Cooperativa Cooperflora, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do assentamento Milton Santos. Para tal, foi escolhido como aporte metodológico o estudo de caso, sendo uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, com dados quantitativos e qualitativos. Para o levantamento de dados primários foram aplicados formulários semiestruturados com os agricultores da Cooperflora que comercializam as cestas agroecológicas, entrevistas com dirigentes do Setor de Produção, Comercialização e Meio Ambiente (SPCMA) do MST e observação nas reuniões, assembleias, espaços para pensar a composição e comercialização das cestas. A dissertação está organizada em formato de artigos, assim,

constituída em introdução geral, quatro capítulos/artigos e considerações gerais. A partir da análise dos resultados do conjunto dos quatro artigos, conclui-se que a comercialização de Cestas Agroecológicas para os grupos de consumo tem o potencial de ressignificar as relações entre agricultores e consumidores, fazendo com que ambos se sintam sujeitos integrantes da cadeia agroalimentar, gerando pontos positivos para os dois os lados.

Palavras-Chave: Agroecologia. Cooperação. Desenvolvimento Rural. Grupos de Consumo. Redes Alimentares Alternativas.

SHORT CIRCUITS OF COMMERCIALIZATION OF AGROECOLOGICAL BASKETS: SOCIOECONOMIC SUSTAINABILITY IN FAMILY AGRICULTURE

Author: ARIELE CAROLINA CONTRIGIANI

Adviser: Prof^a. Dr^a. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO,

Co-adviser: Prof^a. Dr^a. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO e

Prof^o. Dr^o. DENIS SAUTIER

ABSTRACT

In recent years, it has been a growing weakening of public policies for the disposal of products and investment in family farming. This fact hindered and directly affected the production process and, for many families of family farmers, the only marketing channel they accessed. Today, experiences of groups of farmers and cooperatives continue to be created and they propose and use short circuits as a form of marketing, recognizing the role of the family farmer in the development of more sustainable food systems. This research aims to investigate the changes that commercialization, via short circuits through agro ecological baskets, reflected in the lives of farmers belonging to the Cooperflora Cooperative linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) and established in the Sustainable Development Project (PDS) of the Milton Santos settlement. For this, the case study was chosen as methodological support, being a research of a descriptive and exploratory character with quantitative and qualitative data. For the collection of primary data, semi-structured forms will be applied with Cooperflora farmers who sell agro-ecological baskets, interviews with leaders from the MST's Production, Commercialization and Environment Sector (SPCMA) and observation at meetings, assemblies, spaces to think about the composition and marketing of baskets. The dissertation is organized in the form of articles, thus constituted in general introduction, four chapters / articles and general considerations. From the analysis of the results of the set of the four articles, it is concluded that the commercialization of Agro ecological Baskets for consumption groups has the potential to re-signify the

relations between farmers and consumers, making them both feel that they are members of the agro food chain, generating positive points for both sides

Key words: Agroecology. Cooperation. Rural development. Consumer groups. Alternative food networks.

1. INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura brasileira, iniciada nas décadas de 1960/1970, trouxe novos desafios à sobrevivência dos pequenos agricultores. Esse processo, também conhecido como “modernização conservadora”, elevou o patamar da produção agropecuária, mas manteve a concentração de terras e de renda em poucas famílias/instituições, excluindo milhões de famílias de agricultores do meio rural brasileiro (PRIM, 2004). Ainda, de acordo com a mesma autora, optou-se pelo desenvolvimento capitalista no campo e a manutenção de uma estrutura fundiária arcaica à realização de uma reforma agrária, prevalecendo o desenvolvimento de grandes latifúndios produtores de monocultura, que, nesse período, estruturou-se com o financiamento de empresas transnacionais. Tais empresas passaram a ter maior participação e influência no território brasileiro, interferindo e alterando o modo de produção agrícola no país.

Devido a essas dificuldades, ao longo dos anos, e como resultado de lutas e de mobilizações camponesas, alguns programas federais foram criados para auxiliar o agricultor familiar na produção, na venda, e no escoamento das culturas agrícolas.

Um desses programas, criado em 1995, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que se delineava como uma política de crédito rural (FAO; INCRA, 1994). Esse programa é definido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) como um “financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços em áreas rurais”, com os objetivos de geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar. (BNDES, 2021).

Ao longo dos anos, o PRONAF passou por algumas mudanças institucionais e financeiras, com o intuito de melhorar o acesso dos agricultores familiares a esse programa (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

Outro exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 permite a compra, pelo governo federal, de produtos da agricultura familiar. No entanto, esse programa é um projeto de governo e não uma política pública, sendo sua existência atrelada às decisões circunstanciais de cada governo, gerando assim insegurança na produção e comercialização para os agricultores familiares.

Mesmo com o auxílio de programas federais, o agricultor familiar, muitas vezes, não consegue competir no mercado. A comercialização torna-se desvantajosa, visto que os pequenos produtores sem ter onde vender passam a depender de “atravessadores”, que compram dos agricultores produtos com preços baixos e vendem a um valor mais elevado para indústrias no mercado (WANDERLEY, 1999).

Tendo em vista que o sistema agroalimentar é controlado por grandes corporações e redes de supermercado (Ploeg, 2010), o consumidor tende a não consumir produtos comercializados diretamente por agricultores familiares. O sucesso da grande distribuição pode ser devido também à facilidade de encontrar uma variedade de produtos em um mesmo lugar. Este fato, além de gerar um afastamento dos produtores e consumidores finais, que raramente sabem de onde está vindo o alimento que ingere e como ele é produzido, dificulta a inserção e disputa dos pequenos agricultores familiares pelo mercado.

Com a dificuldade de escoar a produção ou de competir no mercado tradicional, a organização em cooperativas, espaço onde os agricultores podem se unir para conquistar maior competitividade no mercado e, conseqüentemente, aumentar o nível de renda familiar e de sua qualidade de vida, torna-se uma alternativa (BATALHA, 2009).

A organização em cooperativas prima pelo respeito ao trabalho dos pequenos agricultores, inserindo-os em diversos canais de comercialização, possibilitando maior poder de negociação e oferecendo melhores condições para execução das atividades, visto que os cooperados decidem coletivamente sobre todo o processo produtivo, inclusive sobre investimentos e sobras

financeiras. É, assim, um importante e histórico instrumento para obtenção de renda e qualidade de vida pelos agricultores familiares.

Uma das alternativas encontradas para o escoamento da produção pelas cooperativas foram os chamados circuitos curtos, isto é, um tipo de venda direta para os consumidores, que se utiliza apenas de um atravessador ou elimina sua participação. Entende-se por circuito curto a busca pela aproximação entre locais de produção e de consumo, os quais, sempre que possível, se deem no mesmo território, a fim de beneficiar a região ou cidade (BAVA, 2012). Assim, é possível estruturar uma economia de empresas locais, que estimulem a circulação da riqueza da região, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares. O autor Wilkinson (2003) relata que esta comercialização, por meio do contato direto com os consumidores, colabora para que os agricultores sejam incorporados nas atividades econômicas e no mercado.

Além da questão da comercialização não ter ou ter apenas um atravessador, outras questões de cunho social podem ser identificadas nos circuitos curtos, como o vínculo criado entre o agricultor e o consumidor, a proximidade de quem consome o alimento com o local onde ele é produzido, assim, o consumidor final passa a ter mais conhecimento da origem do alimento criando uma ligação com o local, comunidade e com o alimento que está consumindo, o que leva ao desenvolvimento de novas relações de consumo. (MARSDEN et al., 2000).

Nesta conjuntura, agricultores e agricultoras do assentamento Milton Santos, localizado nos municípios de Americana e Cosmópolis no estado de São Paulo, criaram a cooperativa Cooperflora para viabilizar e diminuir as dificuldades no escoamento dos produtos agrícolas, além de organizar e estimular o processo produtivo com base na Agroecologia. Uma das formas encontradas para a comercialização foram as Cestas Agroecológicas para o grupo de consumidores organizados na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é uma região em expansão e uma das mais ativas do estado de São Paulo. Ela compreende 20 municípios

com cerca de 3,2 milhões de habitantes no total, distribuídos em uma área de 3.791 km², sendo a 2º maior região metropolitana de São Paulo (PDUI, 2018). Como outras regiões metropolitanas, a RMC é caracterizada por um grande fluxo de pessoas de diversos perfis socioeconômicos, culturais e hábitos de consumo e, como outras regiões e municípios brasileiros, refletem o aumento do mercado de alimentos orgânicos e de produção agroecológica.

Neste contexto, está aumentando o número de iniciativas de espaços e formas de comercialização desses alimentos. Ainda, para algumas dessas iniciativas, esses espaços vão além do ato de “compra e venda”, eles também são pensados como espaços de socialização, troca de saberes e tantos outros diferenciais para atender às exigências e demandas de uma nova concepção de consumidores que está emergindo.

O grupo das cestas Agroecológicas não é apenas uma iniciativa de compra e venda, mas uma nova forma de consumo co-construída na relação entre o grupo de consumidores e produtores, que, além de aproximá-los também amplia o acesso da população da RMC aos alimentos orgânicos e de produção agroecológica, como outra alternativa de compra.

Conhecendo todo o contexto nos quais os agricultores estão inseridos e suas condições de trabalho, produção e comercialização, pode-se entender melhor o tamanho do impacto que uma cadeia curta, porém complexa na relação socioeconômica, pode causar nas suas relações pessoais. Ou seja, os ganhos vão além dos financeiros, pois impactam a vida pessoal dos agricultores e das agricultoras.

Esta forma de comercialização pode trazer mudanças para a vida dos agricultores, com reflexos sociais e econômicos. Assim, a questão norteadora deste trabalho é a seguinte: “houve mudanças a partir do início da comercialização de cestas agroecológicas para os grupos de consumo e, se sim, em que medida essas mudanças refletem na vida dos agricultores?”.

Desta maneira, essa pesquisa tem o potencial de contribuir com a produção de conhecimento a respeito da agroecologia e das iniciativas agroecológicas de comercialização (na qual incluímos os circuitos curtos) através do estudo local de seus impactos, pensando como os atores da

agricultura familiar são impactados, bem como a realidade socioeconômica regional.

Com relação à divisão dos capítulos desta dissertação, foi utilizado o formato de capítulos/artigos. A presente dissertação está estruturada da seguinte forma:

Capítulo 1: corresponde a uma introdução geral, metodologia geral utilizada no estudo. Vale ressaltar que os artigos foram estruturados contendo introdução, procedimentos metodológicos e referencial teórico correspondente a cada tema escolhido para o artigo. Cada artigo/capítulo escrito é parte significativa para o estudo aprofundado da comercialização de cestas, grupos de consumo e dos agricultores.

Capítulo 2: “A LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A SUA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS NO BRASIL”. Este segundo capítulo/artigo, foi construído num primeiro momento da pesquisa e foi desenvolvido a partir do levantamento de dados secundários. O objetivo geral foi fazer um panorama dos produtores orgânicos e onde as iniciativas de comercialização em circuitos curtos estão localizadas no território brasileiro.

Capítulo 3: “TRAJETÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO COOPERATIVISMO: O CASO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS”. Este foi o primeiro artigo desenvolvido a partir dos dados primários da pesquisa, ele apresenta informações e o processo que antecedeu a comercialização em si, relata a história da cooperativa Cooperflora, o ato de pensar nos circuitos curtos e a escolha das cestas, como alternativa para comercialização.

Capítulo 4: “PERFIL SOCIOECONÔMICO, RENDA, AUTOCONSUMO E PROCESSO PRODUTIVO: MUDANÇAS VISTAS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS”. Este capítulo aborda aspectos sociais e econômicos dos agricultores e agricultoras ligados a Cooperflora, panorama da realidade antes e depois da comercialização para os

grupos de consumo, renda e melhoria na renda, impactos nos alimentos, processo produtivo, alimentação e mudanças nos hábitos alimentares.

Capítulo 5: “GRUPOS DE CONSUMO: UMA ALTERNATIVA DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA”. Apresenta informações sobre a comercialização das Cestas Agroecológicas, comercialização para os grupos de consumo, características e diferenças notadas pela ótica dos agricultores.

Capítulo 6: este último capítulo compreende as considerações finais gerais referentes a todos os capítulos/artigos da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar as mudanças que a comercialização, via circuitos curtos por meio das cestas agroecológicas, refletiu na vida dos agricultores pertencentes à Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do assentamento Milton Santos.

1.1.2 Objetivos específicos

- a.** Estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Milton Santos na comercialização em circuitos curtos;
- b.** Apresentar e analisar o perfil socioeconômico dos agricultores participantes;

- c. Entender e analisar o funcionamento da comercialização para os grupos de consumo, pela ótica dos agricultores;
- d. Analisar de que forma a comercialização, via cestas, impactou no processo produtivo, renda e autoconsumo;
- e. Descrever como a organização da cooperativa contribuiu para a permanência do agricultor no campo.

1.2 MATERIAL E MÉTODOS

1.2.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e foi realizada junto aos agricultores que comercializam cestas para grupos de consumo, por meio da cooperativa Cooperflora.

Para atender aos objetivos do trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com métodos qualitativos e quantitativos, que conforme explica Gray (2012), busca explorar o que está acontecendo quando não se sabe o suficiente sobre um fenômeno e assim proporciona maior familiaridade com o problema.

No que tange a ética na pesquisa proposta, o projeto de pesquisa foi submetido, analisado e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 20164619.3.0000.5504 e cada participante da pesquisa, deu sua permissão formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

Primeiramente a pesquisa ocorreu por um levantamento da fundamentação teórica dos temas que foram estudados durante a pesquisa. Também foram analisados dados secundários sobre circuitos curtos de

comercialização, com a finalidade de embasar o estudo e contribuir para a discussão acerca do tema.

1.2.2 Caracterização da área de estudo

Formado em 2005, o território “sede” deste estudo é reconhecido pelo INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Emergencial Comuna da Terra Milton Santos, mais popularmente chamado de Assentamento Milton Santos. Lar de 69 famílias assentadas, que dividem seus lotes entre moradia e espaço produtivo. O assentamento possui sua paisagem marcada pela monocultura da cana de açúcar e um alto índice de urbanização, que rodeiam toda a sua área (Figura 1).

Figura 1: Imagem aérea do PDS Comuna da Terra Milton Santos, em alta resolução

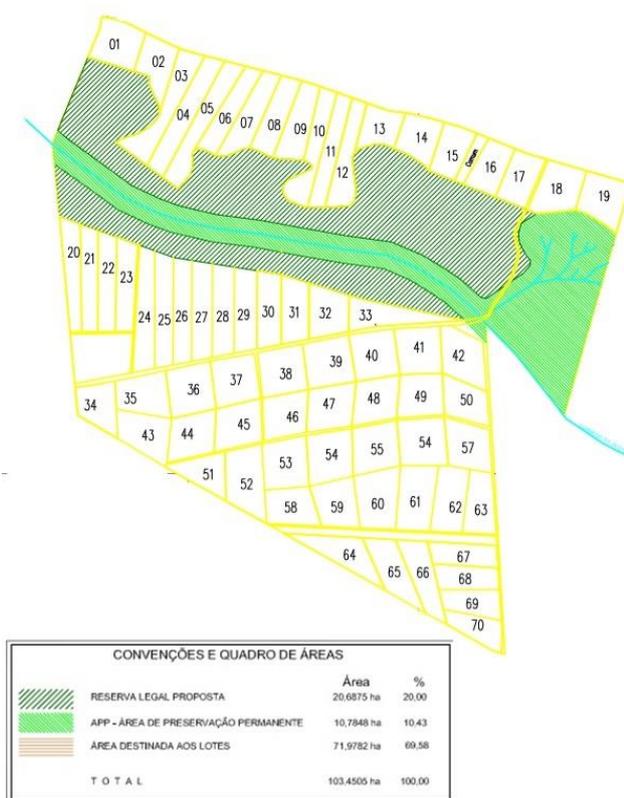


Fonte: Peabiru TCA/ Curso Athis Rural, 2020

O assentamento está localizado entre os municípios de Americana e Cosmópolis, na Região Metropolitana de Campinas, que possuem 237.112 e 70.998 mil habitantes respectivamente. O local onde está situado o “Milton Santos”, corresponde ao Sítio Boa Vista, antes pertencente à família Abdalla, que foi desapropriado pelo não pagamento de dívidas e repassados ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), através do Decreto 77.666/76 e posteriormente foi cedida ao INCRA para fins de Reforma Agrária (JUSBASIL, 1976).

Como mostra o mapa (Figura 2), a área do assentamento possui aproximadamente 104 hectares (ha), destes, 71,98 hectares são destinados aos lotes e três áreas de uso comum, sendo que, as famílias assentadas têm a posse de um lote de 1 ha cada; o restante da área está disposto entre 20,69 ha para reserva legal e a 10,78 ha para a área de preservação permanente (APP). (INCRA, 2008)

Figura 2: Mapa do Assentamento Milton Santos



Fonte: Incra (2008) e Organizado pela autora (2019)

A cooperativa Cooperflora, objeto de estudo deste trabalho, foi fundada em 2015 a partir da organização coletiva de alguns agricultores do assentamento junto à Direção Regional do MST em Campinas. A Cooperflora está passando por um processo de regularização, no entanto desde outubro de 2016 vem comercializando para grupos de consumo na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

O grupo de agricultores que entrega é variável, alguns participam de acordo com a disponibilidade de produção, assim esse número oscila entre 11 a 16 famílias. Assim, a amostra desta pesquisa foi caracterizada como não probabilística, convencional e intencional, como explica Silva e Menezes (2005), em que os casos são escolhidos para a amostra que representem o bom julgamento da população/universo. Portanto, a amostragem desta pesquisa foi de 11 participantes e a escolha baseou-se nos agricultores que são os que atuam mais ativamente em todos os processos dos espaços organizativos da Cooperflora (reuniões, entregas, montagens de cestas, mutirões, etc).

1.2.3 Métodos e Fonte de dados

O uso de vários instrumentos de coletas de dados permite ao pesquisador ter uma visão mais ampla do objeto de estudo. Aqueles utilizados nesta pesquisa serão descritos a seguir:

Formulários: o procedimento de coleta de dados primários foi feito a partir da aplicação de formulários semiabertos (Apêndice A) junto aos agricultores e agricultoras, assentados no assentamento Milton Santos, que estão vinculados à cooperativa Cooperflora e comercializam para os grupos de consumo Agroecológicos. O formulário foi organizado em blocos de questões e teve como eixos norteadores os seguintes tópicos: 1. Perfil socioeconômico; 2. Aspectos da Produção e 3. Comercialização.

Entrevistas: para se ter uma visão ampla e qualificada de todo o processo de comercialização, foram feitas entrevistas (Apêndice B) com dirigentes do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) da Regional Campinas do MST no estado de São Paulo, pelos anos de 2016 e 2017, visto que foram pessoas que participaram no processo de escolha dos circuitos curtos como canal de escoamento da produção.

O objetivo da entrevista foi compreender os caminhos percorridos pelo grupo, história da cooperativa, motivação e processo de criação, como foi escolhido o ingresso nos circuitos curtos de comercialização, dificuldades e problemáticas do processo, envolvimento e participação do MST nesta trajetória, entre outros.

Observação e Diário de Campo: em complemento às demais formas de coleta de dados, também foi utilizado a observação nas reuniões, assembleias, espaços para pensar a composição e comercialização das cestas. Este método permitiu, por meio do contato direto, uma visão dos agricultores e consumidores em sua realidade, captando informações de situações que não são obtidas por meio dos questionários (CRUZ NETO, 1994).

Desta forma, no percurso da investigação, escolhemos o diário de campo como instrumento de registro de interlocuções da pesquisa. Macedo (2010) aborda que o caráter mais subjetivo do caderno de campo nos permite observar e perceber o sentido das situações vividas pelos sujeitos da pesquisa

Além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário é um dispositivo na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista. (MACEDO, 2010, p. 134)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA; O.M. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAVA, S. C. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. In: STIFTUNG, H. B. Série Democracia - Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. 2012.

BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: março/202.

CRUZ NETO, O. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Mapa e Relação de Beneficiários de Refoma Agrária do Assentamento Milton Santos**. 2008. [E-mail]. Superintendência Estadual do Incra/SP. Mensagem recebida em 1 nov. 2018.

JUSBRASIL. **Decreto nº 77.666 de 24 de Maio de 1976**. Brasil, 1976. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Decreto+77666%2F76>>. Acesso em: Agosto/2019.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro - 2010.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food suply chain approaches: exploring their role in rural development**. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). **Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: <https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page_id=56>. Acesso em: Agosto/ 2019

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **The food crises, industrialized farming and the imperial regime**. Journal of agrarian change, vol. 10, nº1, pp. 98-106, 2010

PRIM L. F de. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre A associação de agricultores Monte Alegre (AGRIMA)**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Puc, São Paulo.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. –Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP)**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real: Série Métodos de Pesquisa**. 2ª ed.- Porto Alegre: Penso, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WILKINSON, J. Os inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008.

2. A LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A SUA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS NO BRASIL

RESUMO

Nos últimos anos a preocupação com a alimentação saudável vem aumentando e o mercado de alimentos orgânicos tem estado em constante ascensão. Debates sobre a forma de produção e consumo têm ganhado destaque e perduram e criam-se experiências de grupos de agricultores e consumidores que propõem e utilizam os circuitos curtos como uma forma de comercialização, reconhecendo o papel do agricultor familiar no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e reconectando o consumidor ao agricultor. Este artigo visa realizar um levantamento das unidades de produções orgânicas e de diferentes formas de comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional. Para condução do artigo utilizou-se como metodologia, a pesquisa descritiva e exploratória com o uso de dados secundários. Constatou-se que, apesar de expressivo, o crescimento de unidades de produção agrícola e locais de comercialização de alimentos orgânicos no Brasil ainda mantém distanciamento entre os locais de produção e consumo. Assim, concluiu-se a necessidade da produção e consumo de alimentos serem debatidos conjuntamente como ampla política pública de alimentação.

Palavras Chave: Desenvolvimento rural. Mercados locais. Redes alimentares alternativas. Sistemas agroalimentares.

THE LOCATION OF ORGANIC FOOD PRODUCTION AND ITS COMMERCIALIZATION IN SHORT CIRCUITS IN BRAZIL

ABSTRACT

In recent years the concern with healthy eating has been increasing and the organic food market has been constantly rising. Along with this, debates about the way of production and consumption have gained prominence, and today they persist and create experiences by groups of farmers and consumers who propose and use short circuits as a form of marketing, recognizing the role of family farmers in development more sustainable food systems, which reconnects the consumer with the farmer. This article aims to carry out a survey of organic production units and different forms of commercialization in short circuits, demonstrating their disposition and dimension in the national territory.

To conduct the article, descriptive and exploratory research was used as methodology, with secondary data source. It was found that, although expressive, the growth of agricultural production units and places for commercialization of organic food in Brazil still keeps distance between the places of production and consumption. Therefore, the need for food production and consumption to be discussed together as a broad food public policy.

Keywords: Rural development. Local markets. Alternative food networks. Agri-food systems.

2.1 INTRODUÇÃO

É notável que o consumo de alimentos orgânicos vem aumentando ao redor do mundo e que os consumidores estão cada vez mais exigentes e conhecedores sobre seu alimento, à procura de uma alimentação de alta qualidade com alimento mais frescos, limpos, sustentáveis e com técnicas de cultivos que respeitem o meio ambiente e as relações humanas (OTA, 2020). Essa nova demanda tem trazido à tona discussões sobre a integração de métodos e práticas de conservação ambiental na produção agrícola, evidenciando o interesse de consumidores preocupados com a saúde humana, aspectos ambientais e preservação do planeta Terra e, com isso, a agricultura orgânica vem ganhando espaço (DIAS et al, 2015).

No entanto, não é suficiente enfocar apenas a dimensão da produção orgânica. O desafio é buscar a sustentabilidade do sistema agroalimentar no seu conjunto — o qual pode ser definido como o conjunto dos agentes, dos serviços e das instituições responsáveis pela produção, distribuição, acesso, consumo e armazenamento de alimentos. Como assinalava Josué de Castro, em seu livro “Geografia da Fome”, a fome é uma “prova que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas, a necessidade de alimentos” (CASTRO, 1984, p. 34) e deriva muitas vezes de um problema de distribuição e acesso aos alimentos disponíveis (SANTOS, 2002).

Dentro da discussão sobre os sistemas agroalimentares, cabe então articular os debates sobre a produção e sobre a distribuição de alimentos. A produção por meio do modelo de sistema alimentar hegemônico é altamente

especializada, industrializada e completamente orientada para o mercado, e faz uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos no cultivo (PLOEG, 2008). Neste modelo, o retorno econômico obtido pelos agricultores é baixo, devido ao alongamento da cadeia de abastecimento e à redistribuição de valores entre todos intermediários nela envolvidos. Este processo concorre para um afunilamento e distanciamento das relações entre agricultores e consumidores (PREISS; MARQUES, 2015). Assim, há uma deslocalização na produção de alimentos e, conseqüentemente, no sistema alimentar. Desta forma, à medida que perde suas características originais e seu vínculo sociocultural, o alimento, igualmente, é desnaturalizado (*Ibidem*).

Como reação ao sistema agroalimentar predominante, emergem iniciativas que buscam alternativas a esse modelo, como por exemplo, mudanças de hábitos alimentares, novos pensamentos e reflexões sobre hábitos de compra e consumo, valorização da origem do alimento, entre outros (SEVILLA GUZMÁN, 2012). A partir dessas motivações, o autor destaca o surgimento de canais alternativos de comercialização mais curtos, conformando novas relações entre consumidores e agricultores.

Existe um amplo consenso sobre a ideia de que a industrialização e a globalização das cadeias agroalimentares desconectaram a alimentação do seu contexto sociocultural e territorial (WISKERKE, 2009), o que situa a manutenção ou o surgimento de circuitos de comercialização curtos ou de proximidade, numa perspectiva contra hegemônica e de reconexão. Os circuitos curtos não dizem respeito apenas à relação produtor-consumidor, mas são frequentemente conceituados como um paradigma alternativo ao do agronegócio industrializado, visando uma abordagem territorial integrada à alimentação (CHIFFOLEAU, 2019). Nessa concepção, o objetivo é reaproximar os alimentos em escala territorial, levando em conta os desafios do desenvolvimento sustentável.

Dados os recentes debates em torno do tema da alimentação, este trabalho tem como objetivo geral realizar um levantamento dos produtores orgânicos e de diferentes formas de comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional.

Este artigo é composto de cinco partes: esta introdução, uma fundamentação teórica articulando os temas de interesse, o procedimento metodológico utilizado, a apresentação dos dados seguido das suas discussões e, as considerações finais sobre o estudo.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Desenvolvimento da Produção e Comercialização de Orgânicos

No período da Revolução Verde, iniciado nas décadas de 1960 e 1970, optou-se pelo desenvolvimento capitalista no campo aliado à manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, ao invés da realização da reforma agrária. Prevaleceu o desenvolvimento de grandes latifúndios produtores de monocultura com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, interferindo e alterando o modo de produção agrícola no país (PRIM, 2004). Em contramão a esse processo, no início dos anos de 1980, surgem também movimentos e iniciativas contrários ao pacote tecnológico da Revolução Verde, a forma como a modernização da agricultura vinha sendo conduzida e a perspectiva de desenvolvimento rural adotada, remontando as raízes do movimento agroecológico. (IPEA, 2020; MONTEIRO, LONDRES, 2017; SOUZA, DOURADO, 2014).

De fato, desde a década de 1970, começaram a surgir os primeiros trabalhos e pesquisas que apontavam os riscos ao meio ambiente e os impactos dessa agricultura que se denominava de convencional (KHATOUNIAN, 2001; SOUZA, DOURADO, 2014), tais como a degradação do solo, o envenenamento das águas e a toxicidade para a saúde dos produtores e consumidores (NOVAES, 2015). Assim, os movimentos a favor de outra forma de agricultura organizaram e definiram uma proposta de desenvolvimento rural, como alternativa e enfrentamento ao modelo convencional, fundamentada em uma agricultura baseada na produção de base ecológica. (SOUZA, DOURADO, 2014)

O consumo de alimentos orgânicos, longe de ser uma tendência passageira, constitui pelo contrário, um claro *trend* de longo prazo, não só no Brasil, como em escala mundial (ORGANIS, 2020). Em 2018, o consumo mundial de orgânicos representava \$97 bilhões de euros, cujos ganhos eram liderados pelo Estados Unidos, com \$40,6 bilhões de euros, seguidos pela Alemanha (10,9 bilhões de euros), França (\$9,1 bilhões de euros) e China (\$8,1 bilhões de euros). De acordo com o Anuário 2020 do “Mundo dos Orgânicos” (WILLER et al., 2020), 181 países declararam praticar a agricultura orgânica — representando um aumento de 135% comparado com a 1ª edição do anuário, em 1999.

No que diz respeito à alimentação orgânica, é comum supor que os alimentos orgânicos são aqueles cultivados apenas sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos e sem muitas preocupações técnicas com a produção. No entanto, a produção orgânica vai além disso, pois é definido como sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas que não prejudicam o ecossistema local, otimizam os recursos naturais disponíveis e respeitam características socioeconômicas e a integridade cultural da comunidade local, e não utiliza organismos geneticamente modificados e materiais sintéticos e, ademais, prioriza a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, em todas as fases do processo de produção (BRASIL, 2003).

O artigo 3º da Lei nº 10.831/2003, que regulamenta a agricultura orgânica, ressalta que para comercializar produtos, os produtores orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2007), a comprovação da conformidade da produção orgânica pode ser feita por meio de três diferentes maneiras oficiais, que atestam se as normas foram devidamente cumpridas, e cabe ao produtor escolher qual a que mais se enquadra em seus objetivos e possibilidades. São eles:

a. Certificação por auditoria: é quando a concessão do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg é dado por

uma certificadora, pública ou privada, credenciada ao MAPA. Normalmente, esse tipo de certificação é a opção de propriedades mais estruturadas, maiores e com mais recursos, e permite que os produtos sejam comercializados em qualquer lugar, muito utilizados para empresas que querem exportar os seus produtos;

b. Sistema Participativo de Garantia (SPG): é caracterizado pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, ou seja, todos os participantes, que podem ser produtores, consumidores ou demais interessados, se comprometem com o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas e se responsabilizam em caso da possibilidade do não cumprimento dessas exigências por alguns membros. Para ser regular o SPG tem que ser formado, além de seus membros, por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que assumirá a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades e responderá pela emissão do SisOrg;

c. Organização de Controle Social (OCS): considerando a realidade da agricultura familiar e a importância da aproximação e relação entre consumidores e produtores, a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais. Porém, para isso, os agricultores precisam estar vinculados a uma organização de controle social cadastrada em um órgão fiscalizador oficial, a fim de garantir a rastreabilidade de seus produtos. Desta forma, esses agricultores passam, também, a integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).

A certificação por auditoria é mais adotada pelas empresas privadas (NASCIMENTO, WONSOWSKI, PAULINO, 2018). Ela permite realizar a venda para terceiros em território nacional, como por exemplo, redes de supermercado e para mercados internacionais com os quais o Brasil possui acordo de equivalência, possibilitando a exportação dos produtos (BRASIL, 2003).

Uma segunda maneira de atestar os atributos dos produtos orgânicos, gerando confiança no produto pelo consumidor e eliminando os custos da auditoria, é o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Os sistemas participativos

de garantia, nascidos no Brasil em torno da experiência da ECOVIDA, e hoje aplicados em inúmeros países do mundo, são formas de organização baseadas nos princípios de participação, confiança, diálogo entre produtores e grupos de consumidores, visando os mercados internos e de proximidade. Tais normas são adaptadas à realidade territorial, cultural, jurídica e/ou social dos produtores que a aplicam e envolvem os agricultores com a agroecologia e mais atores, como consumidores, no processo de certificação; assim busca mudanças estruturais das regras do sistema alimentar, com base em princípios como a soberania alimentar (ANDRADE, 2017; BOUAGNIMBECK et al., 2014).

O SPG revelou-se uma ferramenta eficaz para os agricultores familiares que querem ampliar os seus canais de comercialização, pois também permite o acesso a mercados maiores e vendas por terceiros em território nacional, eliminando os custos da auditoria (NASCIMENTO; WONSOWSKI e PAULINO, 2018).

A OCS permite aos agricultores familiares atestarem a conformidade de seus produtos como orgânicos e os comercializarem para os mercados institucionais e direto ao consumidor, integrando produtores e consumidores. E como consequência, agregam valor aos seus produtos e contribuem com o desenvolvimento de mercados locais.

2.2.2 Mercados, Agricultura Familiar e Canais Curtos de Comercialização

Ao discutir os mercados de alimentos, Schneider (2016) propôs distinguir entre três significados: (a) o mercado como espaço físico de troca de produtos e mercadorias; (b) o mercado como princípio ordenador da atividade econômica e da sociedade e, (c) o mercado como construção social.

A fim de entender as distintas conformações de mercado, muitas das quais consideradas alternativas ao modelo hegemônico, e refletir como os agricultores familiares se relacionam, diversos autores contribuíram com uma proposta de tipologia de mercados.

Os chamados mercados de proximidade, local e territorial ou de acesso

à venda direta (WILKINSON, 2008; SCHNEIDER, 2016) estão enquadrados nos chamados canais curtos de comercialização, que se configuram como uma das alternativas encontradas pelos agricultores familiares para o escoamento da produção. A formação desses canais de comercialização é compreendida dentro das interações e relações de reciprocidade de atores ligados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos. Com base nesse entendimento, a articulação e configuração desses mercados podem ocorrer de diversas maneiras, mas de acordo com Bava (2012) sempre com o intuito da aproximação entre produtores e consumidores, de modo que, sempre que possível os locais de produção e consumo se deem no mesmo território.

A nível internacional ganhou força a definição das cadeias curtas de comercialização como aqueles circuitos em que existem no máximo um atravessador entre produtor e consumidor (CHIFFOLEAU 2019). Nessa definição, a curta distância social e econômica é, portanto, mais importante que a distância geográfica. Pode haver cadeias curtas de comercialização em larga distância, desde que não ultrapassem um intermediário.

Outras questões de cunho social podem ser identificadas nos circuitos curtos, como o vínculo criado entre o agricultor e o consumidor, a proximidade de quem consome o alimento com o local onde ele é produzido, etc. Assim, o consumidor final passa a ter mais conhecimento sobre a questão da origem do alimento, criando um vínculo com o local, a comunidade e com o alimento que está consumindo, o que leva ao desenvolvimento de novas relações de consumo. (MARSDEN et al., 2000).

De acordo com Sevilla Guzmán et al. (2012), é importante destacar que as relações de poder dentro dessas iniciativas de comercialização buscam ser em prol dos produtores e consumidores, e não dos intermediários e grandes distribuidores. Perez-Cassarino (2013) complementa que a construção desses tipos de mercado potencializa o resgate e reconstrução de valores e princípios pautados na solidariedade, gerando novas relações e sociabilidade.

Logo, esses canais de comercialização têm a capacidade de ressignificar as relações de consumo para além da compra/venda e, assim, estabelecer novos tipos de oferta e demanda com base em novos critérios de

preço, qualidade, valores ambientais e culturais (SEVILLA GUZMÁN et al., 2012).

Assim, é possível estruturar uma economia de empresas locais, que estimulem a circulação da riqueza da região, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares. Para Wilkison (2003) esse tipo de comércio, por meio da venda direta aos consumidores, contribui para que aqueles agricultores, antes excluídos do processo de modernização agrícola, sejam reinseridos no mercado e nas atividades econômicas.

Neste artigo, os canais de comercialização estudados se enquadram no acesso direto (WILKINSON, 2008) ou mercados de proximidade, locais e territoriais (SCHNEIDER, 2016). Seguindo os mesmos parâmetros utilizados pelo Mapa de Feiras Orgânicas (2020), do Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC), utilizou a seguinte divisão dos circuitos curtos de comercialização: grupos de consumo, feiras orgânicas e Agroecológicas e mercados orgânicos parceiros. Cabe observar que esta tipologia ainda não está completa, visto que existem muito mais formas de circuitos curtos de comercialização, como por exemplo, venda direta na propriedade, por meio da Internet, etc.

Em sua classificação, Schneider (2016) conceitua que os **grupos de consumo**, se enquadram naqueles mercados em que se predominam relações de troca interpessoais. Esses mercados tendem a atuar com base nas trocas diretas, valorizando a autogestão e subsidiariedade, socialmente construídos, em que as trocas estão calcadas em relações sociais de interconhecimento e reciprocidade, o que serve também como forma de controle e regulação. Acrescentam-se as **Feiras Orgânicas e Agroecológicas** e os **Mercados Orgânicos Parceiros**, como sendo espaços cada vez mais orientados pela oferta e demanda e a distribuição e circulação das mercadorias, possivelmente, deixa de ser apenas do produtor e passa também a existir um intermediário (SCHNEIDER, 2016).

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho utilizou como método de estudo a pesquisa descritiva e exploratória, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever suas características e/ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). Para a realização deste trabalho, primeiramente foi feito um levantamento na literatura sobre alimentos orgânicos, canais curtos de comercialização, consumo responsável, entre outros. Para a execução do mapeamento foi feita análise e comparação de dados secundários sobre os produtores de alimentos orgânicos e os diferentes tipos de canais curtos de comercialização. Os dados sobre as unidades de produção orgânica foram levantados a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), e para análise das unidades de produção foram divididas a partir da sua localização e o mecanismo utilizado para a sua certificação. Já os dados sobre canais de comercialização foram levantados a partir do Mapa de Feiras Orgânicas do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC), para a análise foi utilizada a divisão realizada pela própria plataforma (feiras, mercados e grupos de consumo) e, depois, dividido em grandes regiões de acordo com sua localização. O CNPO e o Mapa de Feiras Orgânicas estão em constante atualização, assim é importante ressaltar que ambos os dados foram coletados no mês de março de 2020.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.4.1 Produção Orgânica

Desde o ano de 2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) disponibiliza, em seu *site*, a relação das unidades de produção orgânica cadastradas no Brasil. Atualizado mensalmente, esse registro menciona a localização geográfica e os diferentes tipos de organismo de controle e certificação. O registro no CNPO é de caráter obrigatório para os produtores orgânicos no Brasil (EMBRAPA, 2019).

O CNPO possui cadastradas 21.217 unidades de produção orgânica (UP) de todas as regiões do Brasil. A região brasileira com maior número de UPs cadastradas é a região Sul, representando 42%, quase a metade de certificados orgânicos de todo o território brasileiro. Seguindo, as regiões Nordeste e Sudeste, que quase se equiparam em relação aos números, representando 24% e 21% respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1: Relação das unidades de produções orgânicas cadastradas do Brasil por regiões

Região	UPs	(%)
Sul	8978	42%
Nordeste	4995	24%
Sudeste	4543	21%
Norte	1891	9%
Centro-Oeste	810	4%
TOTAL	21217	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

O cadastro CNPO também contém dados de unidades de produções no exterior do Brasil, já que para fazer a comercialização do produto orgânico dentro do território nacional, as unidades de produções de países estrangeiros devem ser certificadas conforme a legislação e normas brasileiras (BRASIL, 2020). A Tabela 2 mostra a procedência das 649 unidades de produção (UPs) estrangeiras registradas no CNPO para poder importar produtos orgânicos no país. Os países da América Latina representam 78% do total de UPs internacionais — principalmente Bolívia com 59%, seguida de Argentina e Chile. O segundo continente mais cadastrado é a Europa, com 17%, sendo a Itália o país com maior número de UPs, cerca de 9,5%, comercializando produtos como azeite de oliva, industrializado à base de tomate, entre outros.

Tabela 2: Relação das unidades agrícolas orgânicas estrangeiras registradas no CNPO por continente

Continente	Total	%
América Latina	509	78,4%
América do Norte	1	0,2%
Europa	111	17,1%
Ásia	20	3,1%

África	8	1,2%
TOTAL	649	100,0%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

O cadastro do CNPO também informa sobre as formas de certificação. A certificação por auditoria é a mais usada, seguida da certificação via organizações OPAC (Sistema Participativo de Garantia – SPG), e finalmente Organização de Controle Social (OCS) que fornece um documento (Declaração) que é a conformidade de produção orgânica participativa (Tabela 3).

Tabela 3: Total de unidades de produção orgânicas cadastradas no Brasil, por tipo de Certificação.

Certificação	Total	(%)
Auditoria	9003	42%
OPAC	7612	36%
OCS	4602	22%
TOTAL	21217	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

A certificação por auditoria é a forma mais utilizada de avaliação orgânica entre as unidades de produção cadastradas no CNPO, representando 42% do total de certificações. As 12 certificadoras¹ credenciadas no MAPA para este fim avaliaram a conformidade orgânica de cerca de 9 mil unidades agrícolas no Brasil. A maior parte das UPs certificadas por auditoria estão localizadas na região Sul, representando 35% do total dessa categoria.

A certificação por Sistema Participativo de Garantia (SPG) representa 36% das UPs orgânicas certificadas (Tabela 3) e tem sido realizada por 27 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade credenciados no MAPA. Com relação à localização geográfica das OPAC, 9 estão no Nordeste,

¹Certificadoras: Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Ecocert Brasil Certificadora Ltda., IBD Certificações Ltda., IMO Control do Brasil Ltda, Agricontrol OIA Ltda., Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade, Instituto Mineiro de Agropecuária, Cugnier Certificadora, Kiwa Bcs Öko-Garantie do Brasil Ltda., Savassi Certificação De Serviços Administrativos Ltda., Igcert Serviços Administrativos Ltda/Genesis Certificações – Igcert Wqs Do Brasil Ltda.

6 no Sul e Sudeste, 5 no Centro-Oeste e 1 no Norte. Os dados na Tabela 4 mostram que o Sul também é a região com maior número de UPs avaliadas por SPG, representando 71%. A região Norte foi a região com menor número de UPs em SPG, com apenas 1%.

As Organizações de Controle Social (OCS) atendem 22% das UPs orgânicas brasileiras (Tabela 3). A região Nordeste representa 47%, ou seja, quase a metade das UPs vinculadas a uma OCS. A região Sul, com realidade bem diferente dos outros tipos de certificações, representa apenas 9% das UPs orgânicas vinculadas a uma OCS (Tabela 4).

Tabela 4: Representatividade dos tipos de garantia de conformidade de produção orgânica conforme as regiões do Brasil

Região	OPAC		OCS		Auditoria	
	UPs	%	UPs	%	UPs	%
Norte	41	1%	551	12%	1299	14%
Nordeste	709	9%	2176	47%	2110	23%
Centro-Oeste	235	3%	237	5%	338	4%
Sudeste	1215	16%	1210	26%	2118	24%
Sul	5412	71%	428	9%	3138	35%
TOTAL	7612	100%	4602	100%	9003	100%

Fonte: CNPO; MAPA (2020).

No Brasil, em sua totalidade, estão cadastradas no CNPO 4.602 UPs que utilizam a OCS, estando distribuídas em 390 organizações no território brasileiro, com a representação de 41% no Nordeste, 35% no Sudeste, 10% Norte, 8% no Sul e 6% no Centro-Oeste. A OCS não está presente apenas nos estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, esses estados utilizam a auditoria e SPG como mecanismos de certificação, com exceção do Amapá em que todas UPs são certificadas por auditoria (CNPO; MAPA, 2020).

Vale a pena mencionar que o número de produtores orgânicos é maior do que o cadastrado no CNPO, tanto pelas famílias que têm dificuldades no processo de certificação, tanto por aquelas que já estão no processo de certificação, mas ainda não foram cadastradas junto ao MAPA. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), 95% das propriedades de agricultura familiar que

fazem algum tipo de cultivo orgânico não são certificadas, o que denota um desafio ao acesso dos mecanismos de certificação por parte desses agricultores.

Finalmente, também faltam nestes dados do CNPO as UPs orgânicas certificadas por duas certificadoras internacionais que trabalham no Brasil, mas não são credenciadas pelo MAPA porque a produção certificada é destinada à exportação (WILLER et al., 2020). Em somatória a essa questão, no Censo Agropecuário (2017), não se conseguiu obter esses dados devido à simplificação do questionário utilizado, o que gerou perda de análises e informações. Portanto, não foi possível realizar comparações mais precisas da evolução do setor e traçar um retrato mais amplo da agricultura orgânica no Brasil que incluía produtores não certificados.

2.4.2 Comercialização de Alimentos Orgânicos em Circuitos Curtos no Brasil

O Mapa de Feiras Orgânicas idealizado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), no ano de 2020, apresentou 898 estabelecimentos enquadrados nos circuitos curtos de comercialização (CCC), categorizados em feiras orgânicas e agroecológicas, comércios parceiros de orgânicos e grupos de consumo (GC).

A partir do referencial teórico utilizado, foi visto que se inserem na lógica de CCC iniciativas de mercados que não envolvem mais de um intermediário entre produtor e consumidor, e que transpassam as lógicas de apenas compra e venda. Eles têm capacidade de re-espacializar os alimentos, constroem relações e conectam a produção de alimentos, origem, natureza, culturas e tradições, além de serem pensados como espaços de socialização, troca de saberes e tantos outros diferenciais para atender às exigências e demandas de uma nova concepção de consumidores que está emergindo.

O Mapa de Feiras Orgânicas é uma plataforma virtual que atua como ferramenta de busca de canais alternativos de comercialização. Lançado em 2012, foi criado com o objetivo de aproximar o consumidor do produtor, estimular a alimentação saudável, mostrar como os produtos orgânicos podem ser mais acessíveis e ampliar o seu acesso aos consumidores (IDEC, 2017).

A maior quantidade desses canais foi localizada na região Sudeste, com quase 40% de representatividade. As feiras foram o canal com maior número, sendo 88% de um total de 898 empreendimentos mapeados pelo IDEC, já os GCR e os comércios ficaram quase equiparados, com uma representatividade de 7% e 5% respectivamente (Tabela 5).

Estes valores se devem ao fato de que as feiras são a principal porta de entrada dos agricultores familiares ao comércio local e o canal de comercialização mais difundido no Brasil, que além da compra e venda de produtos, também se configura como espaços educativos e de lazer, com maior interação entre consumidores e produtores, permitindo maior autonomia para os agricultores (DAROLT et al., 2015). De acordo com a pesquisa realizada pela Organix (2019), as feiras representam o local de preferência para a compra de alimentos orgânicos de 87% dos compradores orgânicos².

Tabela 5: Localização de circuitos curtos de comercialização (CCC) no Brasil, por região.

Região	Feiras Orgânicas	Comércios Parceiros	Grupos de Consumo	Peso relativo da região no total de CCC do Brasil (%)
Sudeste	30,5%	3,1%	5,1%	38,8%
Sul	23,4%	0,8%	1,3%	25,5%
Nordeste	22,4%	0,4%	0,2%	23,1%
Centro-Oeste	7,2%	0,4%	0,4%	8,1%
Norte	4,3%	0,0%	0,2%	4,6%
Brasil (%)	87,9%	4,8%	7,3%	100%
Brasil (n)	789	43	66	898

Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas; IDEC (2020).

² É considerado comprador orgânico pela pesquisa aquele que comprou alimentos orgânicos nos últimos 30 dias da realização da pesquisa e em média 3 vezes por semana (ORGANIX; BRAIN, 2019).

A região Sudeste concentra 34,7% de feiras orgânicas levantadas pelo IDEC, 65,1% de comércios parceiros e, 69,7% de GCR (Tabela 6). Outro fato que se mostrou notório nesta tabela é que mesmo a região Sudeste tendo o maior percentual de feiras, as regiões Sul e Nordeste também têm valores significativos, fazendo com que este seja o canal de comercialização que está melhor distribuído pelo Brasil.

Já o peso relativo das regiões Centro-Oeste e Norte ficou abaixo das outras regiões já destacadas, sendo no total dos CCC 8% e 4,5% respectivamente (Tabela 5). Esse fato também ocorre quando se analisa o peso relativo para cada canal de comercialização separadamente. No caso das feiras orgânicas, por exemplo, a representatividade das regiões Norte e Centro-Oeste somadas não atinge a metade da expressão de feiras da região Nordeste.

Tabela 6: Localização dos diferentes circuitos curtos de comercialização, por regiões do Brasil

Regiões	Feiras Orgânicas	Comércios Parceiros	Grupos de Consumo
Centro-Oeste	8,2%	9,3%	6,1%
Nordeste	25,5%	9,3%	3,0%
Norte	4,9%	0,0%	3,0%
Sudeste	34,7%	65,1%	69,7%
Sul	26,6%	16,3%	18,2%
Brasil (%)	100,0%	100,0%	100,0%
Brasil (n)	789	43	66

Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas; IDEC (2020).

Em relação aos comércios parceiros de orgânicos, só podem ser cadastrados no Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC se cumprirem uma série de critérios, como ser uma iniciativa transparente sobre as relações com os agricultores, demonstrar a composição dos preços praticados, suas despesas operacionais e que tenha uma parceria com os agricultores para além da comercialização (IDEC, 2020).

Embora pesquisas apontem para o crescimento do mercado de orgânicos, ainda há limitações em relação aos dados acerca da produção e do consumo. De acordo com o diretor da Organics, Ming Liu, e a coordenadora da

CI Orgânicos, Sylvia Wachsner, a falta de dados dificulta a mensuração do mercado e constitui um entrave na sua expansão, além de prejudicar o acompanhamento histórico da produção e comercialização (LIMA et al, 2019). Essa mesma questão foi evidenciada em seu desenvolvimento, ao levantar os dados a partir das bases dados disponíveis, notou-se falta de informações e padronização em algumas delas, reduzindo as possibilidades de estudo.

2.4.3 Produtores e consumidores: onde estão localizados?

Este artigo traz uma primeira aproximação à localização no Brasil da produção de alimentos orgânicos e da existência de circuitos curtos para a sua comercialização. O trabalho apresentou a localização das unidades de produção orgânicas cadastradas no CNPO, por região do território brasileiro, e por país de importação. Vale lembrar que cada um dos mecanismos de certificação e de garantia de conformidade de produção orgânica cumprem um papel fundamental, atendendo às necessidades e especificidades de cada tipo de produtor orgânico. Assim, os agricultores e/ou empresas escolhem a certificação a partir do tipo de mercado que desejam acessar.

Ressalta-se, assim, que foi assertivo por parte da legislação brasileira estabelecer três mecanismos de avaliação da produção orgânica, e reconhecer o controle social como instrumento de verificação e garantia da qualidade, refletindo a heterogeneidade dos sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no Brasil (NIERDELE; ALMEIDA, VEZZANI, 2013; MOURA, 2017). É significativo e respeitável salientar os esforços de diversos movimentos sociais, sociedade civil organizada e/ou diversos interessados na busca e luta por outros tipos de certificação além da auditoria.

Os dados demonstrados neste artigo mostram que a região Nordeste possui o maior número de UPs orgânicas vinculadas a Organizações de Controle Social, com um total de 2.176 em número absoluto. No entanto, quando se totalizam todas as formas de circuitos curtos, o Nordeste fica em 3º lugar entre as 5 regiões brasileiras, representando 23 % do total no Brasil.

A região Sudeste é outra região com forte expressividade. Corresponde a quase 39% dos circuitos curtos mapeados. Porém, o número de UPs orgânicas vinculadas a OCS cai para quase metade do Nordeste, sendo um total 1.210 UPs cadastradas. Essa discussão pode ocorrer em função do número de estabelecimentos familiares que há no Nordeste, região onde concentra o maior número de agricultores familiares segundo o Censo Agropecuário, com dados de 2017. Desta maneira os dados demonstram a distância do maior mercado consumidor, no caso do Sudeste, da localização da região onde se encontra a maior quantidade de UPs orgânicas garantidas por meio de OCS.

Os dados do IDEC mostram também que a região Sudeste, seguida da Sul e Nordeste, é a região com o maior número de locais que comercializam produtos orgânicos em circuitos curtos. Isto corrobora a pesquisa realizada pela Orgânis (2019), em que se constatou que a região Sul possui o maior número de pessoas compradoras de produtos orgânicos no Brasil, com um peso relativo de 23%, seguido das regiões Nordeste e Sudeste com 20% e 19% respectivamente.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos produtores orgânicos e de diferentes formas de comercialização em circuitos curtos, demonstrando a sua disposição e dimensão no território nacional. Os resultados constituem apenas uma primeira aproximação, pois estão limitados à análise por grandes regiões e caberia no futuro afinar a análise por Estado, ou por grandes áreas de consumo. No entanto, pode-se observar que existe um verdadeiro potencial para a territorialização da produção de alimentos orgânicos em torno a centros consumidores, assim como alguns entraves. Como visto na discussão, os canais de comercialização (feiras, comércio parceiros e grupos de consumo) podem englobar um ou mais produtores, assim como os agricultores escoam sua produção em mais de um canal de comercialização. Esse mesmo fato ocorre do lado da demanda em que os

canais de comercialização podem atender um ou mais consumidores.

Contudo, o levantamento nas bases de dados permitiu desenhar um primeiro panorama de produção e consumo de produtos orgânicos. Percebe-se que a região Sudeste é a com maior representatividade quando se fala em circuitos curtos de comercialização em que a produção de alimentos deveria ser melhor explorada como uma opção para evitar os grandes deslocamentos, impactos ambientais e perdas com o transporte, etc. Já na região Nordeste, o número de UPs é bastante expressivo, principalmente quando se fala em garantia de conformidade de produção orgânica por meio da OCS, que demonstrou ser uma importante ferramenta para garantir a conformidade orgânica da produção de agricultores familiares.

A coexistência de diversas formas de certificação orgânica, com diferentes níveis de exigência e metas de mercado, é uma ferramenta de grande valia para disponibilizar alimentos orgânicos em todo o território nacional, próximo a grupos de consumidores, com custos de certificação adaptáveis. Assim, são necessárias iniciativas, principalmente do poder público, em fomentar políticas públicas para assistência técnica e extensão rural para contribuir no processo produtivo e demandas de certificação, também para mais canais de escoamento como o mercado institucional e a ampliação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A pesquisa traz outro resultado importante sobre a distribuição de terras, que também é um obstáculo para a produção orgânica. Apesar da expansão das áreas com cultivo agrícola no Brasil, as áreas em produção orgânica certificada corresponderam no ano de 2018, a apenas 0,42% do total de áreas agrícolas (WILLER et al., 2020). O mesmo ocorre em escala global, já que 1,5% das áreas agricultáveis de todo o mundo são de cultivo orgânico. Os dados ficam ainda mais discrepantes quando se comparados ao número de produtores.

As reflexões em andamento mostraram que os circuitos curtos de comercialização se configuram no Brasil como uma forma viável de distribuição e

de acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos. A construção desses mercados, que estreita as relações entre consumidor e produtor, parece trazer benefícios para ambos os lados, tanto para os consumidores organizados em torno do consumo consciente, quanto para os agricultores que passam a repensar suas práticas produtivas. Tal fato evidencia o quanto os diferentes atores organizados na sociedade civil podem trazer avanços para o desenvolvimento sustentável. No entanto, tais iniciativas, não eximem o dever do poder público em criar políticas públicas que desenvolvam e contribuam com a produção orgânica e que facilitem o acesso ao consumo desses produtos.

Vale aqui retomar a fala de Santos (2002) descrita na introdução deste artigo sobre a questão de que a fome não é devido à produção de alimentos e sim questão de distribuição, complementando com Abramovay (1985, p.57) segundo o qual, estamos caminhando para um “sistema de produção e distribuição de alimentos que torna possível a convivência cruel entre fartura e escassez”. Desta forma, cabe a pergunta: qual o tipo de produção e consumo de alimentos que realmente queremos defender?

À vista disso, os estímulos por parte do poder público, da organização da sociedade civil, a manutenção e desenvolvimento de políticas públicas para agricultura familiar, que pautem a distribuição e o acesso à terra, e o consumo e a produção de alimentos, devem ser debatidos de forma conjunta. Assim, tem-se a possibilidade de incentivar a produção e o consumo de alimentos de base ecológica, sejam eles orgânicos, agroecológicos, naturais, entre outros, como ampla política pública que favoreça e estimule a alimentação saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Que é Fome**. – São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.

ANDRADE, Maurício Pino . **Los Sistemas Participativos de Garantía en el Ecuador**. A proximaciones a su desarrollo. Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales n.º 22, septiembre de 2017, pp. 120-145

BAVA, S. C. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. In: STIFTUNG, H. B. Série Democracia - Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. 2012

BOUAGNIMBECK, H. **Global comparative study on interactions between social processes and Participatory Guarantee Systems**. A best practice study for learning and development with case studies from Africa, Asia, Europe and Latin America. In: International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de dez. 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em Março/2020

CASTRO, Josué de, 1908-1973. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** / Josué de Castro. – Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1984.

CHIFFOLEAU Y. **Les circuits courts alimentaires: entre marché et innovation sociale**. Paris: ERES Editions, 2019, 174 p.

DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, 2016.

DIAS, Valéria da Veiga; SCHULTZ, Glauco; DA SILVA SCHUSTER, Marcelo; TALAMINI, Edson; RÉVILLION, Jean Philippe. **O Mercado de Alimentos Orgânicos: Um Panorama Quantitativo e Qualitativo das Publicações Internacionais**. Ambiente & Sociedade, Vol. XVIII, Núm. 1, Enero-Marzo, 2015, Pp. 161-182 ,

EMBRAPA. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos** – Campinas: Embrapa Territorial, 2019.

FiBL - Research Institute of Organic Agriculture; IFOAM – Organics International. **The World of Organic Agriculture**. 20^a Ed. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Plataforma online de busca. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em Março/ 2020.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas: nova versão traz receitas e mais conteúdo.** Notícia disponível em <<https://idec.org.br/noticia/mapa-de-feiras-organicas-nova-versao-traz-receitas-e-mais-conteudo>>. Acesso em Março/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro2017.html>> Acesso em Junho/2020

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001, p. 17-58.

LIMA, Sandra Kitawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Brasil, 2020. Tabela em excel disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em Março/2020

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development.** Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MONTEIRO, D; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos:** notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília : Ipea, 2017. 463 p. p. 53-83.

MOURA, I. F de. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil.** In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463 p. p. 27-51.

NASCIMENTO, G. S; WONSOWSKI, L. P; PAULINO, R. S. **A Venda Direta de Produtos Orgânicos em Feiras de Agricultores:** Uma Análise Comparativa entre Feira da Zona Sul e Zona Leste da Cidade de São Paulo. 1º ANPPAS Sudeste. EACH/USP. São Paulo, 2018.

NIEDERLE,P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

NOVAES, H. et all. **A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST** in.: NOVAES, H. et. all. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 1ª Ed. – São Paulo. Outras Expressões, 2015. 408 p.

ORGANIS – Associação de Promoção Orgânica. **O que é um Produto Orgânico?**. E-book Pensando Orgânico, 2020. Arquivo PDF disponível em: <<https://organis.org.br/o-que-e-produto-organico/>>. Acesso em Março/2020

OTA – Organic Trade Association. **U.S. Organic Industry Survey 2019**. Disponível em <<https://ota.com/resources/organic-industry-survey>>. Acesso em Março/2020.

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia**. In: NIEDERLE,P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. Van Der. **El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PREISS, Potira Viegas; MARQUES, Flávia Charão. **Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

PRIM L. F de. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre A associação de agricultores Monte Alegre (AGRIMA)**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Puc, São Paulo.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In Território Territórios. Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. *Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 93-136.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012

SOUZA, H. P. de S; DOURADO, J. A. L. *Sistema orgânico de produção e a questão agrária: notas para o debate*. *Caminhos de Geografia*, v. 15, n. 52, p. 55–65. Uberlândia, 2014

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILLER, Helga; SCHLATTER, Bernhard; TRÁVNÍČEK, Jan; KEMPER, Laura; LERNOUD, Julia (Eds.) (2020): **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020**. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM – Organics International, Bonn.

WISKERKE J.S.C. **On Places Lost and Places Regained: Reflections on the Alternative Food Geography and Sustainable Regional Development**. *International Planning Studies*, 2009. Vol. 14, no 4, p. 369-87.

3. TRAJETÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO COOPERATIVISMO: O CASO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

RESUMO

A partir de 2013 houve mudanças no cenário das políticas públicas, especialmente relacionadas à reforma agrária e aos meios institucionais para a agricultura familiar escoar a sua produção, os chamados programas/mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso gerou um cenário de insegurança para alguns agricultores familiares, que tiveram que buscar outras formas de se organizarem e escoarem a sua produção. Este artigo visa estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultu-

ra Familiar de Americana (Cooperflora), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Milton Santos, na comercialização em circuitos curtos; além de descrever como a organização da cooperativa contribuiu para a permanência do agricultor no campo. Para atingir os objetivos propostos foi feito um estudo de caso junto à Cooperflora, sendo esse estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Os dados são primários e como procedimento de coleta, utilizou-se um roteiro semiestruturado para entrevistas. Com o estudo, aponta-se como se deu a criação da cooperativa e como os agricultores estão se organizando para escoar os seus produtos por meio dos grupos de consumo. Conclui-se o papel fundamental da organização coletiva como uma forma de ação educativa e para promoção do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Cooperativismo. Grupos de Consumo. Desenvolvimento Rural.

TRAJECTORY FOR THE CONSTRUCTION OF A SHORT CIRCUIT OF A COMMERCIALIZATION THROUGH COOPERATIVISM: THE CASE OF AGRICULTURAL BASKETS IN THE MILTON SANTOS SETTLEMENT

ABSTRACT

The last few years have been marked by major changes in the public policy scenario, such as agrarian reform and institutional means for family farmers to sell their production, the so-called institutional programs/markets, such as the Food Purchase Program (PAA). This article aims to study the creation, trajectory, and mobilization of the Cooperative of Family Farming of Americana (Cooperflora) linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) established in the Milton Santos Sustainable Development Project (PDS) for commercialization in short circuits, and to describe how the organization of the cooperative contributed to the permanence of the farmer in the field. To reach the proposed objectives, a case study was carried out at Cooperflora, which is a qualitative, descriptive, and exploratory study. The data are primary, and a semi-structured interview script was used as a collection procedure. The study shows how the cooperative was created and how farmers are organizing themselves to sell their products through consumer groups. The fundamental role of collective organization as a form of educational action and for the promotion of rural development is concluded.

Keywords: Cooperativism. Consumption Groups. Rural Development.

3.1 INTRODUÇÃO

O período, desde o ano de 2013, foi marcado por grandes mudanças no cenário político brasileiro, aos cortes nas políticas públicas para Reforma Agrária e Agricultura Familiar, realizados pelo governo federal no último período, principalmente em programas de compra institucional que garantia certa autonomia e geração de renda para os agricultores familiares.

Em resposta a esse contexto de instabilidade, distintos grupos de agricultores estão desenvolvendo formas alternativas para a comercialização e o escoamento de produção conforme analisado no segundo capítulo desta dissertação. E juntamente a esse processo emergem iniciativas de consumidores organizados buscando novas formas de consumo locais, estabelecendo uma relação mais próxima com os agricultores, motivados por necessidades individuais, como a própria saúde, a preocupação com o meio ambiente, questões éticas e políticas. Assim, os agricultores se veem em um cenário, no qual, para além do processo produtivo, também estão inseridos nas relações mercantis.

Diante deste contexto, os objetivos deste artigo são:

1) Estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Milton Santos na comercialização em circuitos curtos; e

2.) Descrever como a organização da cooperativa contribuiu para a permanência do agricultor no campo.

Este artigo é composto de cinco partes: esta introdução, uma fundamentação teórica articulando os temas de interesse, entre eles: Agricultura Familiar, Circuitos Curtos de Comercialização e Cooperativismo; o procedimento metodológico utilizado, a apresentação dos resultados seguido das suas discussões e, as considerações finais sobre o estudo.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

3.2.1 Agricultura familiar e Assentamentos Rurais

No Brasil, a Lei 11.326 (BRASIL, 2006) estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Ela define agricultor familiar com base em alguns requisitos, além da prática da atividade agrícola, ele deve deter uma área igual ou até 4 módulos fiscais, use no mínimo metade da força do trabalho familiar no processo produtivo, metade da sua renda deve ser proveniente da prática agrícola familiar e a gestão do estabelecimento seja estritamente familiar. São também beneficiários desta lei os silvicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas.

Para além da definição na lei, o Brasil avançou no que tange a compreensão do significado e das características dos agricultores familiares; um dos principais progressos foi o reconhecimento da grande diversidade econômica, social e a heterogeneidade deste grupo social que utiliza a força de trabalho de suas famílias para produção, para seu autoconsumo, como para comercialização (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Compreendem, também, nesse universo de agricultores/as familiares os Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou seja, agricultores e agricultoras que possuem um lote de terra, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por um órgão estadual, como a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no caso do estado de São Paulo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que será abordado no tópico seguinte, tem como bandeira de luta a realização da Reforma Agrária, com caráter popular, que garanta o acesso, posse e uso da terra para “todos os que nela trabalham” (MST, 2020 p. 1). Uma das formas concretas para atingir esse objetivo e permitir o acesso à terra pela sociedade civil, é a efetuação de assentamentos rurais.

Os autores Bergamasco e Norder (1996) definem os assentamentos

rurais como sendo a constituição de novas unidades agrícolas de produção, por meio de políticas governamentais, visando o acesso e uso da terra. Furtado e Furtado (2000) complementam dizendo que essa redistribuição faz com que se diminua a concentração de terras.

3.2.2 Breve Histórico do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um movimento social brasileiro que organiza camponeses e trabalhadores sem terras na luta pela Reforma Agrária. O MST foi fundado em 1984 e hoje está organizado em 24 estados e nas cinco regiões do território brasileiro, no total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram o acesso à terra por meio da organização e da luta do movimento (MST, 2020).

Segundo Stedile e Fernandes (2012), a base social que gerou o MST é composta por camponeses expulsos das terras por conta da modernização da agricultura, que os obrigou a tentar resistir no campo e buscar formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. Os autores ressaltam que essa base estava disposta a lutar e que não aceitava a volta para a cidade como solução para os seus problemas.

O MST se caracteriza por lutas de massa e uma grande pressão social e política. Sem ser um partido político, assume uma dimensão sociopolítica de peso. Se a finalidade básica do Movimento é a obtenção de terras que se justifica em respeito a um postulado de igualdade perante o acesso à terra, qualquer pessoa tem o direito de suprir suas necessidades de maneira autônoma, essa reivindicação inscreve-se num projeto de sociedade ampla, igualitária, solidária, democrática ecológica, que o MST procura construir na sua prática cotidiana, dentro dos assentamentos. (HOUTART, 2003: p.159).

E uma das principais contribuições do MST para a sociedade foi a produção de alimentos para o povo, assumindo o compromisso de produzir arroz, feijão, leite, queijo, frutas, verduras e legumes, entre outros, e para fazer isso realiza o trabalho coletivo com base nos princípios da Agroecologia. O que

resulta na organização de mais de 100 cooperativas e mais de 1.900 associações nos assentamentos, trabalham de forma coletiva na produção de alimentos, geração de renda, condições de trabalho no campo e elevação da qualidade de vida das famílias (MST, 2020).

O Assentamento Comuna da Terra Milton Santos está localizado nos municípios de Americana e Cosmópolis, no estado de São Paulo, e foi resultado da luta do MST na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Assim, a cooperativa Cooperflora, objeto de estudo deste trabalho, está inserida dentro desta lógica, ela foi criada com o objetivo de ser uma forma de organização e geração de renda para os agricultores assentados.

3.2.3 Cooperação Agrícola

De acordo com a Cardoso (2014), cooperativa é uma associação de pessoas que se juntam para formar uma empresa de propriedade conjunta, democraticamente controlada. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2008) ressalta que as empresas cooperativas estão fundamentadas em valores de auxílio mútuo, responsabilidade, solidariedade, democracia e participação.

O artigo 3º, da Lei nº 5.764/71, conceitua a cooperativa como sendo:

Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

O cooperativismo vem a cada dia se fortalecendo mais por promover o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Com isso a cooperativa vem com o papel de inserir os agricultores familiares em diversos canais de comercialização, possibilitando maior poder de negociação, primando sempre pelos seus princípios e com maior respeito ao trabalho das pessoas, oferecendo melhores condições para execução das atividades, visto que os cooperados decidem em conjunto como reinvestir o dinheiro das sobras, vale ressaltar que

o objetivo da cooperativa não é lucrar em cima do cooperado, ela é apenas um instrumento para que eles obtenham renda (PINHO, 1966).

Segundo Valadares (2002a, p. 20): “(...) as diferenças que distinguem a cooperativa de outro tipo de organização são encontradas na finalidade da cooperativa, a forma de propriedade e de controle, e como são distribuídos os benefícios”. E mostra alguns aspectos para melhorar o entendimento sobre as cooperativas: I. na sua essência a cooperativa é uma empresa econômica; II. a empresa cooperativa deve servir aos interesses dos seus membros; III. por extensão, a cooperativa beneficia a comunidade local de um modo geral; IV. como empreendimento econômico a cooperativa realiza a intermediação dos interesses dos seus membros com o mercado; V. e nesse caso prevalecem as questões imperativas de eficiência, produtividade e competitividade econômica, tanto no que se refere às relações internas da cooperativa com seus cooperados, quanto no que se refere às relações externas com o mercado.

Deste modo, a cooperativa tem como intenção satisfazer as necessidades coletivas de uma comunidade, a partir do momento que verificaram que é mais vantajoso se organizar coletivamente do que individualmente, e que o interesse individual jamais é priorizado em detrimento do coletivo, pois cada um tem sua importância na cooperativa (VALADARES, 2002).

Dentro deste contexto, enquanto estratégia de organização da produção e comercialização, o MST utiliza o cooperativismo como uma forma de viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos e garantir a vida econômica dos assentados, além de que encontram nele um instrumento de resistência. É importante ressaltar que o cooperativismo tradicional apresenta uma alternativa para a superação do regime capitalista, regime de produção a que o MST se contrapõe.

A cooperação produtiva é elemento chave em nossa estratégia (...)
Poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes se insiram na luta política em curso (MST, 2006, p.7)

A promoção da cooperação agrícola contribui na geração de renda dos próprios assentados, além de colaborar no processo de fortalecimento da luta pela reforma agrária, já que com o grande crescimento das cooperativas os assentamentos e a produção do MST ficaram mais conhecidos. Um exemplo disso é o MST ser considerado o maior produtor de arroz orgânico da Americana Latina (MST, 2021).

O MST adota uma nova palavra de ordem: ocupar, resistir e produzir, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção, como prova da viabilidade econômica dos assentamentos e da reforma agrária. Resultante das experiências surge a proposta de organizar a produção através da cooperação agrícola nos assentamentos (FABRINI, 2003, p. 98)

Além disso, vale lembrar que as cooperativas não estão desarticuladas da vida política, além de serem ferramentas para geração de renda, elas também visam conscientizar os assentados sobre o seu papel na luta pela terra e pela mudança da sociedade.

E mesmo com as grandes contradições e dificuldades enfrentadas pelo movimento na utilização do cooperativismo, ele é considerado como um elemento importante das diversas frentes de atuação do MST, pois, além de fazer o debate sobre a luta de classe e do modo de produção capitalista, favorecer a vida econômica e servir como experiência de organização coletiva, é também uma forma de luta do movimento.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A técnica de investigação adotada foi o estudo de caso, tendo como unidade de análise a comercialização de Cestas Agroecológicas para grupos de consumo (GC), realizada por um grupo de agricultores familiares da cooperativa Cooperflora, localizada no Assentamento Comuna da Terra Milton Santos, nos municípios de Americana e Cosmópolis/SP. Este trabalho se

enquadra como uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, pois tem como objetivo a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno e, como pesquisa exploratória, que tem como principal a finalidade de desenvolver e esclarecer conceitos e ideias (GIL, 2008).

Com o objetivo de compreender a criação da cooperativa, escolha do modelo de entrega dos alimentos e a montagem dos grupos de consumo, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com dirigentes do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SCPMA) do MST pela Regional de Campinas, que, de acordo com a organicidade do MST, é a regional onde o Assentamento Milton Santos está inserido. Os dois entrevistados participaram dessa instância do MST nos anos de 2016 e 2017, suas identidades foram preservadas, destacando apenas a sua função, os anos em que compuseram esta instância e o ano no qual as entrevistas foram realizadas.

As entrevistas foram gravadas e as falas consideradas mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa foram transcritas e estão dispostas no corpo do texto. O roteiro de entrevista foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juntamente com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 20164619.3.0000.5504 e cada participante da pesquisa, deu sua permissão formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção do trabalho apresenta a história da cooperativa Cooperflora, o processo de organização enquanto coletivo, cooperativa e MST, grupos de consumo e Cestas Agroecológicas.

3.4.1 Trajetória da construção da Cooperflora

O processo de construção da cooperativa se deu por conta dos cortes dos projetos sociais do governo, os agricultores do assentamento pararam de produzir por não terem como escoar a produção. Em uma das aulas da turma de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que acontecia no assentamento, foi conversado sobre o que poderia ser feito para melhorar o escoamento da produção, e durante a aula foi sugerido a criação de uma cooperativa. Assim, em 2014, o grupo de agricultores e agricultoras, junto ao MST, começou a pensar na possibilidade da criação de uma cooperativa de produção, beneficiamento e comercialização para a região (Figura 6).

Constituída em novembro de 2015, a Cooperflora — Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana, Cosmópolis, Limeira e Piracicaba tem por objetivo apoiar, fomentar e atuar na organização para distribuição e venda dos produtos dos agricultores familiares, assentados nessa região, ou seja, no Assentamento Milton Santos, em Americana e Cosmópolis, no acampamento Elizabeth Teixeira em Limeira e Marielle Vive em Valinhos.

Figura 3: Reunião para pensar na criação da cooperativa em 2014



Fonte: Acervo da Cooperflora, 2014.

A Cooperflora tem também por objetivo trabalhar no planejamento da produção e na conscientização dos agricultores para a produção agroecológica e orgânica, respeitando assim o meio ambiente e principalmente a saúde dos seus consumidores. Neste caminho, já foi dado um importante passo, com a avaliação da produção orgânica por Organização de Controle Social (OCS) da maioria de seus produtores cooperados. (COOPERFLORA, 2017)

Desde a criação da cooperativa, o grupo ainda não conseguiu acessar nenhum projeto governamental, e teve dificuldade para a sua regularização devido a empecilhos no processo burocrático, como o reconhecimento do endereço e do Código de Endereçamento Postal (CEP) rural do assentamento. O coletivo de agricultores que compõe a Cooperflora tem como principal forma de comercialização a venda direta em grupos de consumo, a fim de uma aproximação da cidade, como ressalta uma das lideranças do assentamento e dirigente do MST “nossa linha política é vender direto pra classe trabalhadora”.

(...) a Cooperflora tem uma característica distinta de outras cooperativas no espaço rural que é justamente ser uma cooperativa de base, em que há liderança com certeza, mas é uma liderança democrática. É uma cooperativa que dialoga muito com a base, que traz muito a base pra conversar sobre os temas e sobre os espaços de deliberação, isso é fundamental, fortalece a cooperativa de uma forma muito significativa, porque senão a gente entra num processo comum das cooperativas que é os agricultores se comportarem como clientes e não como cooperados. (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

3.4.2 Grupos de Consumo e as Cestas Agroecológicas

Os grupos de consumo surgem a partir de uma proposta de compra e venda nos circuitos curtos de comercialização (CCC). Eles são iniciativas de um coletivo de pessoas organizadas para acessar produtos e/ou serviços, que estejam alinhados com seus princípios e valores, a preços justos, contribuindo com a economia solidária e agricultores familiares de base agroecológica

(CALABRÓ e RETIÈRE, 2016). Desta forma, destacam-se duas práticas principais: a demanda pelo produto e a demanda por fazer parte de uma forma alternativa de comercialização (INSTITUTO KAIRÓS, 2013)

Os grupos de consumo da Cooperflora foram montados a partir da organização das demandas de consumidores e aliados da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que tem afinidade com o MST. Primeiramente ocorreu uma conversa inicial entre os consumidores e a Cooperflora para decidir questões práticas relacionadas à comercialização da entrega das cestas, como local e dia de entrega (Figura 7).

Figura 4: Reunião para avaliação e escolha do modelo das cestas



Fonte: Acervo Cooperflora, 2016

Não existe um número mínimo exato de consumidores para os grupos de consumo, a única exigência feita é que o valor do frete seja compensado pelo número de encomendas, assim o número mínimo de consumidores varia conforme o local de entrega estabelecido. No ano de 2020 a Cooperflora fechou o valor do frete sendo: R\$2,00 para Americana, R\$3,00 para Santa Bárbara D'Oeste e R\$5,00 para Campinas.

Os grupos de consumo não têm um estatuto de funcionamento, no entanto, a Cooperflora prima que os consumidores passem por um espaço formativo para conversar sobre temas como Agroecologia, alimentação saudável, Sistema Agroalimentar, entre outros, a fim de realizar uma conscientização para o ato do consumo e estreitar relações com os

consumidores em torno das pautas defendidas pelo MST.

Uma das formas escolhidas para a comercialização são as Cestas Agroecológicas, que são um combinado de alimentos *in natura* e processados, na grande maioria, feitos artesanalmente. Atualmente são entregues, em média, 300 cestas por mês em pontos pré-determinados junto ao grupo de consumo, este modelo de venda direta foi escolhido entre agricultores e consumidores.

nós precisávamos de um modelo de escoamento pra seguir; aí, nós decidimos montar grupos de consumo. (Entrevista 1, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

têm inúmeras formas de você organizar, acho que basicamente vai depender das características do espaço produtor e dos consumidores, pra ver qual desenho, qual arranjo, que funciona melhor pra esse grupo, né? E no caso do Milton Santos pra gente foi melhor as cestas, porque a produção estava num estado delicado, né, as pessoas não tinham onde vender, os agricultores locais não tinham onde vender, então eles tavam deixando de produzir, né? (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

Em maio de 2021, o coletivo de agricultores que compõem a cooperativa, é de cerca de 20 famílias e, destas, 11 entregam cestas assiduamente para os grupos de consumo.

Antes da pandemia da Covid-19, em meados do mês de março de 2020, a Cooperflora tinha ponto de entrega na cidade de Americana, um ponto na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, um ponto no município de Paulínia, e três pontos de entrega na cidade de Campinas, com média de 83 consumidores, com entregas quinzenais.

Durante a pandemia da Covid-19, entre os meses de maio e outubro de 2020, o Sindicato dos Petroleiros Unificados (Sindipetro) de Campinas, junto a parceiros, MST e Cooperflora, fizeram uma ação de comprar as Cestas Agroecológicas e doá-las em locais com pessoas em vulnerabilidade social no município de Campinas (Figura 8); junto a isso os agricultores se organizavam

para também fazerem doações de alimentos e entregar nesses locais. No total, em 5 meses de campanha, foram mais de 4 mil cestas, o que equivale a uma média de cerca de 24 toneladas de alimentos. Essa ação integrou a campanha “Gás a Preço Justo” desenvolvida pelo Sindipetro, na qual comercializavam o botijão pelo valor de R\$ 40,00, sendo que pelas distribuidoras, o botijão era comercializado por cerca de R\$80,00 em 2020.

Figura 5: Entrega das cestas em parceria com o Sindicato dos Petroleiros Unificados, para doação a famílias em situação de vulnerabilidade social



Fonte: Acervo Cooperflora, 2020.

Além desses pontos de entrega, a Cooperflora também entregava para mais um grupo de consumo, localizado no município de Piracicaba, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz – ESALQ/USP, com um número variável de cestas. No entanto, esse grupo tem a especificidade de não ser gerido pela Cooperflora, a iniciativa e gestão desses grupos é feita por pessoas e grupos de estudo e pesquisa em agroecologia da ESALQ, parceiros da cooperativa e do MST.

3.4.3 Movimento Social e os Circuitos Curtos de Comercialização

O MST, enquanto Regional Campinas, teve papel fundamental na criação da cooperativa e na montagem dos grupos de consumo Agroecológicos para o escoamento da produção. O primeiro grupo de consumo da Cooperflora se deu, por intermédio do interesse de alguns jovens em se aproximar do MST, assim uma liderança do assentamento e dirigente do MST relata que sugeriu que essa aproximação se desse por meio da comercialização e, a partir disso, poder fazer o diálogo e estreitar as relações.

Primeiramente, eu acho que o movimento social em toda a organização da cesta, é a pedra fundante. No meu ponto de vista não é possível pensar essa iniciativa de produção desvinculada do movimento social. Isso mostra a centralidade do movimento social na organização da produção de uma forma ampla, de uma forma geral (...) E aí a produção se conecta a um projeto numa elaboração de transformação social mais ampla, então pra mim não é possível pensar a produção em caráter emancipador, em caráter de transformação das relações sociais de produção, ou seja, um projeto de reforma agrária popular é fundamental que a gente reflita e transforme as relações sociais de produção, isso não é possível fazer descolado, no meu ponto de vista, do movimento social. (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

O MST compreende a Agroecologia como uma estratégia de luta e, não apenas como uma solução tecnológica para o movimento, ela faz parte de um processo maior de luta e enfrentamento ao modelo convencional de produção e exploração dos trabalhadores (NOVAES, 2015).

Apesar da questão socioambiental já estar presente anteriormente e a

Agroecologia já ter aparecido de forma gradativa nos congressos nacionais³ de 2000 e 2007, foi apenas no VI Congresso Nacional do MST, em 2014, que ela ficou estabelecida enquanto uma linha política prioritária para todo o conjunto do movimento (MST, 2014)

Gonçalves (2008) traz o debate que, para consolidar a Agroecologia nos assentamentos, é necessário desenvolver sistemas produtivos que diminuam a dependência dos agricultores e consumidores aos atravessadores e grandes empresas, que dominam o sistema agroalimentar e, assim, poder contribuir para formação e o desenvolvimento da Soberania Alimentar. Esse debate é elucidado pela fala de um dos dirigentes do setor de produção, disposta a seguir:

O processo de discutir os sistemas agroalimentares locais no meu ponto de vista, na minha leitura pessoal, ele deriva um pouco dessa construção agroecológica do movimento; então a agroecologia coloca uma série de pressupostos da organização da produção que abre espaço pra ideia e pra proposta pros sistemas agroalimentares locais e pros CCC (...) Veja, um elemento central da agroecologia, dentro da agroecologia, da organização social e produtiva da agroecologia, é justamente o controle, o empoderamento dos camponeses e camponesas sobre o processo produtivo, e a comercialização tá nisso né? Ou seja, a categoria central no meu ponto de vista, é trabalho e vinculado a isso a organização da produção. Cê não tem como desconectar a comercialização da produção né? (Entrevista 2 SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

Então logicamente a gente dá sequência pra essa construção de empoderamento, de controle, de autonomia no processo produtivo na comercialização, senão todo ganho que a gente tem na produção

³ É “maior espaço de decisões do MST que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso” (MST, 2021).

agrícola se perde na dependência da comercialização. Porque se a comercialização for determinada e controlada por organizações capitalistas, ela vai verticalizar dominação e controle pra produção camponesa. Então os movimentos sociais do campo e a organização social camponesa precisa dominar e atuar nos processos de comercialização pra dar prosseguimento nos processos de emancipação, senão ele se trava. (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

Este relato está alinhado à política do MST, disponível em seu Programa Agrário, em que diz que toda produção deve ser “desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação” e acrescenta “assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos” (MST, 2014. p. 36).

E no meu ponto de vista através do CCC a gente transfere esse poder, e ele passa a ser compartilhado entre produtores e consumidores, ou seja, esses dois atores sociais vão conjuntamente definir a quantidade que vai ser comercializada, quais são os itens, prazo de entrega, arranjos, é compartilhado e decidido coletivamente. (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

3.4.4 Cooperativismo e Gestão Coletiva

É importante destacar alguns aspectos e características referentes à Cooperflora que contribuem para a organização dos agricultores e agricultoras. A cooperativa trabalha ao máximo para ser autogestionada, hoje os processos de decisão passam pelas reuniões para a composição das cestas e todos os agricultores são incentivados a falar e dar a opinião sobre o que está acontecendo. Além dos espaços de diálogos, as tarefas também são divididas de forma a minimizar a sobrecarga de trabalho em algumas pessoas; no entanto, isso não acontece como gostariam, muitos agricultores, principalmente

os que também contribuem na gestão dos grupos de consumo, relatam que por muitas vezes ficaram sobrecarregados de trabalho, todavia, durante as reuniões todos esses trabalhos são socializados de forma com que todos os participantes saibam o que está acontecendo e valorizem ainda mais o trabalho da cooperativa e de seus colegas.

No começo era muito pouco, até na montagem era muito pouco, agora não, agora começou a ter um pouco mais de divisão de tarefas e as pessoas começaram a ter prazer de montar a cesta e de ver ela saindo bonita e no começo a gente não montava a cesta, montava lá na hora, levava nas caixas, e isso gerava um volume muito grande, carregar nas caixas, aí depois quando começou a pandemia nós decidimos montar na sacola, isso pra nós deu mais trabalho, mas foi muito melhor e aí nessa forma de levar nas caixas, às vezes faltava produto e na sacola não, na sacola é conferido um a um e colocado um a um e isso dá um controle melhor pro consumidor não ir faltando produto. (Entrevista 1, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que apesar de muitas vezes acontecer a sobrecarga de trabalho, os agricultores contam com orgulho tudo o que fazem e como realizam o seu trabalho e como, mesmo em meio a tantos problemas de infraestrutura e dificuldades na produção e organização das cestas, conseguiram crescer tanto como coletivo, como individualmente.

O nosso assentamento já sofreu muitos problemas, questão de intervenção do processo que tava acontecendo, muitas lutas, muitas lutas, problemas internos, então as pessoas ficaram bastante desacreditadas, aí quando veio a cooperativa nós começamos a andar em passos lentos e as pessoas começaram a acreditar e acreditar tanto que melhorar tanto a vida das pessoas mudou a qualidade de vida das pessoas, porque assim, a meta eu lembro que era chegar a trezentos reais, no começo quando começamos a entregar as cestas todo mundo queria ganhar de 300 a 500 reais por mês, todo mundo queria chegar nessa meta e hoje nós ultrapassamos essa meta mais de 100%. (Entrevista 1, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

Para além da organização dos agricultores e comercialização, a Cooperflora e o MST, organizam diversas atividades formativas, todas pensadas a partir das demandas do próprio território. Essas atividades vão desde mutirão no lote de algum deles, construção de Sistemas Agroflorestais, cursos, formações, viagens para conhecer outras experiências, entre outros.

Um outro elemento é o papel fundamental do movimento social, porque justamente o movimento social tá pensando os CCC como um processo de transformação social, como ressignificação das relações sociais de alimentação. Então ele tá preocupado que a iniciativa do grupo de consumo, do CCC, forneça alimentos saudáveis, então ele também vai gerar uma pressão pra uma mudança agroecológica. Aí um movimento social junto com a cooperativa tem um papel fundamental porque é a organicidade e o instrumental que o mov. social e a que a cooperativa tem que é fundamental, né? Porque não adianta só cobrar o agricultor/a que ele tem que ser agroecológico, se você não trazer espaços formativos, tanto produtivos, ou seja, oferecendo alternativas técnicas de produção, quanto nesse campo da responsabilidade com esse processo de alimentação. (Entrevista 2, SPCMA, dados da pesquisa, 2020).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou conhecer a história da Cooperflora e a comercialização para os grupos de consumo. Além disso, por meio da pesquisa foi possível trazer referências teóricas sobre cooperativismo, agricultura familiar, gestão da cooperativa, gestão financeira e observar esses conceitos na prática possibilitando maior embasamento ao estudo sobre como ocorre a gestão e o funcionamento da Cooperflora.

Sendo assim, essa pesquisa teve o potencial de contribuir com a produção de conhecimento a respeito da importância da gestão de cooperativas e da gestão estratégica, colaborando com o desenvolvimento da comunidade, da cooperativa e por consequência a relação com os consumidores.

Vale ressaltar que a cooperativa, e aqui se englobam os circuitos curtos e produção agroecológica, é muito sadia tanto para o trabalhador quanto para sociedade, pois permite um novo conceito nas relações humanas e do trabalho e para se ter sustentabilidade é preciso ter reflexão e a consciência que não é só o indivíduo que está sendo beneficiado pela melhoria na saúde, mas sim toda uma cadeia que vai desde o preparo e recuperação do solo, a não poluição e envenenamento das nascentes de água, restauração da biodiversidade, protegendo a vida animal e vegetal respeitando o equilíbrio da natureza, até a melhora da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Para estudos futuros, são sugeridas análises sobre a gestão da produção da Cooperflora e dos Agricultores Familiares que comercializam para os Grupos de Consumo. Além disso, destaca-se a importância de compreender como este modelo de comercialização reflete, também, para os consumidores, a fim de entender a relação produção e consumo de forma integrada e, assim promover e estimular a criação de mais grupos que primem pela aproximação entre consumidor e produtor para além das relações mercantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.
BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p.

BRASIL. **Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm>>. Acesso em: Fevereiro/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: Abril/2021.

CALABRÓ, Guilherme; RETIÈRE, Morgane. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR.** Piracicaba : Instituto Terra Mater, 2016.

CARDOSO, Univaldo Coelho. Cooperativa. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae,

2014.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)** – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Orgs.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: www.institutokairos.net

MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Documento interno, 2006.

MST. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso do MST. 2014

MST. **Quem somos**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: fevereiro/ 2021.

NOVAES, H. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST in.: NOVAES, H. et. al. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 1ª Ed. – São Paulo. Outras Expressões, 2015. 408 p.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

VALADARES, J. H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte. maio 2002. Apostila FORMACOOOP – Mód. II – SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004.

VALADARES, M. C. B. **Planejamento estratégico empresarial: foco em clientes e pessoas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

4. PERFIL SOCIOECONOMICO, RENDA, AUTOCONSUMO E PROCESSO PRODUTIVO: MUDANÇAS VISTAS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS

RESUMO

Este artigo teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico dos assentados que comercializam via cestas para grupos de consumo, e analisar os impactos econômicos, de produção e no consumo alimentar a partir dessa experiência, tanto em termos de alteração no processo produtivo, como mudanças e satisfação com a alimentação. A metodologia utilizada foi um estudo de caso junto à Cooperflora, de caráter descritivo e exploratório, com dados quantitativos e qualitativos. Como resultado, verificou-se que a maioria dos agricultores não concluiu o ensino fundamental e 46% estão na faixa etária entre 55 – 59 anos. Constatou-se, também, mudanças significativas no processo produtivo e na alimentação dos agricultores. Conclui-se que os circuitos curtos de comercialização obtiveram resultados positivos para o desenvolvimento rural, valorização da produção, melhoria da renda, além de ter um potencial educativo no âmbito da Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia. Alimentação. Desenvolvimento Rural. Redes alimentares alternativas.

SOCIOECONOMIC PROFILE, INCOME, SELF-CONSUMPTION AND PRODUCTIVE PROCESS: CHANGES SEEN FROM THE COMMERCIALIZATION IN SHORT CIRCUITS

ABSTRACT

This article aimed to outline the socioeconomic profile of settlers who sell via baskets to consumption groups and to analyze the economic impacts, production and food consumption based on this experience, both in terms of changes in the production process, as well as changes and satisfaction with the food. The methodology used was a case study with Cooperflora, of a descriptive and exploratory character, with quantitative and qualitative data. As a result, it was found that the majority of farmers did not complete elementary school and 46% are in the age group between 55 - 59 years old. There were also significant changes in the production process and food for farmers. It is concluded that the short commercialization circuits had positive results for the rural development, valorization of the production, improvement of the income, besides having an educational potential in the scope of the Agroecology.

Keywords: Agroecology. Food. Rural Development. Alternative food networks.

4.1 INTRODUÇÃO

A revolução Verde, símbolo da intensificação agrícola, falhou em assegurar uma produção de alimentos abundante para a popularização (ALTIERI; NICHOLS, 2012). A agricultura com o alto uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, cada vez mais, tem demonstrado sua insustentabilidade ao provocar grande degradação ao solo, envenenamento da água e ser altamente tóxico para a saúde dos produtores e consumidores (NOVAES, 2015).

Somando-se a isso, o sistema agroalimentar concentra o poder no centro da cadeia de produção/transformação/distribuição de alimentos, ou seja, nas grandes redes de supermercados varejistas e atacadistas e na indústria de alimentos, fazendo com que, muitas vezes, os agricultores familiares fiquem dependentes dos atravessadores (WARDERLEY, 1998) e subordinando também os consumidores, que perdem o seu poder de escolha (PLOEG, 2008).

Assim, não há dúvidas da necessidade de outro modelo de desenvolvimento rural, que fomente não só sistemas de produção, distribuição e consumo mais sustentáveis, mas também que perpasse por relações mais justas e igualitárias. Para Moreira e Carmo (2004) está cada vez mais evidente o potencial transformador da Agroecologia e, que, a transformação na agricultura está intrinsecamente relacionada com a transformação da sociedade como um todo.

Neste viés, a Agroecologia está altamente ligada com toda a organização social e o processo produtivo. Ela pode ser entendida como uma forma de ação coletiva que representa alternativa ao modelo de manejo industrial, estabelecendo outras formas de produção e consumo alternativos, a fim de enfrentar a crise ecológica e social, desde a produção até a circulação dos produtos (SEVILLA GUZMAN, 2001).

Neste contexto, emergem iniciativas de desenvolvimento de mercados solidários cujos objetivos são promover possibilidades agroecológicas, que estreitam a relação entre agricultores e consumidores, facilitando o acesso aos alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar e a circulação de renda de forma mais local (PLOEG, 2009). Esses mercados reconectam a produção e o consumo, e com isso favorecem a reinserção econômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social (GOODMAN; DUPUIS, 2002; MALUF, 2004).

Este artigo tem os objetivos de traçar o perfil socioeconômico dos assentados que comercializam via cestas para grupos de consumo e analisar os impactos econômicos, produtivos e o consumo alimentar dos agricultores a partir dessa experiência, tanto em termos de alteração no processo produtivo, como mudanças e satisfação com a alimentação. Estes impactos serão avaliados considerando as seguintes variáveis: diversidade na produção, certificação orgânica, sistema de irrigação, renda, perdas na produção, impactos ambientais, satisfação com o lote, variação no consumo alimentar, satisfação com a alimentação.

Este artigo é composto de cinco partes: esta introdução, uma fundamentação teórica articulando os temas de interesse, o procedimento metodológico utilizado, a apresentação dos dados seguida das suas discussões e as considerações finais sobre o estudo.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

4.2.1 Definições introdutórias para a Agricultura Familiar

Em relação aos dispositivos institucionais, a agricultura familiar possui características diferenciadas em relação à agricultura não familiar, naquela a gestão da propriedade é realizada e dividida entre a família que tem como fonte principal da sua renda vinda da atividade agrícola, além de ter uma relação diferenciada com a terra, em que ao mesmo tempo que é o seu local de trabalho também é o de moradia (MAPA, 2019)

A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. De acordo como art. 3º da Lei, considera-se agricultor familiar aqueles que cumprem os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (...)
 - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (GOVERNO FEDERAL, 2006)

Em seu § 2º a Lei também deixa claro que o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas, entre outros.

Wanderley (2003) diz que, principalmente, a partir da implementação do Pronaf foi que surgiu uma definição e classificação para agricultores familiares. O ponto de acordo entre os diversos autores e visões é que o conceito de agricultura familiar é aquele em que a família está empregada no processo produtivo e possui os meios de produção, ou seja, a mão de obra é majoritariamente da família.

4.2.2 Conceitos sobre a Agroecologia

Na literatura, a sustentabilidade é vista como eixo fundante da Agroecologia, por meio da aplicação de seus princípios para um desenvolvimento sustentável nos aspectos ambientais, sociais e econômicos e revela-se potencialmente significativa enquanto uma alternativa aos impactos econômicos e ambientais da monocultura e agricultura intensiva.

A sua abordagem leva em conta os conhecimentos dos agricultores e do território onde estão inseridos, articulados em torno da dimensão local, desta

forma eles atuam como intensificadores da biodiversidade ecológica e sociocultural das experiências produtivas (SEVILLA GUSMAN, 2001).

Em relação ao processo produtivo, a agricultura com o alto uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, cada vez mais, tem demonstrado sua insustentabilidade ao provocar grande degradação ao solo, envenenamento da água e ser altamente tóxico para a saúde dos produtores e consumidores (NOVAES, 2015).

Gliessman (2005) relata que a agricultura moderna é insustentável, e que em longo prazo, está fadada a acabar, pois destrói as condições que a tornam possível, ao modo em que avança na retirada excessiva e degradação dos recursos naturais (solo, água e diversidade genética natural).

Ao contrário, a agricultura sem a utilização de agrotóxicos e com diversidade de culturas recupera o solo e toda a biodiversidade naquele meio existente como minhocas, pássaros, entre outros. E tem um papel importante para o país em termos socioeconômicos, pois oferece uma oportunidade para os produtores familiares valorizarem as suas práticas de cultivo (SILVA, 2012).

Para além da certificação orgânica do alimento, a Agroecologia está altamente ligada com toda a organização social e o processo produtivo. Ela pode ser entendida como uma forma de ação coletiva que representa alternativa ao modelo de manejo industrial, estabelecendo outras formas de produção e consumo alternativos, a fim de enfrentar a crise ecológica e social, desde a produção até a circulação dos produtos (SEVILLA GUZMAN, 2001).

Sendo uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, a agroecologia fornece o conhecimento e metodologia para “desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” e, a partir disto, é possível construir, em todos os setores do sistema alimentar, mudanças socioeconômicas que promovam a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005, p.54).

4.2.3 Circuitos Curtos de Comercialização

De acordo com Ploeg (2008), as iniciativas dos circuitos curtos de

comercialização, feiras livres, cestas, venda direta, produção para o autoconsumo e trocas de alimentos, subsistiram e, em algumas regiões passaram a alavancar novas formas de estimular o desenvolvimento rural endógeno, ou seja, no interior da comunidade. Essas iniciativas visam promover alternativas agroecológicas e o desenvolvimento desses mercados, que estreitam a relação entre consumidor e agricultores locais, também faz com a que a riqueza gerada fique na comunidade para segurança alimentar local (PLOEG, 2009).

Neste sentido, Mardsen (1998) coloca que os circuitos curtos de comercialização são diferenciados por cumprirem os critérios socialmente construídos em torno da qualidade do alimento, visto que os consumidores sabem quem está produzindo, contrapondo-se, assim, aos mercados convencionais.

Assim, esses mercados possibilitam uma maior variedade de modelos de produção e comercialização, frente as opções mais tradicionais, facilitando o atendimento das demandas sociais e ambientais, fazendo com que os consumidores sejam parte integrante da cadeia de produção, tendo um potencial transformador, pois criam narrativas e formas de se relacionar que afetam as dinâmicas e padrões de compra ao ressignificar as relações de produção e consumo (BRUNORI; ROSSI; GUIDI, 2011)

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Este estudo possui caráter metodológico descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa e quantitativa. Como forma de coleta de dados foram aplicados onze formulários semiestruturados, entre os meses de outubro e dezembro de 2020. Todos os sujeitos e sujeitas da pesquisa são assentados/as no PDS Comuna da Terra Milton Santos, na área rural dos municípios de Americana e Cosmópolis /SP.

Todos participam de um coletivo que está se organizando por meio de uma cooperativa e fazem a sua comercialização para grupos de consumo

organizados na Região Metropolitana de Campinas. A forma de comercialização se dá pelas Cestas Agroecológicas e mais itens avulsos que também são disponibilizados para os consumidores em cada entrega.

Entre as 68 famílias do Assentamento, e as 20 famílias que estão ligadas à Cooperflora, foram escolhidos 11 agricultores que comercializam para os grupos de consumo como amostra deste trabalho. Eles foram escolhidos a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência e intencionalidade, visto que foram selecionados tendo como base “critérios de escolhas intencionais sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra” (CARMO; FERREIRA, 2008, p.215). No caso do presente trabalho, esses 11 agricultores foram escolhidos por estarem atuando ativamente em reuniões, entregas e na comercialização para os grupos de consumo.

A utilização do formulário tem como finalidade obter informações e características sobre os processos de produção, bem como do consumo alimentar. Os dados quantitativos foram previamente sistematizados e tabulados, e as informações são apresentadas no texto em formas de gráficos. Algumas falas relevantes das sujeitas e sujeitos da pesquisa foram transcritas e acrescentadas ao corpo do texto para oferecer uma visão mais representativa e complementar à parte quantitativa, sendo elucidadas a partir das concepções teóricas. Vale destacar que o desejo, na exposição das falas, é no aprofundamento e compreensão do tema e investigar o universo de opiniões e perspectivas dos sujeitos da pesquisa.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção do trabalho apresenta a análise de variáveis no aspecto produtivo e consumo alimentar, como: diversidade na produção, certificação orgânica, sistema de irrigação, perdas na produção, impactos ambientais, satisfação com o lote, variação no consumo alimentar, satisfação com a alimentação.

4.4.1 Perfil dos Agricultores

Dos 11 agricultores entrevistados, 9 deles vivem no local desde o acampamento, ou seja, desde 2005, participaram de todo o processo de ocupação da terra: dos despejos, mudanças, viveram em casas feitas com lona preta em um primeiro momento, para depois passarem pelo processo de regularização e homologação da área. Apenas 2 deles chegaram após o assentamento já estar consolidado, um deles foi por intermédio de um relacionamento afetivo, pois se casou com uma pessoa assentada e o outro assumiu o lote de um familiar.

A origem de 9 dos agricultores é rural. A experiência agrícola deste grupo antes de serem assentados, está distribuída da seguinte forma: 5 possuíam experiência como trabalhador rural assalariado, 2 não possuíam experiência agrícola anterior e 2 a família era arrendatária de terras.

Em relação aos 3 agricultores com origem urbana, 2 deles responderam não ter experiência anterior e um relatou que, apesar de ter origem urbana, foi criado com avós que tinham experiência agrícola e lhe ensinaram como cuidar de uma horta, assim desde criança já tinha o interesse de ter a sua própria horta, algo que ela mesma pudesse cuidar.

Dos sujeitos e sujeitas que participaram desta pesquisa, a maioria está concentrada no gênero feminino. Vale ressaltar que desses, 62% o casal participa, ou já participou, das reuniões para montagem das cestas, atividades da cooperativa e do MST, no entanto a aplicação do formulário foi realizada com a mulher, no caso, preferencialmente, a 1ª titular do lote. Apenas um caso, dentro o gênero feminino, que a mulher não está como primeira titular (agricultor/a 1), que foi para o assentamento já consolidado, devido a relação afetiva.

As autoras Contrigiani e Paula (2019) trazem o debate, anteriormente abordado por Faria (2009), que os trabalhos de sobrevivência, cuidados e de reprodução são historicamente confiados às mulheres, e apontam, sem entrar

no mérito sobre o debate sobre divisão sexual do trabalho, que este “papel” tende impactar no interesse das mulheres em consumir e produzir alimentos saudáveis. Desta forma, a Agroecologia tem um papel importante na vida das mulheres, à medida que traz à tona a importância de temas como saúde, alimentação familiar e cuidado, tirando-os/as da invisibilidade e integrando essas mulheres a espaços que, anteriormente, lhe foram negados.

O grupo de agricultores da cooperativa é predominantemente formado por mulheres, na divisão das tarefas são elas que comandam a organização da composição das cestas, entram em contato com os consumidores para pegarem as encomendas e tirarem as dúvidas, além da montagem, como a conferência dos produtos entregues, também serem coordenados por uma mulher. A entrega dos produtos é realizada pelo próprio grupo de agricultores, sendo feita por uma mulher (agricultor/a 6) e um homem (esposo da agricultora 10).

Em relação à diretoria da cooperativa Cooperflora, é composta por mulheres nos espaços de direção, sendo uma presidenta, diretora administrativa e tesoureira. Nesta experiência, as mulheres vêm tomando a frente dos espaços de liderança e contribuindo para o desenvolvimento da Agroecologia no local.

Sobre o estado civil dos sujeitos e sujeitas desta pesquisa, 91% estão em algum tipo de situação relacionada à sociedade conjugal, seja matrimônio, união estável ou “amigados”, e apenas 9% estão divorciados e vivem sozinhos no lote.

Em relação a idade dos agricultores que comercializam para os Grupos de Consumo, a predominância da faixa etária entre os agricultores está entre 55 – 59 anos, seguido por 3 agricultores com mais de 65 anos, 2 pessoas enquadradas na faixa de 45 – 49 anos e apenas 1 pessoa que tem menos de 39 anos. Apenas duas pessoas que estão na faixa etária até 30 anos participam dos espaços da Cooperflora; no entanto, essas pessoas são filhos de assentados/as, que participaram da entrevista, mas não participam do processo produtivo, apenas tarefas administrativas e instâncias do MST.

Centros de pesquisa como a Embrapa (2018) dizem que o percentual de jovens no campo está encolhendo, enquanto a população rural do Brasil fica mais velha. Este é um problema e um dos grandes desafios para a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar, o que fica evidente na demonstração das idades dos agricultores.

Em relação aos membros da família que trabalham fora do lote, 6 agricultores dizem ter familiares que trabalham fora e 5 dizem que todos os membros da família trabalham no lote, seja em tarefas domésticas ou agrícolas. Dos participantes da pesquisa, alguns relataram pegar bicos como pedreiro para complementar a renda da casa, no entanto, no momento da pesquisa estavam trabalhando somente do lote.

Além disso, assim como outros membros da família ajudam na produção, existem outros, normalmente os filhos, que trabalham fora ou em atividades não agrícolas para ajudar a compor a renda da casa. Schneider (2003, p.103) destaca que a pluriatividade “implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante”, o que quer dizer que outras atividades dentro da propriedade podem ser realizadas com o intuito de dar suporte ou sustentar as finanças da família, como por exemplo, serviços ou artesanatos.

Em relação à produção, o local varia de acordo com cada agricultor, todos estão produzindo somente em seus respectivos lotes onde foram assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no entanto, uma das pessoas tem espaço para produzir na horta coletiva (Figura 10), mas que no momento está desativada, assim ela está apenas com uma pequena produção no lote, com dificuldades, pois não tem irrigação; outra pessoa tem um espaço para produzir em um sistema agroflorestal desenvolvido a partir de um projeto junto à Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) (Figura 11), todavia está produzindo apenas no seu lote, por opção própria.

Figura 6: Espaço intitulado de Horta Coletiva, no Assentamento Milton Santos.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 7: Agricultora colhendo espinafre na área do SAF comunitário feito em parceria com a EMBRAPA



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

4.4.1.1 Escolaridade e Acesso à Educação dos Agricultores/as

O processo que deu início para criação da cooperativa Cooperflora, em 2014, aconteceu durante uma aula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que acontecia no barracão social do Assentamento Milton Santos. Essas aulas aconteciam devido a um projeto entre o MST, o INCRA e o Movimento de Educação de Base (MEB), em que se montaram turmas de alfabetização e letramento em vários assentamentos de cinco estados brasileiros.

O assentamento Milton Santos e entorno (bairro Monte Verde e Recanto das Carolinas) tem cerca de 30 pessoas que não sabem ler e escrever e que já

demonstraram interesse em retomar as aulas da classe de EJA. Desta forma, a construção de um espaço de educação (Figuras 12 e 13) é uma demanda concreta do assentamento, assim o grupo de agricultores da Cooperflora junto com os militantes do MST estão fazendo uma campanha *online* para arrecadação de recursos para a construção da obra deste espaço. Os próprios agricultores que também têm experiência como pedreiros, estão liderando a obra, que está sendo feita com o apoio de diversos voluntários dos próprios grupos de consumo e parceiros do movimento.

Figura 8: Etapa da demolição do antigo barracão



Fonte: Acervo Cooperflora e MST Regional Campinas, 2020.

Figura 9: Construção do espaço da Escola Popular Melina Melão





Fonte: Acervo Cooperflora e MST Regional Campinas, 2021.

Um dos agricultores e pedreiros da obra, conta com muito orgulho que conseguiu tirar o seu RG com a sua própria assinatura, depois das aulas de EJA no assentamento. Relatou que sofreu preconceito ao tentar abrir uma conta em um banco e foi impedido devido a não saber ler e escrever, isto o motivou a voltar a estudar e participar do processo de construção da escola.

Em relação ao nível de escolaridade dos agricultores/as, a pesquisa demonstrou que a maioria não teve acesso ao sistema educacional de ensino em sua completude (Figura 13). Observa-se, que 3 não sabem ler e nem escrever; e 4 concluíram apenas o ensino fundamental I ou a antiga 4ª série. Essa é uma dificuldade que os agricultores passam, pois para o processo de comercialização (anotar os pedidos, conversar com os outros agricultores, com os consumidores, utilizar redes sociais, como o *whatsapp*, por exemplo) é necessário um conhecimento mínimo de escrita, no entanto, os agricultores enfrentam esse processo como um coletivo organizado, ajudando uns aos

outros, tanto no processo de comercialização, produção, formações, como na construção da própria escola.

Somente uma pessoa concluiu o ensino médio (agricultor/a 11) e não teve acesso à universidade, é uma das mulheres que está atuando na coordenação da montagem das cestas e diálogo com os consumidores. Constatou-se que apenas 3 tiveram acesso ao ensino superior, no entanto uma dessas pessoas não conseguiu concluir a graduação, possuindo ensino superior incompleto. As duas pessoas que têm ensino superior completo, são agricultores/as formadas no curso de Direito, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é um programa de extrema importância, resultado da organização e da luta de trabalhadores e trabalhadoras pelo direito à educação. Ele visa “promover a educação, bem como formar educadores para as escolas do campo no sentido de contribuir para a consolidação da educação do campo, em favor da erradicação do analfabetismo e garantia do direito à educação” (UFMA, 2020). De acordo com o MST (2020), em 20 anos de Pronera, mais de 190 mil pessoas tiveram acesso a algum nível da escolarização, desde a alfabetização de jovens e adultos até a pós-graduação.

4.4.2 Aspectos do Processo produtivo

4.4.2.1 Realidade antes dos Grupos de Consumo Agroecológicos

Para entender sobre as mudanças geradas a partir da comercialização para os grupos de consumo, antes precisamos entender a realidade na qual os agricultores e agricultoras do assentamento Milton Santos estavam inseridos, para que assim possamos compreender a trajetória e os passos dados até chegarem nos circuitos curtos de comercialização.

Vale aqui ressaltar que o assentamento é relativamente novo, foi criado em 2005 e está situado em um local de fácil acesso às zonas urbanas dos seus respectivos municípios e municípios vizinhos. A área do assentamento é popularmente chamada de “tríplice fronteira”, pois está entre os municípios de Cosmópolis, Americana e Paulínia.

No que se refere ao processo de comercialização, a maioria dos agricultores pesquisados acessou o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), e 91% entregaram alimentos para a modalidade “Doação Simultânea”, por meio de uma antiga associação do assentamento. Apenas uma pessoa respondeu não comercializar antes dos grupos de consumo. Outras formas de comercialização também apareceram na fala dos agricultores, sendo que 27% diz fazerem vendas de porta em porta no assentamento e nos municípios de Limeira e Americana; 18% afirmaram ter poucos clientes fixos que iam buscar os alimentos na propriedade; 9% acessaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Cosmópolis e 9% participavam de feiras orgânicas na região.

A maior parte dos agricultores relatou as dificuldades que tiveram com as formas de comercialização anteriores. As falas a seguir evidenciam esse fato:

De porta em porta, no começo foi maravilhoso pra mim trabalhar na rua, mas depois o povo foi acostumando, foi marcando muito, aí dificultava pra mim receber, pra mim ter. (Agricultor/a 1, pesquisa de campo, 2020).

Outra situação que costumava acontecer era em relação ao pagamento no PAA, pois o mercado institucional tem outra lógica de pagamentos, então eles eram menos frequentes e essa situação foi agravada pela gestão da antiga associação.

Antes de vender nas cestas a gente vendia na simultânea, vendia por quilo e um quilo de verdura era muita verdura, pra vender por quilo não dá... Agora é bom que vende por peça... Na simultânea era bom

porque vendia tudo, mas mesmo assim não lucrava muito... Era os 8 mil por ano e recebia de 4 em 4 meses, você tinha aquele dinheiro lá, era um depósito que você fazia e pra quando recebesse tava bom, se você fosse comer daquilo ali você não vivia não, você tinha que deixar lá depositado e daqui 4 meses vou receber e dali 4 meses você recebia e se você quisesse fazer uma conta precisava fazer depois de 5 meses pra você pagar certinho, porque não dava pra contar com o dinheiro... Mas agora não, agora tá legal. (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

Em relação aos preços praticados, todos concordam que o do PAA era mais baixo e tinha a cota a ser entregue por ano, já os praticados nas feiras eram maiores do que para o grupo de consumo.

No entanto, mesmo com dificuldades e entraves que perpassam pelo campo institucional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ferramenta significativa na luta pela superação da desigualdade no Brasil, principalmente no que se refere à fome e ao acesso aos alimentos pela população brasileira, assim ele foi criado no âmbito do Programa Fome Zero, que tinha como objetivo a superação da fome. Segundo Mainenti (2013)

O PAA (...) é fruto de uma demanda histórica dos movimentos sociais. É uma das ações estruturantes no contexto da proposta do Fome Zero, e constitui um programa que tem a dupla e combinada tarefa política de, ao mesmo tempo, promover para as famílias em situação de insegurança alimentar o acesso ao alimento saudável e apoiar a produção de alimentos pelos agricultores familiares e tradicionais pobres. (MAINENTTI, 2013, p.184).

Com o objetivo de integrar o consumo institucional de alimentos e a produção agrícola familiar, a realização do PAA se deu a partir da organização e articulação de instâncias do governo (federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil (movimentos sociais, cooperativas, associações, ONGs) (REIS, 2015).

4.4.2.2 Caracterização da Produção

O Assentamento Milton Santos foi concebido a partir do modelo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)⁴ e corresponde a um estilo de assentamento destinado às populações que já desenvolvem ou se propõem a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, e entre seus fundamentos estão o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área e na valorização da organização social do trabalho e gestão comunitária (BRASIL, 2000).

A produção do assentamento em geral se dá por de hortaliças, seguido de legumes, leguminosas, raízes e frutas. O que os assentados têm mais dificuldade na produção é em relação às frutas, mas tem muita banana, limão, abacate, manga, jaca, mamão, acerola, carambola, maracujá e jabuticaba, sempre respeitando a sazonalidade.

Além dos alimentos *in natura*, a comercialização para os grupos de consumo está permitindo o escoamento de outros itens beneficiados e/ou semiprocessados (Figura 15), como geleias, pão caseiro, bolachas, molhos, temperos caseiros, doces caseiros, além de alimentos de outras cooperativas e assentamentos do MST, como queijos, café, arroz, sucos, entre outros.

Figura 10: Produtos caseiros feitos pelos agricultores e agricultoras da Cooperflora

⁴ Criado pela Portaria nº 477/99 do INCRA, e regulamentado pela Portaria/Incrá nº 1.032 de 25 de outubro do no de 2000, modelo de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental.



Fonte: Acervo Cooperflora, 2018.

O MST e a cooperativa em parceria com instituições de ensino contribuem para o processo produtivo como, por exemplo, a extensão de grupos de educação e Agroecologia da Unicamp, que colaboraram na organização de atividades, cursos e na compra de mudas e sementes para os mutirões; outro exemplo é o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus Campinas que realizou um curso de Formação Inicial e Continuada dentro do Assentamento. Os tópicos abordados nesse curso foram todos escolhidos em parceria com os próprios agricultores. A fala a seguir reflete esse processo:

Alface, chicória, almeirão, beterraba, cheiro verde, cenoura. Antigamente a horta era convencional, agora tamo plantando do jeito que os meninos ensinam a gente, às vezes que eles vêm aqui e ensina as técnicas e a gente faz, né?! (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

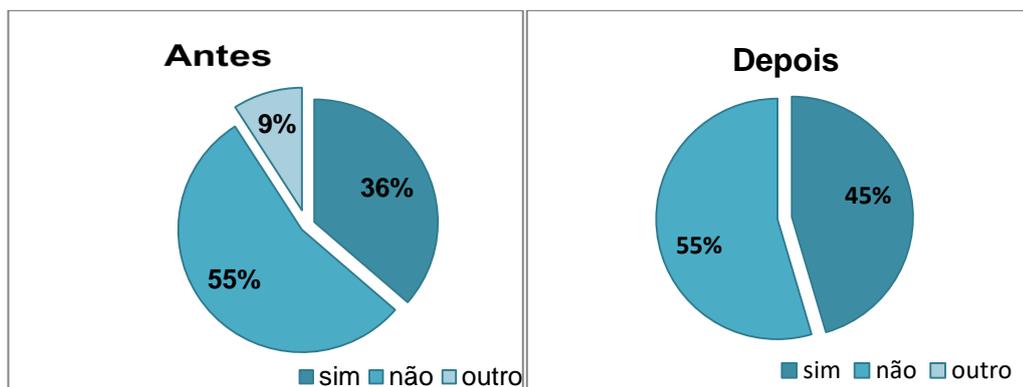
De acordo com Contrigiani (2020), os agricultores do grupo organizado pela Cooperflora entregaram nas cestas entre outubro de 2016 a dezembro de 2019 o montante de 12.463 maços de verduras, destes 5.562 foram no ano de 2019, ou seja, quase a metade do valor total, o que demonstra o crescimento significativo das entregas. Também entregaram 8.899,3 quilos de legumes,

raízes e leguminosas, 7.410 quilos de frutas e 3.830 unidades de produtos artesanais, como por exemplo, pão caseiro, molho de pimenta e tempero caseiro.

4.4.2.3 Irrigação

Em relação à irrigação, antes da comercialização para os grupos de consumo, quatro agricultores/as, o que representa 36% dos pesquisados (figura 14), disseram ter o sistema implantado em sua horta, o único sujeito enquadrado como “outro” é o que utilizava o espaço destinado à horta coletiva do assentamento para produzir, assim, também utilizava a água fornecida para a horta, no entanto, em seu lote não tinha nenhum sistema de irrigação.

Figura 11: Agricultores que possuem sistema de irrigação antes e depois do início do Grupo de Consumo



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Após o início da comercialização para os grupos de consumo, já se observa um cenário diferente, dos 4 agricultores/as que tinham sistema de irrigação no seu lote, um deles deixou de ter devido a um incêndio no assentamento, no primeiro semestre de 2019, que atingiu cerca de 4 lotes. No entanto, dois agricultores que não tinham irrigação antes das cestas, passaram a ter depois, somando um total de 5 agricultores com sistema de irrigação no lote. O/a agricultor/a que antes utilizava o espaço da horta coletiva, atualmente não a utiliza, pois ela está desativada devido a problemas e dificuldades no abastecimento de água do assentamento.

Dentro dessa questão da irrigação, duas instituições de ensino fizeram suas atividades de extensão relacionadas a esse tema. Um desses grupos aprimorou o sistema de irrigação de um dos sujeitos/as, com o objetivo de aumentar a sua durabilidade e melhorar a eficiência. Já o outro grupo desenvolveu um irrigador automatizado abastecido através da energia solar, no entanto, ele passou pela fase de teste no campo e agora está em processo de finalização, desta forma, não estava sendo utilizado no momento da pesquisa.

Depois do fomento, também comprei os implementos pra trabalhar na terra, mas mal comprei as coisas e a simultânea⁵ já acabou. (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

4.4.2.4 Produção Orgânica

Em relação à produção, 5 dos agricultores/as utilizavam alguma forma de garantia de conformidade orgânica, sendo um por Sistema Participativo de Garantia (SPG) e os outros por Organização de Controle Social (OCS). O/a agricultor/a que estava utilizando o SPG estava entregando seus produtos em feiras orgânicas da região, no entanto como não está mais entregando em feiras optou por não manter o SPG. Vale aqui ressaltar, que um(a) dos(as) agricultores(as) plantava no espaço da “Horta Coletiva”, esta por sua vez também estava cadastrada na OCS.

Depois do início do processo de comercialização para os grupos de consumo mais outros 2 deram início à OCS. Hoje este coletivo de agricultores(as) passa novamente pelo processo de regularização e cadastramento da OCS, sendo uma exigência coletiva para todos que estão entregando aos grupos de consumo.

Mesmo a garantia de qualidade de produção orgânica, no momento da pesquisa, não ser algo comum para todos os(as) agricultores(as), nenhum

⁵ Quando os sujeitos da pesquisa falaram “simultânea” estão se referindo a entrega para o PAA, modalidade Doação Simultânea.

deles utiliza qualquer tipo de agrotóxico ou fertilizante químico. Uma das pessoas (agricultor/a 9) que não possuía a conformidade orgânica, tinha consciência das consequências causadas pelo uso de agrotóxicos, devido já ter trabalhado na colheita de laranja:

A gente é contra isso aí (agrotóxicos), a gente nunca usou produto químico; aqui do assentamento eu acho que quem vai bater mais contra esse negócio de produto químico é eu, eu sei porque eu falo, porque levava a turma lá em Limeira pra colher laranja (...) porque a laranja né, você sabe, não tem coisa pra ir mais produto químico, veneno, do que laranja e tomate, a laranja pelo amor de Deus é produto que eu vou falar procê, então eles reclamava, já falavam — "bom o que destrói a gente, a saúde da gente é o diacho da laranja que tem produto muito forte!". Mas eles tinham que usar, porque se não... Não tinha jeito pra eles vender, então nisso aí eu já vinha aprendendo, sempre eu bati contra, nunca... [e os que colhiam reclamavam?] reclamavam né, porque dependendo o jeito que batia na folha ficava cheiro, porque o produto era muito forte, mas eles não podiam fazer nada, né? (Agricultor/a 9, pesquisa de campo, 2020).

O trabalho rural assalariado em fazendas de monocultura de laranja é uma situação comum à diversas pessoas do assentamento, devido ao município de Limeira, um dos maiores produtores de laranja do estado de São Paulo, ser muito próximo e ser o município de origem da maior parte dos agricultores.

4.4.2.5 Perdas

Todos(as) os(as) agricultores(as) relataram sofrer perdas no processo produtivo, no entanto esses alimentos eram todos destinados aos animais de pequeno porte criados no lote, no caso galinhas e porcos, ou virava adubo e compostagem.

Devolia pra terra mesmo, virava adubo. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

Não tinha pra onde escoar. (Agricultor/a 3, pesquisa de campo, 2020).

Depois do início da comercialização para os grupos de consumo, a maioria relatou sofrer perdas no processo produtivo, no entanto bem menos que anteriormente. Vale ressaltar duas situações em comum observadas durante a pesquisa de campo, na observação participante e aplicação dos formulários.

A primeira situação observada foi que, como é possível comercializar em poucas quantidades para os grupos de consumo, muitos deles passaram a beneficiar os alimentos que antes eram perdidos. Hoje são comercializadas conservas, molhos, polpas, geleias, entre outros. Esse processo também é facilitado pela abertura de diálogo que os agricultores têm com os consumidores, seja por telefone ou grupos de *whatsapp*. Desta forma, os agricultores conseguem saber as demandas dos consumidores e se eles têm interesse em outras variedades de produtos beneficiados e semiprocessados.

Não... agora não perde nada, tem até que plantar capim pros bichos comerem, também fazemos beneficiamento, conserva. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

A segunda questão observada na pesquisa de campo é que os agricultores relataram em suas falas sobre as perdas e que vai ao encontro ao evidenciado por Altieri (2006) como um dos procedimentos para a promoção de uma agricultura mais sustentável, é o fato de reduzir insumos externos, não renováveis e potenciais geradores de degradação ao meio ambiente e à saúde dos agricultores e consumidores e basear-se, principalmente, no uso de recursos do próprio agro ecossistema e em métodos de conservação e reciclagem de nutrientes e uso eficiente dos insumos locais.

Ah tem, mas não é considerado perca, porque o que sobra é aqueles pezinhos que estão pequenos, a gente prefere não mandar, ai foi a

gente que quis, aí a gente põe pras minhocas comê, mas isso é escolha nossa porque a cooperativa leva, isso não é perca, perca é quando você planta dois três canteiros e não tem pra quem ir, não tem pra entregar, isso é perca, mas enquanto a pessoa tá lá, pronta pra receber a mercadoria, a gente não entrega porque não quer mesmo, então não é perca não. (Agricultor/a 9, pesquisa de campo, 2020).

4.4.2.6 Impactos Ambientais

A área onde o assentamento está localizado é uma antiga plantação da monocultura de cana de açúcar e soja. Mesmo após a criação do “Milton Santos” o plantio de cana continuou cercando toda área onde está situado o assentamento, que também ficou conhecido como “ilha Agroecológica em um mar de cana”, como mostra a figura 19. Nas mesmas imagens é possível perceber a mudança na paisagem da área referente ao assentamento e o desenvolvimento das moradias e do espaço produtivo dos lotes.

A situação da degradação ambiental é evidenciada nas falas a seguir:

Quando nós chegamos aqui, estava tudo judiado por causa do veneno, tinha tudo na terra, foi muita luta e depois que começamos a tratar da terra ela criou vida de novo, agora tem até inseto e eles que judiam de nós, a diferença que a gente vê agora, é que até o mato é bonito, eles crescem lindo, no começo era aquelas chicórias minguadas e com a gente trabalhando em cima da terra, no orgânico, o restinho das folhas vão ficando no canteiro, quem é que disse que a chicória viria daquele tamanho nos dias de hoje? (apontando para a chicória que ia entregar), quem foi que disse que a gente não tira orgânico grandão? A gente consegue, a gente vê a diferença. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

(...) solo antes era bem compactado, foi 30 anos com fogo e caminhão pesado passando por cima, e agora nesses 15 anos que a gente tá morando aqui descompactou bastante. (Agricultor/a 4,

pesquisa de campo, 2020).

Figura 12: Imagens via satélite da área onde está localizado o Assentamento Milton Santos, nos anos 2005 (a), 2011 (b), 2015 (c) e 2020 (d), respectivamente.



Fonte: Google Earth (2005, 2011, 2015, 2020)

A maioria dos agricultores relatou utilizar a cobertura do solo como forma de prevenir a degradação ambiental, evitar o crescimento do capim e recompactação do solo. Dos 11 participantes da pesquisa, apenas 2 disseram não terem feito nada, pois quando chegaram ao assentamento já estava consolidado, então não viram no início, já que não participaram do processo de ocupação.

A fala a seguir evidencia esse processo:

Era ruim em, era puro capim, parecia um pasto pra boi comer, mas

antes era soja (figura 20), mas já foi cana também, um ano planta soja e no outra cana, quando a terra tá cansada de cana eles plantam soja, quando a gente chegou era soja, mas depois que tirou a soja deu um capinzeiro nisso aqui que avê Maria, virou pasto, virou tudo pasto, você pode ver que ainda tem gente que não deu conta de acabar com o capim, o vizinho⁶ dá conta de acabar com capim dele? Não dá. Porque era tudo daquele jeito lá, mas eu não eu dei de em cima do meu e acabei ele todinho [o que você fez?] arrancando, arrancando, arrancando e enleirando, e minha terra era tão ruim minha filha que graças a Deus foi esses capim coloniã, porque eu arrancava e cobria o solo e deixava sabe eles apodrecer, aí minha terra melhorou, e minha terra é boa né, é boa, boa mesmo [e você arrancava como?] arrancava no enxadão, sozinha, eu com Deus, eu arrancava e cobria assim, mas cobria mesmo o solo de capim coloniã, aí eu via quando eles estavam brotando eu ia lá e virava eles, pra modo deles secar, eu acabei com esses capim coloniã rapidinho, minha filha; mas era coloniã demais, era tanto que era coloniã que eu colocava cocho pros cavalos, eu arrumei dois cavalos pra comer o coloniã, mas os cavalos não deram conta, aí eu vendi os cavalos e arranquei na mão mesmo, mas acabei em?! Aí, limpei meu lote, limpei mesmo, eu não deixo coloniã, agora vai dando uns 3, 4 pezinho eu já arranco logo antes de ficar aquele soquerão né, porque o bicho cresce, viu? (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

Figura 13: Foto tirada no início do acampamento em 2006, ainda com a plantação de soja.

⁶ O nome do morador do lote ao lado do/a agricultor/a 8 foi trocado por “vizinho”, a fim de manter o anonimato da pessoa.



Foto: Osmar Antonio Contrigiani

Fonte: Acervo da Regional Campinas – MST/ SP, 2006

4.4.2.7 Satisfação com o Lote

Antes da comercialização para os grupos de consumo quando perguntados sobre a satisfação do lote, sendo 1 para pior e 3 para melhor, seis responderam alternativa 1, quatro alternativa 2 e um alternativa 3. Já depois do início da comercialização ninguém respondeu a alternativa 1 (figura 19).

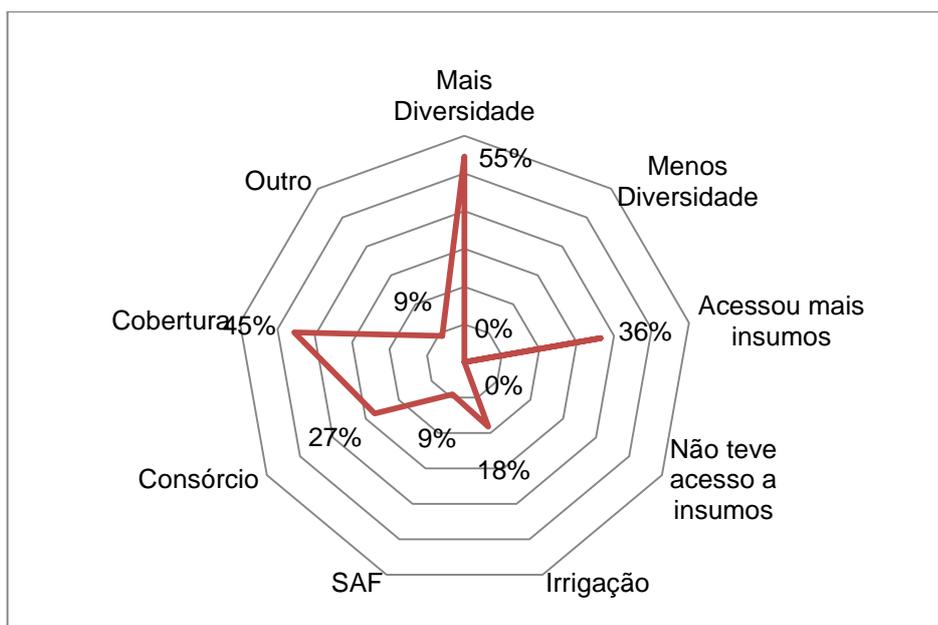
Dos indivíduos que responderam assinalaram como alternativa 1, quatro passaram para alternativa 2 e uma passou para a alternativa 3, referente a melhor alternativa. Em relação aos que responderam 2 como antes, todos passaram para 3.

Apenas um(a) dos(as) agricultores(as) respondeu a alternativa 3 para antes de depois. O/a agricultor/a 1 tem a característica de ter vindo depois do assentamento estar consolidado, devido a um relacionamento afetivo com uma pessoa assentada, ela se mostra muito contente e realizada com a terra, como mostra a fala a seguir:

Ah, eu sempre gostei do meu lote, a terra pra mim aqui é maravilhosa, a gente só não colhe se não planta, depois das cestas teve mudança porque a gente já ganhou mais um pouquinho, a gente já tem mais aquele interesse, aí vou fazer isso porque vou entregar pra cooperativa. (Agricultor/a 1, pesquisa de campo, 2020).

A figura 22 mostra os motivos relacionados ao processo produtivo que provocaram o aumento de satisfação com o lote. Pelos dados levantados é possível identificar que mais da metade dos agricultores relatam o aumento da diversidade que cultivam. Tal fato está relacionado ao aumento da variedade de alimentos ser uma demanda vinda dos participantes do grupo de consumo. Outro fato gerador de maior diversidade é o modelo de entrega de cestas e itens avulsos, pois permite que os agricultores possam entregar alimentos cultivados em pequenas quantidades. Alimentos que antes eram vistos apenas para consumo da própria família e agora passam a ser também uma fonte de renda.

Figura 14: Motivação com o nível de satisfação com o lote



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A utilização de cobertura vegetal nos cultivos foi relatada por 45% dos entrevistados. Esta é uma prática muito utilizada nas produções agroecológicas por ser benéfica ao solo, visto que forma uma camada protetora contra a incidência direta dos raios solares e mantém a umidade interna do solo. O aumento da facilidade de acesso aos insumos foi comentado por 36% dos

agricultores, seguido da utilização de consórcio na produção com 27%, irrigação com 18% e Sistemas Agroflorestais por 9% (figura 22).

Para além do processo produtivo, um dos motivos que também contribuiu com o aumento da satisfação dos assentados foi a questão econômica. O retorno financeiro vindo dos Grupos de Consumo, apesar de não ser tão alto é constante, os agricultores possuem renda mensal com este tipo de comercialização e isso possibilita que eles façam outros tipos de investimento e possam investir no lote e na produção.

Antes das cestas a gente não tinha o meio, a gente trabalhava, ia bater palma, quando a gente tava recebendo do PAA era um pouco de dificuldade também, porque a gente recebia praticamente 3x no ano, não era um pagamento assim como a gente tem agora, porque todo mês a gente tem pagamento, antes eu estava desanimada. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020)

Outra questão que foi evidenciada diversas vezes nas falas dos agricultores durante a pesquisa de campo, foi o reconhecimento com o trabalho realizado. Eles têm orgulho de contar tudo o que já fizeram no lote, no assentamento e como realizam a sua produção.

(...) fiz cerca viva, fiz cerca de alambrado, olha pra você ver quanta coisa eu fiz, viu?! Eu cresci, eu cresci... só nessas horas que a gente vê... porque você pára pra pensar né, a gente pensa que ta parado no ar, mas a gente não ta parado não... eu fiz muita coisa né, menina? (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

4.4.2.8 Renda e Melhoria da Renda por meio da Comercialização para os Grupos de Consumo Agroecológicos

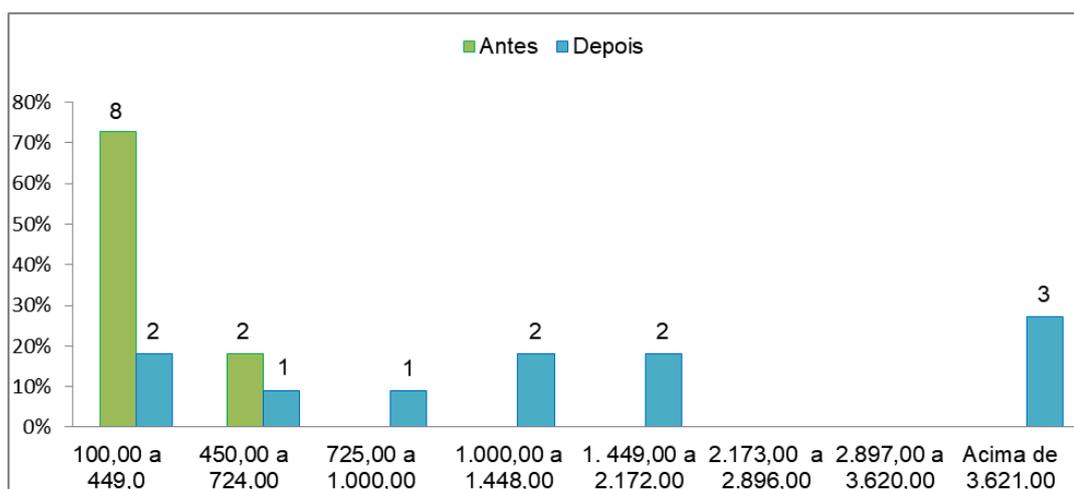
Em relação à renda, todas os entrevistados tinham uma renda menor que uma salário mínimo antes da comercialização para os grupos de consumo, sendo que 73% recebiam menos do que R\$449,00 e 18% recebiam entre R\$450,00 a R\$724,00. Um dos/as agricultores/as (9%) disse não ter

participado de nenhum processo de comercialização anteriormente.

Você vê que a gente aqui passava muita dificuldade, não era fácil. Imagina assim, a noção que tem desse valor aqui tinha que tirar despesa da casa, energia, conta, o gás, não tinha como fazer nada. (Agricultor/a 10, dados da pesquisa, 2020).

A figura 23 permite visualizar a renda antes e depois do início da comercialização para os Grupos de Consumo (GC). Essas porcentagens são referentes à amostra desta pesquisa, ou seja, os 11 agricultores que participam assiduamente dos processos organizativos e de comercialização para os GC.

Figura 15: Renda antes e depois da comercialização para os Grupos de Consumo



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Depois da comercialização para os grupos de consumo, principalmente depois de 2019 com a criação do grupo em Barão Geraldo, a renda dos agricultores e agricultoras aumentou significativamente. Dos 8 agricultores que se encaixaram na categoria de R\$100,00 a R\$449,00, atualmente apenas 2 ainda se encontram nela, destes um é por motivo de também trabalhar advogando particularmente; outro é por opção própria e, além da produção de hortaliças ele cultiva minhocas para a produção de adubo que compartilha e comercializa com outros agricultores e alguns consumidores que se interessam

(Figura 23).

Em relação às outras categorias, pode-se perceber a de R\$450,00 a R\$724,00 e R\$725,00 a R\$1000,00 com 1 agricultor/a em cada. Já as de R\$1000,00 a R\$1448,00 e R\$1449,00 a R\$2172,00, obtiveram 2 agricultores/as em cada. Na figura 23 é possível observar que após a comercialização para os grupos de consumo a renda ficou muito mais equilibrada entre os agricultores.

E 3 agricultores/as obtêm uma renda acima de R\$3621,00, destes, 2 tem esse faturamento apenas da comercialização, sendo produtos *in natura* e semiprocessados e industrializados do MST, e no outro caso, parte desta renda vem do trabalho de outros membros da família. Vale aqui destacar que a possibilidade da comercialização de produtos avulsos às Cestas Agroecológicas contribuiu para o aumento da renda dos agricultores.

4.4.2.9 Investimentos e Autoestima Camponesa

O Assentamento Milton Santos, assim como vários outros assentamentos, passou e passa por diversas dificuldades estruturais, devido à falta de políticas públicas para a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar. O Milton Santos, por exemplo, nunca teve a presença de um topógrafo qualificado para a divisão dos lotes, houve demora na liberação dos créditos e até hoje não se tem uma distribuição de água adequada para as casas. Isso também é somado às dificuldades enfrentadas no próprio município, como asfalto precário e transporte público de má qualidade e em poucos horários.

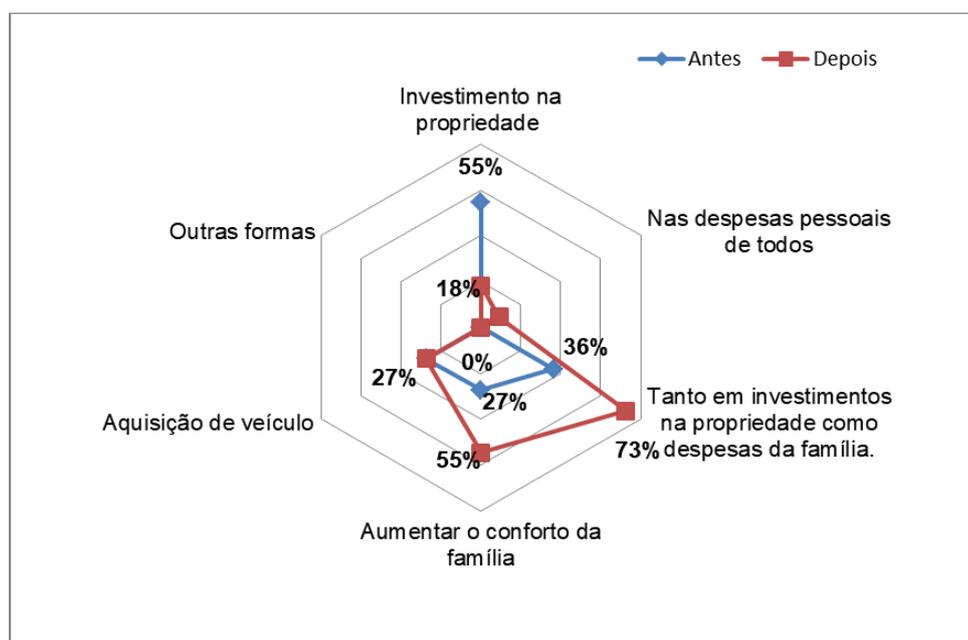
Todos os agricultores e agricultoras relatam a melhoria nas condições de vida após serem assentados e quanto suas vidas foram transformadas com o processo, mesmo ainda passando por dificuldades. Nesta parte da pesquisa, foi perguntado sobre os investimentos realizados no lote, a maioria dos agricultores informaram que os investimentos em sua maior parte puderam ser realizados devido ao acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (Pronaf)⁷.

Em relação aos investimentos realizados, 36% dizem realizar investimentos na propriedade e aumentar o conforto da família; 27% apenas aumentar o conforto da família; 27% adquiriram um veículo e 18% disseram fazer algum investimento na propriedade (figura 24).

Semente tinha, mas o resto não tinha nada, era no muque mesmo, tudo no braço. (Agricultor/a 8, dados da pesquisa, 2020).

Figura 16: Investimentos realizados pelos agricultores/as



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Após o início da comercialização para os grupos de consumo, o cenário já é um pouco diferente, mais agricultores/as estão conseguindo fazer investimentos de algum tipo no lote. A figura 22 nos mostra que 73% estão fazendo investimentos tanto na propriedade como nas despesas da família,

⁷ Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar.

55% aumentaram o conforto da família, 27% adquiriram veículo e 18% apenas o investimento na propriedade.

Agora tem roçadeira, tratorito, essas coisas assim né, agora tá bem melhor, agora dá pra pagar, dá pra comer bem, mudou muito, agora graças a Deus a gente não passa falta de nada, nem de fruta, nem de comida, nem de nada, sobra até uns trocadinho, antes eu não tinha (veículo), mas agora eu tenho né, eu comprei sozinha em nome de Deus depois que passei pra cooperativa. (Agricultor/a 8, dados da pesquisa, 2020)

depois da Reforma Agrária já mudou e depois da cesta melhorou mais ainda. (Agricultor/a 4, dados da pesquisa, 2020).

Vale aqui destacar uma situação ocorrida durante a pesquisa de campo com um dos sujeitos inclusos nesta pesquisa, a pergunta sobre os investimentos foi logo após a questão sobre a renda e a/o agricultor/a 10, uma das pessoas que tira sua renda do lote e disse receber mais de R\$3621,00 por mês, se emocionou, ela/ele ficou um tempo em silêncio olhando para o formulário e começou a chorar durante a conversa, pois disse conseguir perceber em números o quanto a sua vida mudou com o processo da comercialização para os grupos de consumo e com a cooperativa. A fala destacada a seguir retrata essa situação:

(começou a chorar) Nossa eu emocionei sim, a gente emociona, agorinha mesmo estava falando com o agricultor/a 2 que graças a Deus a gente tem o nosso serviço e o agricultor/a 2 falou — “Eu não desisto nunca da nossa cooperativa, eu não desisto nunca, porque através dela a gente criou isso que a gente tá vivendo hoje... Sempre de mim eu confiei na cooperativa desde o início”. Eu falava — “vai chegar o dia que não precisarão sacar o dinheiro pra vir trazer, ele vai direto pra conta no banco” e isso já tá acontecendo e no ano que vem vai ser muito melhor ainda. Então quer dizer que a gente já teve esse grande retorno, tudo que a gente tem a gente tá conquistando aqui dentro do assentamento, deu grande melhora do ano passado pra

agora que melhorou muito, graças a Deus já melhorou muito, não tem lado negativo agora... Já melhorou muito e a tendência é melhorar ainda mais. É o retorno que a gente tá vendo com o próprio olho da gente. (Agricultor/a 10, dados da pesquisa, 2020).

4.4.3 Aspectos da alimentação e autoconsumo dos agricultores

4.4.3.1 Mudanças identificadas da alimentação

Este tópico do estudo visa mostrar as mudanças vistas no consumo, na alimentação depois da comercialização em circuitos curtos. Quando perguntado sobre a variação no consumo, 9 dos entrevistados relataram que sua alimentação teve mudança, dos 2 que disseram não ter tido mudanças, um foi por que já tinha bons hábitos alimentares e o outro relatou perder a vontade de comer legumes e hortaliças por trabalhar produzindo isso.

Das 9 pessoas que relataram que a alimentação sofreu mudança, foi possível observar duas questões de caráter mais objetivo que contribuíram para essa variação, além das motivações que serão abordadas no próximo tópico.

Uma delas foi a questão da disposição dos alimentos, a partir do momento que passaram a produzir de forma mais diversificada, isso também gerou consequências na alimentação, já que tinham mais alimentos disponíveis no lote.

O prato sai mais colorido, mais variedade e mais qualidade...Cenoura, beterraba, alho poró e alface comia pouco e agora come mais. (Agricultor/a 2, pesquisa de campo, 2020).

Porque aqui mesmo no lote as farturas a gente come aqui mesmo, na cidade a gente não tinha essa fartura, apesar de que todo lugar que morei nunca deixei de plantar. (Agricultor/a 4, pesquisa de campo, 2020).

Ficou melhor né, porque planta mais, come mais, tamo plantando

coisa diferente [mas antes vocês não plantavam?] plantava, mas a gente não ligava do jeito que vinha (agora a gente foi tendo mais animação), a gente plantava e o que vim vem, a gente plantava, entregava, mal consumia (...) você planta um alface aí você já não vai comprar o alface porque você tem plantado, você planta banana, você já não vai comprar banana, porque já tem plantado, (manga), você vai comer a manga, você cria galinha, você não vai comprar galinha porque você tem sua galinha ali, isso sim é a riqueza. (Agricultor/a 9, pesquisa de campo, 2020).

Antes a gente não comia verdura e legumes todo dia e agora come. (Agricultor/a 11, pesquisa de campo, 2020).

A outra questão foi o aumento da renda, com mais dinheiro e recebendo com regularidade os agricultores relataram a possibilidade de comprar mais alimentos no mercado e outras coisas que têm necessidade. Essa situação é demonstrada em duas etapas distintas, uma com o processo de ser assentado que já é uma transformação na vida das pessoas envolvidas e a outra foi com o início da comercialização para os grupos de consumo, como pode ser visto nas falas abaixo:

Tô comendo melhor, porque agora nós podemos comer melhor né filha, porque agora a gente tem dinheiro pra poder comprar as coisas pra gente comer, no tempo da simultânea a gente não tinha e nós não tinha fomento, você entendeu? Olha a diferença onde é que tá aí, nós não tinha dívida, nós não podia fazer dívida, porque a gente não podia pagar se nós fizesse e a gente não podia comer legal, porque o dinheiro era pouco, entendeu? Mas agora não, agora mudou, agora mudou muito, porque agora óh, depois, agora a gente paga (...) a gente se virava com aquele dinheirinho porque pobre se vira com qualquer dinheiro e come do jeito que Deus mandar o dinheiro pra ele, mas nós não pagava conta, não comia bem, não tinha poço, não tinha água suficiente aqui né, a gente não podia fazer nada, mas agora já fiz meu poço, já comprei minha caminhonete e não falta nada pra mim. (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

Muito, comecei ir no mercado, fazer minha despesa, comprar as coisas, ia comprava danone e colocava na geladeira, parece coisa de criança né (risos), a gente também planta mais e também come mais, aqui coisas de horta todos os dias tem... Arroz e feijão eu nunca mais comi (tanto), isso eu comia lá na cidade... Agora eu como mandioca, carne, verdura, legumes, mas arroz puro com feijão não mais... Depois que eu vim pra cá mudou minha vida, nós sofremos muito, se eu for te contar minha história, minha filha (se direcionando a mim), chegou dia de faltar alimento, a minha vida com meus meninos... Minha filha já não, ela conheceu outro lado, conheceu depois do movimento sem terra, por isso que eu amo tanto, mas tanto a reforma agrária e o MST, porque através deles que a gente tem uma vida, você entendeu!? É uma vida de muito respeito, de muito carinho mesmo, quando eu falo pra você eu falo de dentro do meu coração, porque é a mais pura verdade porque nós tivemos aquela transformação de vida dentro desses 15 anos, você pode ver as conquistas o carro, o tratô pra gente trabalhar, porque quando chegamos aqui, chegamos só com a ferramenta a mão e o pé, pra chegar aqui e construir tudo isso, então já conseguimos dar uma vida melhor (...) e aqui nesses 15 anos tivemos uma vida que eu nem consigo falar pra você a melhora que a gente teve... Só na parte da alimentação, na terra, a gente chegou aqui pra plantar, pra colher, pra ter uma vida, na cidade quase não tinha renda, pagava aluguel, o que você plantaria na cidade? Quase nada, então todo dinheiro que entrava, alguma coisinha era pra mercado e pra pagar alguma continha, agora aqui a gente tem terra, a gente tem tudo, a gente tem alimento, a gente tem vida e é isso que eu quero falar pra você. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

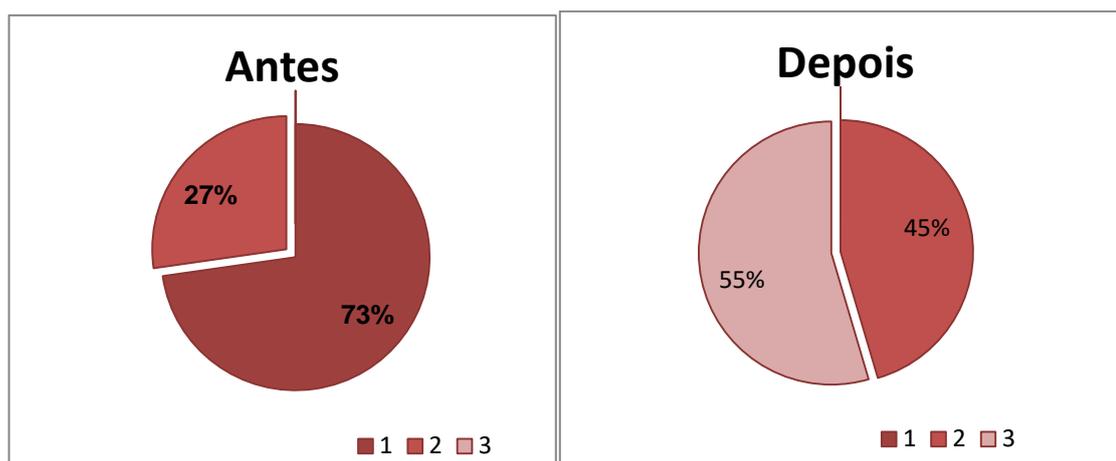
4.4.3.2 Satisfação com a Alimentação

Quando perguntado o nível de satisfação com a alimentação (sendo 3 para melhor e 1 para o pior), 73% dos entrevistados responderam 1 e 27% responderam o número 2, que é um nível intermediário. Já depois do início da comercialização para os Grupos de Consumo 45% responderam estarem no

nível 2 e 55% responderam com a melhor opção (figura 26).

Dos 73% que responderam com o número 1, 50% deles (ou 4 em número absoluto) passaram para o nível intermediário de satisfação com a alimentação, já os outros 50% passaram para o melhor nível de satisfação com a alimentação. Já dos 27% que assinalaram a opção 2, dois agricultores (67%) passaram para o nível 3 e uma pessoa (33%) se manteve no mesmo nível. O/A agricultor/a 5 se manteve no mesmo, este foi o mesmo que relatou perder a vontade de comer variedades de hortifrúti, por trabalhar produzindo isso, assim não teve grandes mudanças em sua alimentação.

Figura 17: Nível de Satisfação com o lote antes e depois do início da comercialização para Grupos de Consumo (1 para pior e 3 para melhor)



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Dos 10 agricultores que relataram mudanças em seus hábitos alimentares, 2 disseram que estão dando maior importância para alimentação; 4 disseram que o motivo é a alimentação mais diversificada. 4 responderam sim para ambos, tanto mais diversidade, quanto mais importância. Além do/a agricultor/a de número 5 que disse não ter sofrido mudanças, nenhum dos agricultores relatou diminuição da variedade na alimentação e que está dando menos importância.

Algumas falas também são dispostas no corpo do texto como forma complementar à questão fechada, para evidenciar melhor as mudanças de hábitos alimentares. Um dos motivos que os agricultores relataram por dar

mais importância à alimentação, é por estarem envelhecendo, com exceção de apenas um dos agricultores, todos têm mais de 45 anos. Esse fato segue o cenário rural brasileiro em geral, no qual a população está envelhecendo.

Em casa nós comemos muita carne e pouca verdura, isso melhorou, mas precisa melhorar. Estou dando mais importância pra alimentação porque estou ficando velha e preciso envelhecer com saúde. (Agricultor/a 6, pesquisa de campo, 2020).

A alimentação é vista de forma integrada ao trabalho de produzir, a partir do início da comercialização para os grupos de consumo, o coletivo de agricultores começou a se unir mais, atualmente relatam que fazem mutirões para implantação de SAFs nos lotes, e durante a reunião para a montagem das cestas, trocam experiências. Este fato se deu a partir do processo educativo em torno da Agroecologia proposto pela direção do MST e do aumento das vendas e da renda, assim os agricultores ficaram mais animados com o processo produtivo e passaram a unir esforços para fortalecer a comercialização. Esse processo refletiu positivamente na alimentação, como pode ser visto nas falas a seguir:

Coisas mais fresquinhas, não uso de agrotóxicos, satisfação em comer o que você planta. (Agricultor/a 7, pesquisa de campo, 2020).

Pra dizer que pobre come filé mignon, não come, mas a gente tá bem aqui, né!? Quando não tem uma carniha a gente come um franguinho outra carne mais barata, verdura e legume não falta, banana não falta, aqui a gente não passa mal. Depois que a gente começou a entregar na cesta a gente ficou mais disposto, sabia? A gente teve mais disposição, você pode ver tá todo mundo óh a mesma coisa, todo mundo só querendo produzir, produzir e produzir, não é? E antes não era assim — o povo se uniu pra fazer e fortalecer aquilo alí, pra não deixar faltar, tem um povo bom com a gente, aí você se esforça mais pra não deixar faltar ou acabar, porque é nosso, é nossa cooperativa, né? (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

Só do fato da gente trabalhar com orgânicos a gente tem o maior prazer em comer e até falar (...) achei que minha autoestima melhorou bastante, digo também na parte da saúde porque antes tinha dificuldade pra ir ao banheiro e hoje não, e isso é através do alimento saudável (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

Essas falas corroboram a citação de Ploeg (2000) que diz que o agricultor familiar identifica nas novas técnicas de produção adotadas a melhora da qualidade do ambiente e do alimento em si, e fortalecimento da economia rural.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desse capítulo/artigo foram traçar o perfil socioeconômico dos assentados que comercializam via cestas para grupos de consumo e analisar os impactos econômicos, produção e no consumo alimentar a partir dessa experiência, tanto em termos de alteração no processo produtivo, como mudanças e satisfação com a alimentação.

Com o estudo realizado foi possível perceber as dinâmicas no processo produtivo, como tanto a produção como a alimentação/consumo, foram se desenvolvendo com o passar do tempo.

Os agricultores sujeitos desta pesquisa não produzem apenas para a comercialização, também utilizam da sua produção para o consumo da família, além disso, passaram a realizar trocas de alimentos entre si o que demonstra que a coletividade vai para além do processo de comercialização para os grupos de consumo, os agricultores também partilham demandas diárias da vida em geral na comunidade e isso reflete na alimentação.

Os resultados encontrados demonstram que a partir do início da comercialização para os grupos de consumo em outubro de 2016 até o trabalho de campo em outubro a dezembro de 2020, os agricultores ficaram

mais animados e passaram a produzir de forma diferenciada e com mais qualidade, junto a isso observou-se a importância da estrutura da cooperativa e do movimento social que potencializou a produção Agroecológica e a organização coletiva. Esse processo foi de extrema importância para o desenvolvimento local após a redução das políticas públicas para a agricultura familiar e escoamento da produção.

Ainda em relação ao desenvolvimento local, pode-se visualizar a mudança na paisagem, fator importante para a preservação ambiental, visto que a área onde está localizado o assentamento é cortada por um córrego que deságua num importante rio da região e estava degradada devido à monocultura da soja e da cana-de-açúcar. Esta mudança reflete também na saúde dos próprios assentados que relataram por muitas vezes serem atingidos pelos agrotóxicos utilizados na produção da cana.

Foi visível a melhora na alimentação de todos os participantes, no entanto, ainda há vontade dos próprios agricultores de melhorar sua alimentação. A pesquisa demonstrou que produzir parte da alimentação, diminui as possibilidades de passar fome e/ou ter algum tipo de necessidade nutricional, possibilitando a melhora da qualidade alimentar.

A experiência pesquisada deste trabalho não é um caso isolado. Muitos outros assentamentos no território brasileiro têm desenvolvido formas de vendas diretas, além de contribuir com a regeneração do território, preservação ambiental, propiciando o renascimento de cinturões verdes em regiões e áreas ameaçadas pela monocultura e a agricultura altamente especializada e intensiva. Assim, ressalta a contribuição da Reforma Agrária também para o fortalecimento da segurança e soberania alimentar da população.

Portanto, conclui-se que os circuitos curtos de comercialização e aproximação do agricultor com o consumidor têm resultados positivos para o desenvolvimento rural, valorização da produção, melhoria da renda, entre outros, e contribuiu para um potencial educativo no âmbito da Agroecologia. Como proposta para trabalhos futuros, sugere-se estudos mais aprofundados sobre as técnicas de produção utilizadas no âmbito da Agroecologia e uma investigação sociológica da produção de autoconsumo e alimentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel Angel; NICHOLLS, Clara Ines. **Agroecología: Unica esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecologica**; Agroecología 7 (2): 65-83, 2012

BRASIL. **Lei n o 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm.. Acesso em Fevereiro/ 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de desenvolvimento Sustentável-PDS**. Brasília: MDA, 2000.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanela; MALANDRIN, Vanessa. **Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy**. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, Cardiff, p. 28-53. 13 dez. 2010.

CARMO, H; FERREIRA, M. M. **Metodologia da investigação: Guia para Auto-Aprendizagem**. 2. Ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. p.377.

CONTRIGIANI, A. C. **Análise da organização produtiva da Cooperflora**. Orientador: Herivelto Fernandes Rocha. 16 f. Relatório Técnico (Projeto Agroecologia, tecnologias de produção orgânica em assentamentos rurais e educação popular: a contribuição do IFSP para a sustentabilidade ambiental e segurança alimentar na RMC) - CNPq.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sem renovação, população rural brasileira envelhece**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>>. Acesso em: Março/2021.

GLIESSMAN. Stephen R. **Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

GOODMAN, D; DEPUIS, E. M. Knowing food and growing food:beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. Sociologia Ruralis, v. 42, p. 5-22,2002.

MAINENTI, Renata. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das políticas públicas sócias**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF: 2012, 288p

MALUF, R. S. J. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, v. 25, n.1, p. 299-322, 2004.

MAPA. **O que é agricultura familiar?**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: jun/2020.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development**. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARSDEN, Terry. **New rural territories: regulating the differentiated rural spaces**. Journal of Rural Studies, London, n. 14, p. 107–117, 1998.

MST. **Oito Razões para Defender o Pronera**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/18/oito-raozes-para-defender-o-pronera/>. Acesso em: Fevereiro/ 2021.

NOVAES, H. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST in.: NOVAES, H. et. al. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 1ª Ed. – São Paulo. Outras Expressões, 2015. 408 p.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J.D. Van Der. **The New Peasantries: new struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. 2009. London: Earthscan.

REIS, Ana Terra. **Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio Filho de Mesquita, Presidente Prudente-SP:2015. 169p

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.99-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: 04 de Dez. de 201

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Bases sociológicas de la agroecología**. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. (texto para conferencia). Botucatu, 2001.

SILVA, J. C. da. A agricultura orgânica no Mercado internacional - com foco no desenvolvimento da agricultura orgânica brasileira. Itajaí, 2012. (Trabalho de Iniciação Científica). Arquivo PDF. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/1010/joice.pdf>. Acesso em 04 de Out. de 2018.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **Pronera**. Disponível em https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=165. Acesso em: Fevereiro/2020

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro,2003: 42 – 61

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov. In: **Para Pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998

5. GRUPOS DE CONSUMO: UMA ALTERNATIVA DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA

RESUMO

O modo de produção capitalista na agricultura vem gerando impactos negativos ao meio ambiente. Preocupados com esta realidade surgem cada vez mais agricultores e consumidores conscientes em relação ao seu papel dentro do sistema alimentar. Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi compreender e analisar as mudanças no processo de comercialização, sentidas por um grupo de agricultores do Assentamento Comuna da Terra Milton Santos com os circuitos curtos de comercialização por meio dos grupos de consumo. Em específico, entender os grupos de consumo e as diferenças vistas pela ótica dos agricultores. Para atingir os objetivos propostos foi feito um estudo de caso junto à cooperativa Cooperflora, sendo esse estudo de caráter descritivo e exploratório, com dados quantitativos e qualitativos. Como forma de coleta de dados foi aplicado um formulário com onze agricultores da cooperativa Cooperflora, além de observação em espaço de reuniões e organização das entregas. Como resultado, a pesquisa mostrou a trajetória de criação dos grupos de consumo, a relação de confiança entre consumidores e agricultores e a relação entre os grupos de consumo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e cooperativa Cooperflora. Conclui-se que a comercialização para os grupos de consumo tem um papel formativo e o potencial de ressignificar as relações entre agricultores e consumidores.

CONSUMER GROUPS: A SHORT CIRCUIT ALTERNATIVE FOR AGRICULTURAL BASED FARMERS

Palavras Chaves: Agroecologia. Desenvolvimento sustentável. Grupos de Consumo. Redes agroalimentares.

ABSTRACT

With the advancement and expansion of the agro food system, new actors appear, resulting in the distancing of producers and consumers. Combined with this factor, the capitalist mode of production in agriculture has been generating negative impacts on the environment. Concerned with this reality, more and more farmers and consumers are aware of their role within the food system. In this context, the general objective of this work was to understand and analyze the changes in the commercialization process felt by a group of farmers from the Comuna da Terra Settlement Milton Santos with the short commercialization circuits through the Consumer groups. In particular, understand the consumer

groups and the differences seen from the perspective of farmers. In order to achieve the proposed objectives, a case study was carried out with the Cooperflora cooperative, which is a descriptive and exploratory study, with quantitative and qualitative data. As a form of data collection, a form was applied with eleven farmers from the Cooperflora cooperative and observation in meeting space and organization of deliveries. As a result, the research showed the trajectory of creation of consumption groups, the relationship of trust between consumers and farmers and the relationship between consumption groups, the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Cooperflora cooperative. We conclude that marketing to consumer groups has a formative role and the potential to reframe the relationship between farmers and consumers.

Keywords: Agroecology. Sustainable development. Consumer Groups. Agrifood networks.

5.1 INTRODUÇÃO

À medida em que os sistemas agroalimentares se desenvolvem em todo o mundo, mais atores surgem, formam-se interconexões, outras relações; o sistema fica mais dinâmico e complexo, por consequência, a cadeia de produção/distribuição/consumo de alimentos cresce, resultando no distanciamento entre produção (produtores) e consumo (consumidores) e na padronização dos alimentos (SEVILLA GUZMÁN, 2012)

No sistema alimentar hegemônico, tanto as empresas transnacionais como as redes varejistas, são os agentes que controlam todas as etapas da produção, distribuição e consumo, visando a ampliação de capital (ORIGUÉLA, 2019). De acordo com a mesma autora o sistema alimentar vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos com a expansão do modo de produção capitalista na agricultura, que se destaca pelo controle dos recursos naturais, privatização de sementes, destruição dos ecossistemas, contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos, entre outros.

Neste cenário, as dietas alimentares passaram a ser globalizadas (KHOURY, 2014) e padronizadas (POLLAN, 2009). A maior parte dos alimentos que a sociedade consome é produzida a partir de poucas variedades agrícolas, desta forma por mais distintos que sejam os alimentos industrializados, de

diferentes formas, características e marcas, eles são derivados de poucas variedades agrícolas. O baixo retorno econômico pelos agricultores, está relacionado a redistribuição de valores entre os atravessadores ao longo da cadeia de distribuição (PLOEG, 2009).

Origuéla (2019) diz que assim como os agricultores, os consumidores cada vez mais conscientes do seu papel dentro do sistema alimentar, reivindicam alimentos saudáveis a preços justos, lutando pelo poder de decisão sobre o que consumir. Essas resistências e experiências que estão emergindo, são construídas, a partir da relação, campo e cidade e da tomada de consciência dos sujeitos quanto à alimentação (ORIGUÉLA, 2019).

A sensibilização das pessoas para a temática do consumo responsável é essencial para desenvolver uma “reflexão crítica” sobre quais os efeitos que os atuais padrões de consumo e produção podem ter (INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). Assim, por exemplo, as experiências de Grupos de Consumo trazem à tona debates em torno da politização do consumo, emergem iniciativas em que os consumidores participam e integram a cadeia produtiva.

Deste modo, o consumo pode ser entendido como um ato político, tendo em vista que ele tem a capacidade de contribuir com a transformação social e o desenvolvimento urbano e rural ou corroborar a manutenção junto ao processo de exploração e dependência (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014). Assim, o consumo gera impactos ambientais, sociais e econômicos, podendo ser positivos ou negativos, dependendo de nossas escolhas.

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi compreender e analisar as mudanças no processo de comercialização sentidas por um grupo de agricultores do Assentamento Comuna da Terra Milton Santos com os circuitos curtos de comercialização por meio dos Grupos de Consumo. Em específico, entender os Grupos de Consumo e as diferenças vistas pela ótica dos agricultores.

Este artigo é composto de cinco partes: esta introdução, uma fundamentação teórica articulando os temas de interesse, o procedimento

metodológico utilizado, a apresentação dos dados seguido das suas discussões, e as considerações finais.

5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.2.1 Circuitos curtos de comercialização, grupos de consumo e o mercado de cestas

Dentro do contexto exposto na introdução desse artigo, frente às instabilidades do sistema agroalimentar e preocupações por parte da população, tem crescido o debate em torno da distribuição e produção local dos alimentos e a sua influência na relação de produtores e consumidores.

À vista disso, os circuitos curtos de comercialização⁸ vêm sendo discutidos por pesquisadores, grupos de consumo, movimentos sociais, sujeitos políticos, sociedade civil e academia. Logo, esses sistemas configuram-se como alternativas à globalização dos sistemas agroalimentares e à preocupação ambiental (FORNAZIER; BELIK, 2013).

Um das definições para entender os circuitos curtos é a busca pela aproximação entre locais de produção e de consumo, os quais, sempre que possível, se deem no mesmo território (BAVA, 2012), e por consequência, a aproximação entre produtores e consumidores. Autores como Chaffote e Chiffolleau (2007) caracterizam os CC como uma comercialização que mobilize até, no máximo, um atravessador; essa definição, também, tem sido utilizada como forma de reforçar a proximidade geográfica do produtor e consumidor.

⁸ É importante aqui ressaltar que ao longo deste artigo referimos os termos Circuitos e/ou Canais Curtos de Comercialização, Redes Alimentares Alternativas, Sistemas Agroalimentares Locais com a mesma conotação, tratando-os como similares. Mesmo não havendo consenso entre os autores quanto a esses termos, as elaborações textuais abarcam um mesmo “desenho conceitual”, abordando-os como arranjos de produção, transformação distribuição e consumo de alimentos. É nesse significado em comum que tratamos neste texto, sem desvalidar a importância que todas as definições em diferentes dimensões (econômica, ambiental, social e política) são para caracterizar e analisar os circuitos curtos.

Outros autores como Deverre e Lemine (2010) optam por utilizar a denominação de sistemas alternativos como forma de questionar o modelo convencional, na perspectiva corroborada por Sevilla Guzmán et al. (2012) que diz que os circuitos curtos de comercialização se compõem dentro de redes alimentares alternativas, se colocando como alternativas ao sistema alimentar globalizado.

Renting, Marsden e Banks (2003), afirmam que uma das principais características dos circuitos curtos é sua capacidade para ressocializar ou re-espacializar o alimento, assim Renting et al. (2012) colocam como sistema de inter-relações entre atores envolvidos.

Outras dimensões socioculturais são destacadas por Darolt et al. (2016) como a redefinição da relação entre produtor e consumidor, a geração de vínculos e o desenvolvimento de novas relações de consumo. Esses autores também sustentam que os circuitos curtos de comercialização contribuem com a transformação das relações de poder nos sistemas agroalimentares, possibilitando maior participação dos produtores e consumidores.

Dentro do contexto dos circuitos curtos de comercialização, a experiência abordada neste trabalho será a dos Grupos de Consumo na Região Metropolitana de Campinas (RMC) da cooperativa Cooperflora, localizada no Assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.

Os Grupos de Consumo são grupos de pessoas que decidem se organizar para comprar produtos de determinados produtores, de forma diferente do que acontece no mercado convencional. Essas pessoas buscam alimentos que sejam frutos de um sistema comercial e produtivo que prima pelo respeito ao meio ambiente e às pessoas (KAIRÓS; PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). Os grupos de consumo (GC), estão inseridos nos chamados circuitos curtos de comercialização, que são iniciativas em que os consumidores e produtores estão mais próximos e passam a ressignificar as relações de consumo.

Uma das estratégias encontradas pelos agricultores estudados neste trabalho, foi a comercialização de Cestas Agroecológicas para os Grupos de

Consumo. Assim, cabe nesta seção, antes de expor os resultados encontrados, propor uma definição para o mercado das cestas. Esse tipo de estratégia é crescente em várias regiões do Brasil e varia de acordo com os diferentes territórios, demandas e contextos vivenciados pelos consumidores e agricultores.

Antunes Junior et al. (2019) trazem uma definição da lógica geral que o mercado de cestas segue:

Basicamente, este mercado se constrói da seguinte maneira: o produtor, que pode ser o agricultor familiar individualmente ou organizado em cooperativas e associações, diversifica sua produção e a organiza em cesta, as quais são oferecidas aos consumidores (comunidade local, moradores urbanos, munícipes em geral) com uma certa periodicidade (semanal, quinzenal ou mensal); as ofertas das cestas podem ser via aplicativos de mensagens, páginas de redes sociais, telefonemas, contatos em feiras locais, entre outros meios; já as entregas podem ser agendadas em um local fixo ou diretamente nas residências dos consumidores (ANTUNES JUNIOR et al., 2019 p. 11).

Oliveira e Marjotta-Maistro (2016) ressaltam que um dos motivos para a demanda e interesse do consumidor final por esse modelo ter crescido, foi devido à comodidade que ele oferece, sendo uma alternativa às feiras e aos supermercados.

Isso explica o fato deste modelo ter crescido tanto durante a pandemia da Covid-19, pois se mostrou confiável em virtude da necessidade do distanciamento social.

Outra questão relativa ao surgimento dessas redes está ligada às preocupações com a segurança alimentar, obesidade, valores, bem como as externalidades sociais e ambientais relacionadas ao sistema de produção convencional (HARVEY et al., 2004), assim o surgimento dessas redes é comumente conceituado como uma “virada de qualidade” (*quality turn*), por consumidores e produtores (GOODMAN, 2003).

É importante, também, contextualizar que a denominação “cestas” é usada como uma representação do modelo de entrega dos produtos, que forma um *kit* ou um combinado de alimentos, mas estes podem ser

organizados em sacolas, caixas, *ecobags*, entre outros.

5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é classificado como descritivo, pois pretende descrever fenômenos e fatos de uma determinada realidade; e exploratório, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, a fim de torná-lo mais explícito (GIL, 2007). Desta forma o presente trabalho é um estudo de caso que, visa reunir informações a partir de um estudo profundo de determinado objeto e que permita o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 1991).

Em relação à abordagem, essa pesquisa é detalhada tanto na forma quantitativa, como na forma qualitativa. Como forma de coleta de dados foram aplicados formulários com perguntas semiabertas junto a agricultores e agricultoras moradores do Assentamento Milton Santos e cooperados da cooperativa Cooperflora que comercializam para os grupos de consumo Agroecológicos. Vale lembrar, que o formulário foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), juntamente com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 20164619.3.0000.5504 e cada participante da pesquisa deu sua permissão formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como forma de complementar as informações advindas dos formulários, também foi feita a observação participante nos espaços de reunião e organização das cestas, e todos os dados foram anotados no caderno de campo.

O Assentamento Milton Santos está localizado entre os municípios de Americana, com 242.018 habitantes e área territorial de 133,912 km², Cosmópolis com 73.474 habitantes e área territorial de 154,665 km² (IBGE, 2020), os dois municípios integram a Região Metropolitana de Campinas (RMC). A área onde o assentamento está localizado possui aproximadamente

104 hectares (há) destes, 71,98 são destinados aos lotes e 3 áreas de uso comum, sendo que cada família assentada possuem a posse de um lote de 1 hectare, onde reside e produz. O restante da área é composta por 10,78 hectares para Área de Preservação Permanente (APP) e 20,69 hectares para reserva legal (INCRA, 2008).

A cooperativa Cooperflora foi criada em 2015, a partir de uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Regional Campinas e os agricultores e agricultoras do Assentamento Milton Santos como forma de organizar e viabilizar o escoamento da produção.

Os 11 agricultores e agricultoras que fizeram parte deste estudo foram selecionados a partir de uma amostragem não probabilística, por conveniência e intencional, por estarem atuando ativamente em reuniões, entregas e a comercialização da cooperativa.

Os dados quantitativos foram organizados em planilha eletrônica, tabulados e transformados em gráficos. Os gráficos e algumas falas estão dispostos no corpo do texto e são elucidados a partir de concepções teóricas. Vale destacar que a exposição das falas foi transcrita, sempre que possível, de maneira completa e tem o objetivo de compreender as opiniões e perspectivas dos agricultores e agricultoras em relação aos grupos de consumo.

5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção do trabalho apresentará os resultados e discussões elucidadas a partir das concepções teóricas trazidas da literatura em torno do tema, com o intuito de trazer reflexões desde a realidade e a prática concreta dos agricultores e agricultoras ligados à Cooperflora, que comercializam Cestas e itens avulsos para Grupos de Consumo na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

5.4.1 Do campo ao prato: Caminho percorrido dos agricultores até os consumidores

O caminho percorrido pelos agricultores do assentamento não foi fácil, foi marcado por diversas dificuldades, visto que não tinham formas de escoar a sua produção depois dos cortes no PAA, mercado institucional que os agricultores acessavam durante os anos de 2011, 2012, 2014 e 2017. Com este contexto muitos deles pararam de produzir e tiveram que buscar alternativas para ter renda.

A partir de muito diálogo, trabalho de base dos militantes do MST dentro do assentamento e criação da cooperativa, em 2017 o grupo de agricultores decidiu montar grupos de consumo e trabalhar com a comercialização de cestas. Esse processo contou com o apoio de um projeto “Agricultura Familiar, Produção Ecológica e Circuitos Alimentares Locais” da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O projeto de extensão tinha como objetivo levantar e mapear a produção dos assentamentos e acampamentos da região, como forma de planejar e facilitar o escoamento desses produtos.

Vale ressaltar, que o assentamento fica próximo ao município de Americana e recebe visitas de escolas, parceiros e interessados em conhecer um assentamento rural e se aproximar do movimento. No entanto, mesmo com esse ponto positivo, o caminho da comercialização foi e é permeado de diversas adversidades.

A fala a seguir evidencia as dificuldades do escoamento da produção e o fato do primeiro grupo de consumo ser montado a partir da aproximação de duas pessoas que, em 2016, foram participar da festa julina no assentamento:

Foi montando grupos de consumo de cestas, fomos fazendo festas pra montar a escola e vimos a importância de vender direto para o consumidor — não tínhamos mais acesso à venda de nenhum produto — foi um apresentando pro outro, falando pros outros e foi montando os grupos de consumo (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020)

O primeiro Grupo de Consumo Agroecológico para o qual a Cooperflora comercializou as cestas foi intitulado de Batucada, pois era um coletivo da cultura e um grupo de maracatu que ensaiava e promovia festas e atividades culturais no município de Americana. Esse grupo era composto por 27 consumidores dos municípios de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste.

Antes da primeira entrega para o GC Batucada, em setembro de 2016, foi criado um espaço formativo e bate-papo com o grupo de consumidores da Batucada para falar sobre o sistema agroalimentar, modelos de produção, agroecologia e apresentar o assentamento.

Esta iniciativa foi demandada pelo grupo da Cooperflora e pelo MST que, consideram importantes esses espaços formativos para a politização do consumo, aprendizado, conhecimento dos agricultores, forma de produção, local onde os alimentos estão sendo produzidos e como forma de interação, conhecer melhor os consumidores e evitar problemas futuros. Este espaço contou com o apoio de um pesquisador da UNICAMP e militantes do MST como facilitadores do debate.

No mesmo dia em que aconteceu o espaço formativo, a partir de uma sugestão e demanda concreta vista pelos participantes, foi montada uma equipe com representantes dos consumidores e dos agricultores para pensar no modelo da cesta, dia de entrega, quantidade de alimentos e preço de cada item.

Os valores dos alimentos foram construídos a partir de pesquisa em supermercados e feiras da região e pela tabela de preços do PAA. O processo de definição dos preços foi um acordo entre as necessidades dos agricultores e a possibilidade dos consumidores, chegando-se a um acordo comum final.

Nesta reunião, o grupo formado entre os agricultores e os consumidores, decidiu que a cesta iria ser composta de 5 a 6 itens, sendo duas folhas, um ou dois legumes, raízes ou leguminosa, uma fruta e um item especial com maior valor agregado, e estipulou-se o valor de R\$20,00. A primeira entrega da cooperativa para o grupo Batucada foi realizada no dia 17 de outubro de 2016,

a foto a seguir (Figura 28) retrata a entrega para este grupo.

Figura 18: Entrega de 27 cestas para o primeiro Grupo de Consumo da Cooperflora, o grupo chamado de Batucada, em 2016



Fonte: Acervo Cooperflora, 2016.

A fala a seguir evidencia esse processo de criação e desenvolvimento dos grupos de consumo e como os agricultores conheceram os consumidores:

Através de diálogo, foi feita a conversa, chamou pra visita pra explicar como funciona, e aí foram montando os grupos, na ideia de não ver somente as pessoas como consumidores e sim ver eles como sujeitos (Agricultor/a 7, pesquisa de campo, 2020)

A partir do grupo de consumo Batucada outros grupos também foram montados, realocados e desfeitos, cada grupo com características particulares e diferenciadas, mas sempre seguindo a lógica de participar primeiramente pelos espaços formativos. Todos os grupos de consumo foram montados pela própria Cooperflora e a Direção Regional do MST em Campinas.

No último trimestre de 2016, a Cooperflora comercializou para dois grupos de consumo: a Batucada e um grupo de professores de uma escola da rede estadual de Santa Bárbara D'Oeste, que não continuou em 2017.

Até setembro de 2017, a Cooperflora deu um passo importante e criou

mais outros dois grupos. O primeiro foi no Sindicato dos Petroleiros em Campinas formado por trabalhadores da Petrobrás, trabalhadores aposentados, sindicalizados e apoiadores do sindicato, e contou com a colaboração de um membro do sindicato para contatar as pessoas interessadas em consumir as cestas. O segundo grupo foi no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Campinas, denominado Estrela Livre, formado por professores e servidores públicos e teve a colaboração de uma professora do IFSP para contatar os interessados em consumir as cestas.

Os Grupos de Consumo não têm regulamento interno, no entanto a Cooperflora e o MST primam para que todos os grupos passem por um espaço formativo inicial, sempre evidenciando o compromisso mútuo entre os agricultores e consumidores. Os GC não têm número mínimo de consumidores, esse número varia de acordo com o local de entrega, pois a única exigência feita pela Cooperflora é que o custo do frete até o local seja compensado no número de consumidores, visto que cada consumidor paga uma taxa de frete (R\$2,00 para Americana e R\$5,00 para Campinas).

Desta forma, os agricultores seguiram formando novos grupos e, atualmente, se mantém com quatro diferentes grupos, localizados em Americana, Santa Bárbara D'Oeste e dois em Campinas, como mostra a tabela 7.

Tabela 7: Relação dos Grupos de Consumo da Cooperflora, de 2016 a 2021.

Data de início	Grupo	Município	Quant. Consumidor. (inicial)	Quant. Consumidor. (2021)	Freq.	Status Atual
17/10/2016	Batucada	Americana	27	-	Sem.	Em setembro de 2017 esse GC se juntou com o GC do centro de Americana
21/10/2016	Matarazzo	Santa Bárbara D'Oeste	10	-	Sem.	Encerrou em dezembro de 2017
07/08/2017	Centro	Americana	30	15	Sem.	Funcionando
15/08/2017	Esalq	Piracicaba	-	-	Quinz.	Parado por conta da pandemia da Covid-19

10/08/ 2017	Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro)	Campinas	35	53	Quinz .	Funcionando
31/08/ 2017	Estrela Livre	Campinas	17	-	Quinz .	Parado por conta da pandemia da Covid-19
20/03/ 2019	Barão Geraldo	Campinas	25	70	Quinz .	Funcionando
06/06/ 2019	Sindicato dos Professores (Sindipro)	Santa Bárbara D'Oeste	6	20	Quinz .	Funcionando
19/10/ 2019	Paulínia	Paulínia	20	-	Quinz .	Parado, sem previsão de volta

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quant. – quantidade/consumidor. – consumidores/

Freq. – frequência/sem. – semanal/quin. – quinzenal

5.4.2 Agricultores e Consumidores: A relação de confiança

As mudanças ocorridas por meio da sociedade moderna têm levado os consumidores a serem mais reflexivos em relação ao consumo, além disso, esse processo também tem levado os agricultores a encontrarem alternativas para a produção e comercialização dos seus produtos, esse processo se consolida em uma realocação do sistema agroalimentar, o que vem sendo definido por alguns autores como *quality turn* (GOODMAN, 2003; HARVEY, MACMEEKIN E WARDE, 2004). E essa mudança está caracterizada pela valorização dos produtos alimentares de qualidade diferenciada.

Desta forma, esses mercados se inserem na lógica dos circuitos curtos de comercialização e potencializam as relações de sociabilidade, resgate e a formação de princípios e valores pautados na confiança, importância, ética e solidariedade (PEREZ-CASSARINO, 2013; DAROLT et al, 2016). Assim, tem a capacidade de ressocializar e re-espacializar os alimentos, construindo relações sociais enraizadas (*embedded*), ou seja, os mercados são socialmente construídos pelos próprios atores. (NIEDERLE, 2009; CASSOL, 2012).

Nesta perspectiva, de acordo com Niederle (2009), as discussões em

torno do *embedded* estão ligadas à relação de reciprocidade e confiança entre os atores locais e ressalta que enquanto os CCC são considerados *embedded*, os mercados convencionais são considerados *des-embedded*, visto que tem pouco ou nenhuma relação e vínculo entre os atores/sujeitos.

As falas a seguir, trazem a realidade dos agricultores quando perguntados quem são seus consumidores, pode-se perceber a diferenciação nas relações:

Todo tipo de gente, trabalhadores, professores, estudantes, donas de casa que gostam dos nossos produtos, mas a maior parte são de pessoas mais politizadas que veem a importância de não comer coisa com veneno — conseguimos criar uma **relação de confiança** grande, pedem produtos a parte, eles vão conhecer o assentamento e quem conhece o assentamento dá **mais importância**. (Agricultor/a 6, pesquisa de campo, 2020, grifo da autora).

O que a gente tem com eles é um respeito muito grande, o fato de eles pegarem nossos alimentos foi o que falei da **parceria**, é o maior prazer, eles chegam todos feliz, eu converso com as coordenadoras, a de Americana eu nem conheço, só falo no telefone, eu nem tenho palavra pra dizer pra eles o quanto eles são bons (...) quando a gente vê a vontade deles de vir falar com a gente, vir dar um abraço e conversar, a gente chega e eles recebem a gente muito bem, a gente se tornou uma família, isso é muito legal... **respeitam** demais a gente, eles são fantásticos, falei pro meu esposo quando a gente vai entregar, é uma amizade que a gente fez. É importante conhecer, eu gosto tanto, porque assim o que a gente tem de melhor aqui, se não fosse eles nós não teríamos, admiro muito o/a agricultor/a 6 (também militante do MST) que se não fosse ela buscar os grupos e trazer isso aqui pra nós, ela buscou porque a gente não conhecia, e a gente aprendeu a amar eles de uma tal forma, eu amo todo mundo mesmo. A gente produz mais feliz, muito feliz, a gente que oferecer o melhor, aqueles pé de alface bonito, pra chegar na mesa deles lá e eles poder postar pra gente aqui: “olha o que venho lá do assentamento” isso pra gente é um orgulho muito grande e acontece dentro do grupo, a gente vê, é muito diferente você não faz ideia do quanto, até

quando fala da geleia do meu esposo... que geleia gostosa, eu ensinei uma esses dias a fazer chicória no particular, porque tem que saber o preparo pra fazer, e a gente ensina o que a gente sabe a gente passa e o que eles sabem eles passam pra gente (...) tem uma troca, por isso falei pra você **somos parceiros**. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020, grifo da autora).

Os agricultores passaram a enxergar a relação de comercialização de outras formas, agora eles se veem como sujeitos fundamentais da cadeia produtiva, se sentem mais valorizados e relatam com orgulho como funciona todo o processo de comercialização com os Grupos de Consumo, por consequência, consideram importante saber quem são seus consumidores e passaram a ressignificar as relações para além da compra e venda, o que impacta direta e indiretamente na produção, formas de produzir e comercializar, qualidade e organização coletiva dos próprios agricultores.

Assim, nos CCC, a noção de qualidade é tomada a partir de um processo social (HARVEY et al., 2004), isto é, ela é construída e negociada, e o seu significado é tomado, a partir da realidade específica local e reflete diferentes conceitos a depender do contexto de produção e consumo (ILBERY; KNEAFSEY, 2000; SONINNO; MARDSEN, 2006).

Os agricultores da Cooperflora mostram em suas falas o quão consideram importante saber quem são os seus consumidores e como isso impacta na sua produção, como por exemplo, na fala do/a agricultor/a 7 ao dizer que os “produtores produzem com mais carinho e qualidade”, no aprendizado como dito pelo/a agricultor/a 8 e na autoestima e na melhoria contínua como evidenciado pelo/a agricultor/a 11, as respectivas falas estão apresentadas a seguir:

Termina construindo uma relação de amizade e confiança entre as partes, tanto consumidores como agricultores, os produtores **produzem com mais carinho e mais qualidade** por saber quem é a pessoa, quem é a família que vai receber os seus alimentos, cuidado de lavar, da embalagem e tal...E os consumidores sabem quem é a

pessoa que tá produzindo, o cuidado que ela tem se tá usando agrotóxico ou não, a questão da higiene. (Agricultor/a 7, pesquisa de campo, 2020, grifo da autora).

Eu considero importante saber (quem são os consumidores), é bom saber, porque se a gente já é unido a gente une muito mais, você não acha!? Porque a gente pode unir aqui e unir lá também, porque a gente participa de tudo por inteiro... É bom porque quanto mais gente a gente conhece mais a gente aprende, se a gente não puder aprender as coisas na vida o que a gente vai ter? Nada. (Agricultor/a 8, pesquisa de campo, 2020).

Eu acho bom, porque a gente recebe os elogios, mas também recebe as críticas que é bom pra gente, pra gente poder melhorar, a gente tem que... Como a gente gosta de comer coisa boa, a gente também tem que servir coisas boas pras pessoas, então é bom. (Agricultor/a 11, pesquisa de campo, 2020).

Uma das principais características do processo de *quality turn* é a reconexão dos consumidores e produtores, permitindo que os consumidores estabeleçam formas de relações mais confiáveis e os produtores desenvolvam formas mais autônomas de produção e comercialização (GOODMAN, 2003; HARVEY; MACMEEKIN; WARDE, 2004; CASSOL, 2013). Autores como Mardsen (2000) e Brunori (2007) destacam que a reaproximação entre produtores e consumidores são essenciais para a promoção de práticas e processos do desenvolvimento rural.

Corroborando a fala do filho do/a agricultor/a 4, Mardsen et al. (2000) dizem que os CCC apresentam novas relações entre os atores, e reconfiguram as noções de qualidade e valor associado ao alimento, produção e abastecimento e pontua variações nas interações que passam a ser “cara a cara”

Você pode colocar que na qualidade do produto, porque você pode discutir com o seu consumidor a qualidade do produto e assim ele

pode vir aqui conhecer, ver como planta, o que faz e ele lá vai poder escolher, quero tal verdura, quero tal legume, a gente monta a cesta e oferece a eles e eles vão escolher se quer ou não, é essa troca de experiência, de conhecimento, bom.... Agora no mercado capitalista você só vai lá entrega na loja e a loja que se vira, aqui a gente na cesta não, a gente tem esse cuidado com o consumidor de mostrar pra ele o que é que ele está levando e também ter o cuidado da gente saber quem é que tá comprando as nossas coisas. (Filho do/a Agricultor/a 4, pesquisa de campo, 2020).

Os consumidores têm informações que lhe permitem saber o local onde o alimento está sendo produzido, como está sendo produzido e por quem está sendo produzido (MARDSEN et al., 2000). Esta citação de Mardsen et al. (2000), diz respeito às percepções dos consumidores, no entanto, a pesquisa de campo nos permitiu também evidenciar este fato visto pela ótica dos agricultores. E os agricultores sabem para quem estão produzindo, quem está comprando seus alimentos e passam, desta forma, a trabalhar mais felizes, pois se sentem reconhecidos e valorizados na profissão de agricultor, conforme apontam as falas a seguir:

Não tem coisa ruim, sabe por quê? Esses dias, por isso que eu falo que é bom, teve uma mulher elogiando aqui, dizendo que a cesta é maravilhosa, isso é tão bom pra gente, né? Eu ainda vou comer essa salada (risos) ela postou rúcula, na tigelinha, alface, cebola roxa, tomatinho e manga, e ela falou que tava maravilhoso e eu fiquei contente de ver aquilo ali. Ela recebeu a cesta num dia e no outro dia fez e apresentou no grupo, ai eu mostrei pro meu esposo... Olha onde tão os nossos tomatinhos lá [você acha que muda alguma coisa?] Muda sim, porque no dia da entrega você tem prazer de fazer aquilo alí, porque o povo fica tão esperando né e dizem que eles ficam tão tristes quando chega lá e tá faltando, se fosse eu também não ia gostar (risos). É muito bom você pegar, que nem a gente trabalha aqui né, você sabe que não é fácil, você chegar no dia e fazer tudo aqueles pacotinhos e mandar pra turma que tá esperando, é uma

felicidade, porque é chato você plantar também e perder também, aí você planta e não tem pra onde você escoar sua mercadoria, aí é chato né, mas que nem agora não, agora a gente planta e as mercadoria tão escoando é uma felicidade pra gente, felicidade pra nós, felicidade pra eles. (Agricultor/a 5, pesquisa de campo, 2020).

Não tem coisa ruim. De bom acho que a gente tá ajudando as pessoas comerem um alimento mais saudável e eles ajudam a gente com o dinheiro e a gente ajuda eles com saúde e alimentos. [você nota diferença, se muda alguma coisa saber quem são seus consumidores?]. Muda sim, porque a gente vê a felicidade das pessoas ao comprar os produtos da gente, que nem essa semana a menina veio buscar e ela veio tão feliz, começou a elogiar tanto as mercadorias nossas, aí eu deixei pra dar a berinjela dela por último né, aí eu dei, eu senti no coração de dar pra ela, aí eu peguei e entreguei o pacote de berinjela pra ela e ela ficou numa felicidade, ela acho que me agradeceu umas cinco vezes, ela ficou muito feliz e pra gente é muito agradável né, assim, muito satisfatório essa relação com as pessoas, muito bom, tô muito feliz. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

Vale destacar a troca que esse tipo de comercialização permite, pois essa questão aparece na maioria das falas dos agricultores. Todo o circuito é visto para além da compra e venda, os sujeitos reconhecem a importância que exercem dentro do sistema e como conseguem se desenvolver melhor coletivamente, fato que reverbera nas relações sociais e nos sentimentos dos agricultores.

5.4.3 Pontos positivos e negativos vistos pelos agricultores na comercialização para os Grupos de Consumo

Atualmente, os agricultores comercializam apenas para os grupos de consumo, no entanto, já comercializaram de diversas outras formas, como por exemplo, para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE), feiras livres, mercados, entre outros. Desta maneira conseguem reconhecer as diferenças que é comercializar para os grupos de consumo, pois além deste ser diretamente para os consumidores, estes já estão previamente organizados, situação que difere das feiras, o que permite que os agricultores gerem um vínculo maior com os consumidores.

O grupo dos consumidores, eu acho tão interessante que tem uns que compra da gente pra poder ajudar ainda mais, eles fazem de tudo pra ajudar nós, eles querem nos ajudar e antes não tinha isso de jeito nenhum, de maneira nenhuma. O prazer maior é fazer do jeito que a gente faz. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

Ploeg (2008) ressalta que os agricultores ficam reféns dos atravessadores e da lógica dos supermercados. Já nos circuitos curtos de comercialização essa lógica é diferente, as relações de poder mudam, são transferidas do centro (atravessadores, beneficiadores, redes varejistas, redes atacadistas) para as pontas (produtores e consumidores finais) e esses dois atores sociais juntos passam a decidir e repensar na lógica de consumo e produção, a partir de suas próprias demandas e de uma maneira que beneficie ambos os lados (SEVILLA GUSMAN, 2012).

É bom a gente saber, né? Porque a hora que eles fazem uns elogios a gente fica tão feliz, umas reclamaçãozinha também né, acho que isso estimula a gente nisso daí, né? (Agricultor/a 5, pesquisa de campo, 2020).

Olha, o que eu tenho pra falar pra você é que eles conversa coisa boa, chegar felizes e contentes, eles falam que não usa produto químico, é o que eu ouço eles falar, mas de fato é isso, eles chegam com satisfação de pegar o produto, chegam tudo contente. (Agricultor/a 9, pesquisa de campo, 2020).

Quando os agricultores assumem todo o processo de produção e

distribuição dos produtos, ainda há algumas dificuldades, como por exemplo, a questão logística, visto que atualmente a Cooperflora não tem transporte, então as cestas e as encomendas são levadas nos próprios carros dos agricultores cooperados. Entretanto, os próprios agricultores já sabem como lidar quando essas coisas acontecem, foram pegando a prática a partir das falhas, e em toda reunião para a organização das cestas tem um espaço para falar das falhas emergentes, entender o erro e encontrar maneiras de melhorar na próxima entrega, como é mostrado na fala a seguir:

Positivo é poder fornecer alimento saudável e ter retorno financeiro, negativo a gente tem hora que patina em alguns aspectos como a logística pra entregar e às vezes eles pedem coisas que não podemos entregar. (Agricultor/a 3, pesquisa de campo, 2020).

Um ponto notável, que vale ressaltar, é que a cooperativa usa como estratégia diferenciar e separar o preço dos produtos e o preço do frete, ou seja, o consumidor sabe o quanto está pagando pelo alimento que está sendo consumido e o quanto está sendo gasto para esse produto chegar até ele. Assim, fica mais fácil para o consumidor visualizar o preço dos produtos em si.

O/a agricultor/a 6, também aborda como são necessários os espaços formativos iniciais para o consumidor entender a lógica de funcionamento do grupo, e diz que essa questão é trabalhosa, pois precisa explicar, depois explicar novamente, abordar sobre a temática do consumo, sistema agroalimentar, Agroecologia, falar sobre o MST, tirar dúvidas, que apesar de serem simples, demanda um tempo que muitas vezes, os agricultores não têm. No entanto, ressaltam que esse trabalho vale a pena, pois quando o consumidor entende sobre o quão grande é o projeto no qual está inserido e o seu papel, as relações mudam e eles se tornam consumidores cativos. Outro ponto a ser abordado no próximo tópico que, também é evidenciado nesta fala, é sobre a relação entre campo e cidade.

Não vê ponto negativo, às vezes tem uns desentendimentos com os

consumidores, porque quem não entende de agroecologia, dos assentamentos, cooperativismo e a nossa forma de trabalhar achavam que tinha que ter tudo que eles queriam e como nós trabalhamos com orgânico não era possível isso, e a pessoa pedia e ficava brava quando não tinha. Já aconteceu em um dia a gente ter que entregar alface e na noite deu uma chuva de granizo e quebrou as alfaces porque quase ninguém tem sombrite⁹. Positivo, ah...É maravilhoso além da relação de amizade e confiança é muito bom saber que tal família tá comendo nosso produto, é muito bom demais, vale a pena, porque existe uma troca entre cidade e campo, troca direta de energia boa, de alimento de amor, porque a agroecologia é muito diferenciada é um trabalho com a terra diferente da monocultura.... Aprendi muito com a Agroecologia, Agroecologia é vida. (Agricultor/a 6, pesquisa de campo, 2020).

5.4.4 MST e os Grupos de Consumo: Trabalho de base e disputa das ideias por meio da comercialização

Os agricultores reconhecem a importância do movimento social, no caso o MST, na organização coletiva, produção e comercialização, assim o MST contribui no desenvolvimento rural e autonomia e emancipação dos agricultores.

Em 2020, o MST lançou o primeiro volume da série “Cadernos de Agroecologia”, organizada pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) e enuncia os compromissos assumidos e defendidos pelo movimento. 1) Produzir alimentos saudáveis para atender as necessidades do povo brasileiro; 2) cuidar dos bens comuns da natureza, que pertencem ao povo, como a água, o solo, os minérios, as matas e florestas e toda a biodiversidade” (MST, 2020, p 3).

Neste mesmo ano, o MST construiu o Plano Emergencial da Reforma

⁹ Também chamada de tela de sombreamento, é usada com a finalidade de amenizar a incidência de luz solar na plantação, como por exemplo, o cultivo de hortaliças que são mais sensíveis.

Agrária Popular, que é uma proposição para a sociedade, dentro da conjuntura da pandemia da Covid-19 que expôs diversas contradições, principalmente em relação à desigualdade social. O movimento luta por uma Reforma Agrária Popular, mas entende que no momento existem diversas demandas e medidas a serem tomadas para enfrentar o problema do vírus e o problema da fome. Assim, o plano é estruturado em quatro partes: proteger a natureza, água e biodiversidade; condições de vida digna no campo, terra e trabalho e, produção de alimentos saudáveis (MAFORTI, 2020)

Desta forma, a contribuição que a reforma agrária tem para o conjunto da sociedade no sentido de que a luta pela terra e a pauta da reforma agrária não deve ser uma luta apenas vista por pessoas do campo, é uma luta do conjunto da sociedade na medida em que se considera a distribuição da terra e a distribuição das riquezas que vai fazer com que o alimento seja visto como um direito a ser acessado pelo conjunto da classe trabalhadora.

Muda, muda muito, porque de todo tempo que eu tô cidadã que eu vim conhecer tudo isso não teve ninguém que ajudou mais a gente aqui que o MST. (Agricultor/a 10, pesquisa de campo, 2020).

À vista disso, o trabalho de base é inserido pela necessidade de levar a pauta da alimentação saudável a todos. Tanto pela disputa do movimento em vender alimento fresco e orgânico a preço popular, ou seja, para um público que nunca é contemplado para isso. Quanto para provocar o debate da fome e de que a população periférica tem se afastado da alimentação saudável. Nesse sentido, o trabalho de base vem para construir esse debate entre campo e cidade e o conjunto de toda a sociedade.

Outro fato evidenciado pelas falas é sobre o assunto conversado nas entregas das cestas, a partir da comercialização para os grupos de consumo, também é possível pautar o debate da Agroecologia, alimentação saudável e sobre o MST para pessoas que antes, talvez, não tinham acesso a esse tipo de informação e conhecimento.

Nas feiras falam sobre o MST, sistema que a gente aborda aqui dentro, como vamos buscar as pessoas lá fora, tem essa curiosidade porque a mídia em geral acaba nos demonizando, mas quando a população começa a chegar na gente e a gente explica o que é o MST, uma ocupação de terra, como pode... As pessoas acabam se interessando, achando legal e esse que é o gostoso, eu lembro uma vez que eu fui fazer uma feira numa escola em Campinas, tinha uma senhora que estava xingando o MST de tudo, aí fui eu e o/a agricultor/a 6 explicar pra ela que não, não é isso que a mídia mostra assim, mas a gente está lá pra trabalhar, pra conquistar o que a gente tem de melhor e a gente tem direito como qualquer um tem e aí a senhora quis conhecer ainda mais. Então em participar das entregas das cestas e das feiras a gente conversa disso também, além da qualidade do produto. (Filho do/a agricultor/a 4, pesquisa de campo, 2020).

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi entender os grupos de consumo pela ótica dos agricultores. A partir da presente pesquisa, foi possível identificar as diferenças e a lógica de comercialização na qual os grupos de consumo se inserem.

Vários autores nos trazem conceitos em torno dos circuitos curtos de comercialização relativamente novos, que apesar de serem, em sua maioria, do início dos anos 2000, eles são atuais, e com o trabalho de campo pode-se nomear teoricamente várias situações que aconteciam na prática, como por exemplo a relação de confiança entre agricultores e consumidores, *embedded* e a virada de qualidade.

Conclui-se que a comercialização para os grupos de consumo tem o potencial de ressignificar as relações entre agricultores e consumidores, fazendo com que ambos se sintam sujeitos integrantes da cadeia agroalimentar, gerando pontos positivos para ambos os lados. Além disso, essa aproximação também traz a maior possibilidade de diálogo e resolução dos pontos negativos, como a falta de entendimento em torno da produção

Agroecológica ou demandas que os agricultores ainda não podem atender.

Este trabalho tem o potencial de servir de exemplo e contribuir para a criação de novos grupos de consumo, não só no estado de São Paulo, mas como em todo território brasileiro, pensando na especificidade de cada região, com o intuito de aproximar agricultores e consumidores, a fim de fortalecer o desenvolvimento rural. Como proposta de trabalhos, sugere-se um estudo com os consumidores para identificar os pontos positivos, negativos, diferenças nas dinâmicas de consumos, possibilitando a visão de ambos os lados do circuito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES JUNIOR et al. **Agroecologia, mercado e agricultura familiar: cabem todos na mesma cesta?**. IX Congresso da APDEA. Lisboa/ Oeiras. ESADR, 2019.

BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: STIFTUNG, H. B. **Série Democracia - Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**. 2012

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*, S2, Mars 2007, From local food to localized food/ De produits locaux a produits, 2007.

CASSOL, Abel. **O Papel do Consumo nas Redes Agroalimentares Alternativas: confiança, interação social e reflexividade**. VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo 12, 13 e 14 de setembro de 2012 – Rio de Janeiro/RJ

CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1-2, fév./mar, p. 1-8, 2007.

DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, 2016.

DEVERRE C.; LAMINE C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Economie Rurale**, v. 3, n.

317, p. 57-73, 2010.

FORNAZIER A; BELIK W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.20, n.2, p. 204-218, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOODMAN, D. **The quality ‘turn’ and alternative food practices**: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.

HARVEY, M; MCMEEKIN, A; WARDE, A. **Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

Ilbery, B., Kneafsey, M. **Producer constructions of quality in regional speciality food production**: a case study from South West England. *Journal of Rural Studies*, 2000 16: 217–230

INCRA. **Mapa e Relação de Beneficiários de Reforma Agrária do Assentamento Milton Santos**. 2008. [E-mail]. Superintendência Estadual do Incra/SP. Mensagem recebida em 1 nov. 2018.

KHOURY, C.K. **Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security**, PNAS, 2014.

MAFORTTI, K. Plano emergencial de reforma agrária popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/>. Acesso em: Março/ 2021.

MARSDEN, T.; BANKS, J; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, 40(4): 424–438. 2000.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Ligia Scarpa . **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede**. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Puc, Rio de Janeiro, 2014.

MST. **Plantar Árvores, produzir alimentos saudáveis**. Cadernos de Agroecologia, v. 1. 2020.

NIEDERLE, Paulo André. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar**. Extensão rural, v. 16, p. 5-38, 2009.

OLIVEIRA, Priscila Silveira de; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, 2016.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2019

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

PISTELLI, Renata de Salles S., MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo : O Instituto, 2011. -- (Caminhos para práticas de consumo responsável).

POLLAN, M. **El detective em el supermercado**. Madrid: Temas de Hoy, 2009.

RENTING, A.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, jan. 2012.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking

relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography** 6, 2006. p. 1

HARVEY, M; MCMEEKIN, A; WARDE, A. **Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

NIEDERLE, Paulo André. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar**. Extensão rural, v. 16, p. 5-38, 2009.

OLIVEIRA, Priscila Silveira de; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 12, n. 3, 2016.

ANTUNES JUNIOR et al. **Agroecologia, mercado e agricultura familiar: cabem todos na mesma cesta?**. IX Congresso da APDEA. Lisboa/ Oeiras. ESADR, 2019

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia**. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, 2016.

CASSOL, Abel. **O Papel do Consumo nas Redes Agroalimentares Alternativas: confiança, interação social e reflexividade**. VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo 12, 13 e 14 de setembro de 2012 – Rio de Janeiro/RJ

RÊGO, Diogo. **O contexto brasileiro da produção ao consumo e uma experiência baiana que constrói alternativas**. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva (Org). Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. Instituto Kairós. São Paulo, 2017.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2013: food systems**

for better nutrition”, organizado pela Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Roma, 2013. fao.org/docrep/018/i3300e/i3300e.pdf.

SONNINO, Roberta; MARDSEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography* 6 (2006) pp. 181–199

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS (GERAL)

A presente pesquisa teve como objetivo geral, investigar as mudanças que a comercialização, via circuitos curtos, por meio das cestas agroecológicas refletiram na vida dos agricultores pertencentes à Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do assentamento Milton Santos.

Os objetivos específicos foram: a) estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Milton Santos na comercialização em circuitos curtos; b) apresentar e analisar o perfil socioeconômico dos agricultores participantes; c) entender e analisar o funcionamento da comercialização para os grupos de consumo, pela ótica dos agricultores; d) analisar de que forma a comercialização, via cestas, impactou no processo produtivo, renda e autoconsumo; e e) descrever como a organização da cooperativa contribuiu para a permanência do agricultor no campo.

A partir desta pesquisa, constatou-se a capacidade do diálogo e a aproximação entre campo e cidade, por meio da comercialização de alimentos e os benefícios que essa relação gera para os agricultores que se sentem reconhecidos, acolhidos e valorizados. Também se conclui que, os circuitos curtos se tornam uma ferramenta para o trabalho de base e disputa das ideias, ou seja, levar o debate da Agroecologia, alimentação saudável, Reforma Agrária para as pessoas e locais que antes não tinham acesso a essas informações e conhecimento.

Infelizmente, percebeu-se o estrangulamento das políticas públicas, principalmente as destinadas para a Agricultura Familiar, programas importantes de compra institucional foram diminuindo e sendo cortados, como por exemplo, o PAA, PNAE, PRONAF, entre outros. Esses canais de

comercialização institucionais são importantes para a manutenção e resistência da Agricultura Familiar e a sua diminuição trouxe prejuízos para os agricultores, que tiveram que buscar alternativas para o escoamento da produção.

O primeiro artigo permitiu, através de dados secundários do CNPO e do Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC, traçar um panorama da localização dos produtores orgânicos e dos locais de comercialização de orgânicos no território brasileiro. Também permitiu reconhecer as diferentes formas de certificação da conformidade orgânica como importantes ferramentas para os agricultores familiares ao acesso aos mercados. E que os circuitos curtos de comercialização se configuram como uma forma inclusiva e viável para o acesso aos alimentos pela população, estreitando as relações entre produtor e consumidor, o que não exime o dever do poder público na criação de políticas públicas para facilitar a produção e o acesso aos alimentos.

Este primeiro trabalho nos trouxe a indagação de qual tipo de produção e consumo de alimentos queremos defender e a necessidade de se debater os temas da produção e consumo de forma integrada e com os diversos atores da sociedade. Desta forma, o presente capítulo da dissertação contribui para mostrar a possibilidade de se incentivar a produção e o consumo de alimentos de base ecológica como ampla política pública, que favoreça e estimule a alimentação saudável.

O segundo capítulo/artigo apresentou a história e trajetória da cooperativa Cooperflora no assentamento Milton Santos e como sua criação contribuiu para o grupo de agricultores. Este capítulo trouxe a questão sobre o pensar nos circuitos curtos como forma de comercialização e o porquê da escolha das cestas para este processo. Foi possível observar como a relação entre cooperativa, comercialização e MST, colaborou para o desenvolvimento rural e sustentável no local, com potencial emancipador para os agricultores, e se mostrou uma forma de resistência e permanência no campo. Assim, a partir do estudo, conclui-se a importância das relações sociais de produção serem articuladas em conjunto.

O terceiro capítulo/artigo trouxe como objetivos, o delinear do perfil socioeconômico dos assentados que comercializam via cestas para grupos de

consumo e analisar os impactos econômicos, na produção e no consumo alimentar a partir dessa experiência, tanto em termos de alteração no processo produtivo, como mudanças e satisfação com a alimentação. Pode-se perceber o papel deste tipo de comercialização para o desenvolvimento rural e organização coletiva dos agricultores, além de identificar que os impactos no processo produtivo e nos produtos agrícolas foram positivos, mesmo com pontos a melhorar e as dificuldades apresentadas, os agricultores passaram a produzir com mais qualidade e diversidade. O autoconsumo também passou por mudanças e os agricultores notaram melhora na alimentação com mais possibilidade de acesso aos alimentos.

Neste terceiro capítulo/artigo notou-se a importância da estrutura da cooperativa e do movimento social na potencialização da produção agroecológica e organização coletiva das famílias. Os circuitos curtos de comercialização e a aproximação dos agricultores com os consumidores mostrou resultados positivos para o desenvolvimento rural, valorização da produção, potencial educativo em relação à alimentação saudável e Agroecologia.

O quarto e último artigo, que fecha o trabalho (Capítulo 5), traz apresenta e discute as diferenças e características da comercialização para os grupos de consumo vistas pela ótica dos agricultores. Ele aborda conceitos sobre o sistema agroalimentar e como os circuitos curtos de comercialização se inserem e se diferenciam deste contexto e como os circuitos curtos de comercialização têm o potencial para ressignificar as relações de consumo e de poder dentro da cadeia produção/comercialização/consumo. Com o trabalho, percebeu-se a relação de confiança e reciprocidade desenvolvida entre os sujeitos, que se veem como parceiros.

Em relação aos objetivos propostos para esta pesquisa, pode-se afirmar que todos foram alcançados, a partir de diferentes abordagens metodológicas e dissolvidos entre os capítulos/artigos, que juntos compõem o trabalho e a pesquisa como um todo, com temas que se comunicam, inter-relacionam e se complementam entre si.

Em síntese, o primeiro artigo, mais geral, nos trouxe um panorama sobre

as experiências dos circuitos curtos de comercialização, que nos ajuda a entender melhor a temática abordada e contextualizar a realidade que a Cooperflora está inserida dentro do território brasileiro. Os outros três artigos foram pensados como uma forma de entender a experiência de maneira completa, desde a criação da Cooperflora, o ato de pensar nos grupos de consumo como instrumento para comercialização, perfil dos agricultores, mudanças e impactos socioeconômicos analisados a partir de diversos fatores, até alcançar a materialização do espaço de comercialização dos GCR apontando como os agricultores chegaram aos consumidores, a relação de confiança estabelecida entre eles e até a visualização desses espaços como instrumentos de disputa das ideias.

É importante comentar que esta experiência de comercialização está localizada em um território propício para a comercialização, pois o Assentamento Milton Santos está localizado no Estado de São Paulo, próximo a centros urbanos com uma população detendo em média um bom poder aquisitivo, é próximo às universidades e sindicatos que contribuem significativamente no processo e conta com consumidores mais motivados em consumir os produtos do assentamento e apoiar a causa do MST.

Mesmo com essa localização privilegiada, os agricultores têm suas dificuldades no caminho, que vão desde o processo produtivo, como por exemplo, falta de distribuição de água, infraestrutura adequada e planejamento de produção. Já na comercialização as dificuldades enfrentadas estão relacionadas com questões como: a logística de entrega por falta de transporte adequado, dificuldades na gestão dos grupos de consumo e verificação dos pagamentos.

Os resultados da pesquisa contribuem para a superação de lacunas no conhecimento, compreensão da temática abordada e pensar na construção de caminhos complementares para a organização e o escoamento da produção, visto o declínio dos programas governamentais voltados para o mercado institucional ao longo dos anos, também colabora com o desenvolvimento da comunidade e da cooperativa objeto de estudo e por consequência outras pessoas e/ou grupos interessados na pesquisa.

Desta forma, o presente trabalho vai ao encontro desta realidade e visa difundir a importância da agricultura familiar, produção agroecológica e dos princípios da reforma agrária. O mesmo visa beneficiar estudantes, agricultores, pesquisadores e consumidores com a divulgação de estratégias socioeducativas, além de evidenciar formas que facilitam a comercialização de alimentos agroecológicos e fortalecem ações promotoras de desenvolvimento rural sustentável.

Como indicação de trabalhos futuros, sugere-se a pesquisa junto aos consumidores dos grupos de consumo ligados à Cooperflora, como uma forma de entender ambos os lados da cadeia de produção/comercialização e compreender sobre a realidade e perfil desses novos consumidores que estão emergindo, e como eles se enxergam dentro dessas iniciativas de comercialização que visam aproximá-los dos agricultores e seus locais de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (GERAL)

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Que é Fome**. – São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.

ALTIERI, Miguel Angel; NICHOLLS, Clara Ines. **Agroecología: Unica esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecologica;** Agroecología 7 (2): 65-83, 2012

ANDRADE, Maurício Pino . Los Sistemas Participativos de Garantía en el Ecuador. A proximaciones a su desarrollo. Letras Verdes. **Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**. n.º 22, septiembre de 2017, pp. 120-145

ANTUNES JUNIOR et al. **Agroecologia, mercado e agricultura familiar: cabem todos na mesma cesta?**. IX Congresso da APDEA. Lisboa/ Oeiras. ESADR, 2019

BATALHA; OTÁVIO, M. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas,2009.

BAVA, S. C. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. In: STIFTUNG, H. B. Série Democracia - Um campeão visto de perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. 2012

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p.

BNDES. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: março/202.

BOUAGNIMBECK, H. Global comparative study on interactions between social processes and Participatory Guarantee Systems. A best practice study for learning and development with case studies from Africa, Asia, Europe and Latin America. In: **International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)**, 2014.

BRASIL. **Lei n o 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm.. Acesso em Fevereiro/ 2021.

BRASIL. **Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm>. Acesso em: Fevereiro/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de desenvolvimento Sustentável-PDS**. Brasília: MDA, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de dez. 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em Março/2020

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*, S2, Mars 2007, From local food to localized food/ De produits locaux a produits, 2007.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanela; MALANDRIN, Vanessa. **Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy**. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, Cardiff, p. 28-53. 13 dez. 2010.

CALABRÓ, Guilherme; RETIÈRE, Morgane. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR**. Piracicaba : Instituto Terra Mater, 2016.

CARDOSO, Univaldo Coelho. *Cooperativa*. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014.

CARMO, H; FERREIRA, M. M. **Metodologia da investigação**: Guia para Auto-Aprendizagem. 2. Ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. p.377.

CASSOL, Abel. **O Papel do Consumo nas Redes Agroalimentares Alternativas**: confiança, interação social e reflexividade. VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo 12, 13 e 14 de setembro de 2012 – Rio de Janeiro/RJ

CASTRO, Josué de, 1908-1973. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço / Josué de Castro. – Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1984.

CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1-2, fév./mar, p. 1-8, 2007.

CHIFFOLEAU Y. **Les circuits courts alimentaires**: entre marché et innovation sociale. Paris: ERES Editions, 2019, 174 p.

CONTRIGIANI, A. C. **Análise da organização produtiva da Cooperflora**. Orientador: Herivelto Fernandes Rocha. 16 f. Relatório Técnico (Projeto Agroecologia, tecnologias de produção orgânica em assentamentos rurais e educação popular: a contribuição do IFSP para a sustentabilidade ambiental e segurança alimentar na RMC) - CNPq.

CRUZ NETO, O. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

DAROLT, M. R. et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, 2016.

DEVERRE C.; LAMINE C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Economie Rurale**, v. 3, n. 317, p. 57-73, 2010.

DIAS, Valéria da Veiga; SCHULTZ, Glauco; DA SILVA, Marcelo; TALAMINI, Edson; RÉVILLION, Jean Philippe. **O Mercado de Alimentos Orgânicos**: Um Panorama Quantitativo e Qualitativo das Publicações Internacionais. Ambiente & Sociedade, Vol. XVIII, Núm. 1, Enero-Marzo, 2015, Pp. 161-182 ,

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sem renovação, população rural brasileira envelhece**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>. Acesso em: Março/2021.

EMBRAPA. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos** – Campinas: Embrapa Territorial, 2019.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FiBL - Research Institute of Organic Agriculture; IFOAM – Organics International. **The World of Organic Agriculture**. 20^a Ed. 2019.

FORNAZIER A; BELIK W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.20, n.2, p. 204-218, 2013.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)**

– uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

GOODMAN, D. **The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda**. Journal of Rural Studies, v. 19, p.1-7, 2003.

GOODMAN, D; DEPUIS, E. M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. Sociologia Ruralis, v. 42, p. 5-22, 2002.

HARVEY, M; MCMEEKIN, A; WARDE, A. **Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Plataforma online de busca. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em Março/ 2020.

IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas: nova versão traz receitas e mais conteúdo**. Notícia disponível em: <https://idec.org.br/noticia/mapa-de-feiras-organicas-nova-versao-traz-receitas-e-mais-conteudo>. Acesso em Março/2020

ILBERY, B., KNEAFSEY, M. **Producer constructions of quality in regional speciality food production: a case study from South West England**. Journal of Rural Studies, 2000 16: 217–230

INCRA. **Mapa e Relação de Beneficiários de Reforma Agrária do Assentamento Milton Santos**. 2008. [E-mail]. Superintendência Estadual do Incra/SP. Mensagem recebida em 1 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro2017.html>. Acesso em Junho/2020

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Orgs.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: www.institutokairos.net

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Mapa e Relação de Beneficiários de Refoma Agrária do Assentamento Milton Santos**. 2008. [E-mail]. Superintendência Estadual do Incra/SP. Mensagem recebida em 1 nov. 2018.

JUSBRASIL. **Decreto nº 77.666 de 24 de Maio de 1976**. Brasil, 1976. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Decreto+77666%2F76>. Acesso em: Agosto/2019.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001, p. 17-58.

KHOURY, C.K. **Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security**, PNAS, 2014.

LIMA, Sandra Kitawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro - 2010.

MAFORTTI, K. Plano emergencial de reforma agrária popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna/>. Acesso em: Março/ 2021.

MAIENTI, Renata. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das políticas públicas sócias**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF: 2012, 288p

MALUF, R. S. J. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, v. 25, n.1, p. 299-322, 2004.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro**

Nacional de Produtores Orgânicos. Brasil, 2020. Tabela em excel disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em Março/2020

MAPA. **O que é agricultura familiar?** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: jun/2020.

MARSDEN, T.; BANKS, J; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, 40(4): 424–438. 2000.

MARSDEN, Terry. **New rural territories**: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, n. 14, p. 107–117, 1998.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Ligia Scarpa . **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil**: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Puc, Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, D; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília : Ipea, 2017. 463 p. p. 53-83.

MOURA, I. F de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. na R. et al. (Org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília : Ipea, 2017. 463 p. p. 27-51.

MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Documento interno, 2006.

MST. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso do MST. 2014

MST. **Plantar Árvores, produzir alimentos saudáveis**. Cadernos de Agroecologia, v. 1. 2020.

MST. **Quem somos**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: fevereiro/ 2021.

MST. **Oito Razões para Defender o Pronera**. Disponível em:

<https://mst.org.br/2020/03/18/oito-razoes-para-defender-o-pronera/>. Acesso em: Fevereiro/ 2021.

NASCIMENTO, G. S; WONSOWSKI, L. P; PAULINO, R. S. **A Venda Direta de Produtos Orgânicos em Feiras de Agricultores: Uma Análise Comparativa entre Feira da Zona Sul e Zona Leste da Cidade de São Paulo.** 1º ANPPAS Sudeste. EACH/USP. São Paulo, 2018.

NIEDERLE, Paulo André. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar.** Extensão rural, v. 16, p. 5-38, 2009.

NIEDERLE,P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

NOVAES, H. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST in.: NOVAES, H. et. al. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.** 1ª Ed. – São Paulo. Outras Expressões, 2015. 408 p.

OLIVEIRA, Priscila Silveira de; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do leste paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, 2016.

ORGANIS – Associação de Promoção Orgânica. **O que é um Produto Orgânico?** E-book Pensando Orgânico, 2020. Arquivo PDF disponível em: <https://organis.org.br/o-que-e-produto-organico/>. Acesso em Março/2020

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2019.

OTA – Organic Trade Association. **U.S. Organic Industry Survey 2019.** Disponível em: <https://ota.com/resources/organic-industry-survey>. Acesso em Março/2020.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE,P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M.(Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-214.

PISTELLI, Renata de Salles S., MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo : O Instituto, 2011. -- (Caminhos para práticas de consumo responsável).

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). **Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page_id=56. Acesso em: Agosto/ 2019

PLOEG, J. D. Van Der. El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **The food crises, industrialized farming and the imperial regime**. Journal of agrarian change, vol. 10, nº1, pp. 98-106, 2010

PRIM L. F de. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre A associação de agricultores Monte Alegre (AGRIMA)**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Puc, São Paulo.

POLLAN, M. **El detective em el supermercado**. Madrid: Temas de Hoy, 2009.

PREISS, Potira Viegas; MARQUES, Flávia Charão. **Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

PRIM L. F de. **Aspectos psicossociais da agricultura de grupo na agricultura familiar do oeste catarinense: um estudo sobre A associação de agricultores Monte Alegre (AGRIMA)**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Puc, São Paulo.

REIS, Ana Terra. **Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio Filho de Mesquita, Presidente Prudente-SP:2015. 169p

RENTING, A.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, jan. 2012.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development.

Environment and Planning A, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In Território Territórios. Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.99-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: 04 de Dez. de 201

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 93-136.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. –Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, J. C. da. A agricultura orgânica no Mercado internacional - com foco no desenvolvimento da agricultura orgânica brasileira. Itajaí, 2012. (Trabalho de Iniciação Científica). Arquivo PDF. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/1010/joice.pdf>. Acesso em 04 de Out. de 2018.

SONNINO, Roberta; MARDSEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography** 6, 2006. p. 181–199.

SOUZA, H. P. de S; DOURADO, J. A. L. Sistema orgânico de produção e a questão agrária: notas para o debate. Caminhos de Geografia, v. 15, n. 52, p. 55–65. Uberlândia, 2014

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP)**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real: Série Métodos de Pesquisa**. 2ª ed.- Porto Alegre: Penso, 2012.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **Pronera**. Disponível em https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=165. Acesso em: Fevereiro/2020.

VALADARES, J. H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte. maio 2002. Apostila FORMACOOOP – Mód. II – SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004.

VALADARES, M. C. B. **Planejamento estratégico empresarial: foco em clientes e pessoas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PLOEG, J.D. V. D. **The New Peasantries: new struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Earthscan, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov. In: **Para Pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42 – 61

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. Os inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008.

WILLER, Helga; SCHLATTER, Bernhard; TRÁVNÍČEK, Jan; KEMPER, Laura; LERNOUD, Julia (Eds.) (2020): **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020**. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and IFOAM – Organics International, Bonn.

WISKERKE J.S.C. **On Places Lost and Places Regained: Reflections on the Alternative Food Geography and Sustainable Regional Development**. International Planning Studies, 2009. Vol. 14, no 4, p. 369-87.

APÊNDICE A

Formulário de pesquisa

Entrevistado (a): _____

Data: ____/____/____

Bloco 1 - Aspectos Socioeconômicos

1. Origem: () rural () urbana
2. Experiência agrícola antes de ser assentado: () não possuía () trabalhador rural assalariado () família proprietária de terra () Outros: _____
3. Composição da família

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado Civil	Trabalho
1					
2					
3					
4					
5					

Trabalho	Estado Civil	Escolaridade
1 Tempo integral na UP	1 Casado	1 analfabeto — nunca estudou
2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	2 Solteiro	2 educação infantil
3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	3 Viúvo	3 1ª a 4ª série completo
4 Tempo-parcial na UP + Estuda	4 Divorciado/Desquitado	4 5ª a 8ª série completo
5 Tempo integral fora UP (*)	5 Outros	5 2º grau completo
6 Somente trabalho doméstico		6 nível técnico
7 Somente estuda		7 superior completo
8 Criança menor de 7 anos		8 pós-graduado

<p>9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP</p> <p>10 Desempregado</p> <p>11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido</p>		
--	--	--

4. Se sim, qual o percentual de contribuição?

5. Em relação aos preços dos produtos agrícolas que você comercializava antes das cestas. Comparando o antes e depois, eles eram:

() maiores () menores () os mesmos

6. Qual era a renda média da propriedade antes da participação na comercialização das cestas? .

- () 100,00 a 449,0
- () 450,00 a 724,00
- () 725,00 a 1.000,00
- () 1.000,00 a 1.448,00
- () 1. 449,00 a 2.172,00
- () 2.173,00 a 2.896,00
- () 2.897,00 a 3.620,00
- () Acima de 3.621,00

7. Qual era a renda média da propriedade depois da participação na comercialização das cestas?

- () 100,00 a 449,0
- () 450,00 a 724,00
- () 725,00 a 1.000,00
- () 1.000,00 a 1.448,00
- () 1. 449,00 a 2.172,00
- () 2.173,00 a 2.896,00
- () 2.897,00 a 3.620,00
- () Acima de 3.621,00

8. Quais eram os investimentos realizados na propriedade antes comercialização das cestas?

- () Investimento na propriedade (mudas, sementes, implementos agrícolas, preparo de solo)
- () Nas despesas pessoais de todos
- () Tanto em investimentos na propriedade como despesas da família.
- () Aumentar o conforto da família
- () Aquisição de veículo
- () Outras fomas _____

9. Quais são os investimentos realizados na propriedade depois da comercialização das cestas?

- Investimento na propriedade (mudas, sementes, implementos agrícolas, preparo de solo)
 Nas despesas pessoais de todos
 Tanto em investimentos na propriedade como despesas da família.
 Aumentar o conforto da família
 Aquisição de veículo
 Outras formas _____

Bloco 2 - Produção

10. A propriedade possuía sistema de irrigação antes da comercialização das cestas?

- Sim Não Não respondeu

11. A propriedade possui sistema de irrigação depois das cestas?

- Sim Não Não respondeu

12. A propriedade possuía certificação orgânica antes da comercialização das cestas?

- Sim Não Não respondeu

Qual? OCS Sistema Participativo de Garantia Certificação por auditoria

13. A propriedade passou a possui ou alterou a certificação orgânica após a comercialização das cestas?

- Sim Não Não respondeu

Qual? OCS Sistema Participativo de Garantia Certificação por auditoria O consumo próprio variou depois de iniciar a comercialização por cestas?

- Sim Não Não sabe

Se sim, para quais produtos e quantidades?

14. Sobre perda e reaproveitamento no lote:

14.1 Antes da participação nas cestas, havia perda? Sim Não

14.2 Antes da participação nas cestas havia reaproveitamento? Sim Não
De que forma esses produtos eram reaproveitados? _____

14.3 Depois da participação nas cestas, houve perda? () Sim () Não

14.4 Depois da participação nas cestas houve reaproveitamento? () Sim () Não
De que forma esses produtos eram reaproveitados? _____

15. Quais impactos ambientais você já identificou no seu lote?

16. O que faz para diminuir os impactos ambientais?

17. Qual seu nível de satisfação com sua produção/lote? (1 para pior e 3 para melhor)

	1	2	3
Antes das cestas			
Depois das cestas			

Por quê?

- () Maior diversidade
- () Menor diversidade
- () Facilidade em acessar insumos (adubo, sementes, etc)
- () Dificuldade em acessar insumos
- () Irrigação
- () Agrofloresta
- () Consórcio
- () Cobertura
- () Outros

18. Qual o seu nível de satisfação com a sua alimentação e da sua família? (

	regular	bom	ótimo
Antes das cestas			
Depois das cestas			

Por quê?

- () Alimentação mais diversificada
- () Alimentação menos diversificada
- () Maior importância com a alimentação
- () Menor importância com a alimentação
- () outros

Bloco 3 – Grupos de consumo

19. Quem são seus consumidores?
20. Como esses consumidores chegaram até você?
21. Como foram formados os grupos de consumo?
22. Antes de comercializar para as cestas de que outra forma você vendia?
23. Quais diferenças você notou comercializando para grupos de consumo?
24. Você considera importante saber quem são os consumidores participantes dos grupos de consumo? () sim () não
Porque? _____
25. Para você quais os pontos positivos e os negativos dos grupos de consumo?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevistas

Nome: _____

Data: _____ / _____ / _____

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Cooperativa Cooperflora

1. O que motivou a criação e a organizar da cooperativa no assentamento Milton Santos? E como foi esse processo?

2. Quantos cooperados tinham no início do processo de comercialização por cestas e quantos têm agora?

- Formas de comercialização

3. Quais as formas de comercialização além da realizada por meio das cestas agroecológicas?

4. Se caso não houver nenhuma outra, porque isso ocorre?

5. Pretendem acessar outras formas de comercialização via cooperativa? (ex: Feiras, mercado institucional (por meio de políticas públicas), etc). Se sim, quais?

- Em relação ao processo produtivo

6. Vocês têm feito um calendário de plantio?

7. Se sim, como funciona esse planejamento?

8. Existe alguma ajuda ou parceria para isso?

9. Em sua opinião, as cestas têm colaborado no processo de formação em relação a produção agroecológica dos cooperados?

- Sobre as cestas e os grupos de consumo

10. Como e quando começaram?
11. Quantos cooperados participavam inicialmente das cestas?
12. Quantos participam agora?
13. Na tua opinião qual o motivo desta diminuição/ aumento no número de agricultores participantes?
14. E quais os pontos de entrega hoje e quantos consumidores, atualmente, em cada ponto de entrega?
15. Qual a frequência de entrega e como foi definida?
16. Quem são os consumidores? Consumidores individuais, em parcerias, coletivos?
17. Qual o dia da semana de entrega de cada grupo de consumidores?
18. Como funciona a cesta? São quantos produtos e variedades? É por tamanho? Por kg?
19. Qual o valor da cesta?
20. Como fizeram para chegar neste valor?
21. Quanto cada cooperado tem recebido, em média, por mês com a venda das cestas somente?
22. Você acredita que os consumidores estão mais acessíveis, atualmente, em consumir alimentos saudáveis e da reforma agrária? Por quê?
23. Você pode relatar alguns desafios e dificuldades de se manter e dar continuidade ao projeto de venda direta por meio das cestas agroecológicas?
24. Por fim, você acha que passou a ter melhores hábitos alimentares após iniciar a comercialização para os grupos de consumo?

APÊNDICE C

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS
AGROECOLÓGICAS: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Eu, Ariele Carolina Contrigiani, estudante do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar lhe convido a participar da pesquisa “Circuitos Curtos De Comercialização De Cestas Agroecológicas: Sustentabilidade Socioeconômica Na Agricultura Familiar” sob orientação da Prof^a Dr^a Marta Cristina Marjotta-Maistro.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as mudanças que a comercialização, via circuitos curtos, por meio das cestas agroecológicas refletiram na vida dos agricultores, pertencentes à Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do assentamento Milton Santos, estudando os impactos socioeconômicos e ambientais da comercialização por meio de cestas agroecológicas desta cooperativa. Os objetivos específicos são (a) estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estabelecida no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Milton Santos na comercialização em circuitos curtos; (b) levantar informações socioeconômicas dos agricultores, advindas do processo de comercialização, tais como renda, preço, quantidade e tipos de produto agrícolas, entre outros; (c) identificar os grupos de consumidores das cestas; (d) analisar de que forma

a comercialização, via cestas, impactou na produção, tanto em termos de mudança no processo produtivo e nos produtos, como em impactos ambientais; (e) descrever como a organização da cooperativa contribuiu para a permanência do agricultor no campo, tanto pela ótica do cooperado, como pelas ações realizadas pela cooperativa.

Por ser um agricultor e/ou participante da Cooperflora que comercializa Cestas Agroecológicas para grupos de consumo na Região Metropolitana de Campinas (RMC), você é convidado (a) a responder um formulário que possui perguntas abertas e fechadas separadas em três principais temas: 1) aspectos socioeconômicos, 2) produção e 3) grupos de consumo.

A entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho ou em outro local, se assim o preferir. As perguntas não serão invasivas, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse devido à quantidade de questões e necessitar do esforço do participante para respondê-las, constrangimento por mensurar renda; acúmulo por tratar de assuntos pessoais e perda de tempo. Diante dessa situação, o participante pode interromper a entrevista a qualquer momento. Em caso de encerramento das entrevistas por estresse, a pesquisadora solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos a profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes. Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações sobre o funcionamento das Cestas Agroecológicas e grupos de consumo. O mesmo visa beneficiar estudantes, agricultores, pesquisadores e consumidores com a divulgação de estratégias socioeducativas, além de evidenciar formas que facilitam a comercialização de alimentos agroecológicos e fortalecem ações promotoras de desenvolvimento rural e sustentável.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao

pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação no estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, e se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (19) 99500-4144 ou (19) 3462-2453, enviar e-mail para ariele.contrigiani@gmail.com. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Ariele Carolina Contrigiani
(19) 99500-4144; ariele.contrigiani@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na PróReitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

_____, ____/____/____.

Sujeito da pesquisa *